



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ALUÍSIO GOMES COELHO

**OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS PERNAMBUCANOS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O TRABALHO DOCENTE : um conjunto de
sequências didáticas para explorar o tema em sala de aula.**

RECIFE
2022

ALUÍSIO GOMES COELHO

**OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS PERNAMBUCANOS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O TRABALHO DOCENTE : um conjunto de
sequências didáticas para explorar o tema em sala de aula.**

Dissertação apresentada ao Programa do
Mestrado Profissional - Ensino de História.
do Centro de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Ensino de História.
Área de Concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Alves de Andrade

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C672m Coelho, Aluísio Gomes.
Os movimentos revolucionários pernambucanos nos livros didáticos de História e o trabalho docente : um conjunto de sequências didáticas para explorar o tema em sala de aula. / Aluísio Gomes Coelho. – 2022.
206 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Juliana Alves de Andrade.
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. História. 2. História – Estudo e ensino. 3. Livros didáticos. 4. Brasil – História – Revolução pernambucana, 1817. 5. Transposição didática. I. Andrade, Juliana Alves de (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-134)

ALUÍSIO GOMES COELHO

**OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS PERNAMBUCANOS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O TRABALHO DOCENTE: um conjunto de
sequências didáticas para explorar o tema em sala de aula.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ensino de História. **Área de concentração:** Ensino de História.

Aprovado em: 30/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Juliana Alves de Andrade (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr André Mendes Salles (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tiago Da Silva César (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Professora Dr^a. Juliana Alves de Andrade pela orientação. Agradeço a compreensão e o apoio nos momentos de turbulências e de indecisões. Meu coração me guiou até a senhora em Salvador para pedir a sua orientação. Muito obrigado.

Aos Professores Doutores André Mendes Sales e Tiago da Silva César pelas sugestões apropriadas e relevantes incorporadas a dissertação. Muito Obrigado.

A família Coelho, alicerce de todos os momentos. Seu Francisco (in memoriam), Dona Lenira, André, Álvaro, Florisa, Letícia, Oswaldo e Alexandre, querido irmão que no meio dessa jornada se tornou luz.

Aos filhos Denairan, Demetrius e Diliane e ao neto Heitor. As razões de uma vida.

As queridas professoras e queridos professores do Profhistória pela aprendizagem e pela compreensão.

Aos amigos e amigas da Banda Z do Colégio Militar do Recife. Companheiros de risadas e de lutas. Karla Bertotti, Marcelo Teixeira, Flávio Barbosa, Francisco Chaves, Ronaldo Bandim, Cláudio Roberto, Fernando Ivo e Márcia Moura, querida companheira que no meio dessa jornada se tornou luz.

Aos amigos e amigas de turma do Profhistória. Aulas inesquecíveis, lanches memoráveis e grande aprendizagem. Aos amigos e as amigas Gabriel, Millena, Mayara, Júlia, Ian, Pedro, Adinaly, Pedro, Emerson, Karla, Williams, Íris, Geison, Dyego e Leonardo.

A Cleonice Malafaia e a Mariza Bezerra, presentes em diferentes momentos especiais e marcantes da minha vida.

Aos amigos e amigas de uma vida: Goretti Cabral, Bernadete Bem. Silvânia Gomes, Cláudio Souza, Jose Peixoto, Fátima Cristina, Denise Monteiro, Fernanda Ribeiro e Nilson Castelo Branco.

“Haverá ontem, hoje e sempre
Um Recife que me apunhala
Me acorrenta e me liberta
Em suas pontes que me atravessam
E me levam
A todo e a nenhum lugar.”
(BOTELHO, António, 2013)

RESUMO

A dissertação estuda como são abordados os temas relativos aos movimentos revolucionários ocorridos em Pernambuco no século XIX nos livros didáticos de História aprovados do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do Ensino Fundamental (Anos Finais) para período de 2020-2023 e como podem ser trabalhados pelo docente em sala de aula, através de um conjunto de sequências didáticas. A presente dissertação teve origem a partir das reflexões sobre minha prática docente (1990) na rede básica de ensino do Estado de Pernambuco (pública e privada). Diante das questões relativas à prática didática, despertou-me o interesse de pesquisar como a História de Pernambuco, especificamente, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolta do Rodeador de 1820, são abordadas nas coleções destinadas aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais). Para tal, a dissertação se debruça sobre as onze coleções, tendo por referencial teórico o conceito de Transposição Didática, formulada pelo Yves Chevallard. O trabalho também lançará mão dos conceitos de saber histórico escolar, revolução e revolta e dos procedimentos analíticos da Análise de Conteúdo para entender o lugar do debate sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolta do Rodeador nos Livros didáticos de História. Como resultado, identificamos que a Revolução Pernambucana é um tema recorrente em dez coleções, enquanto que a Revolta do Rodeador não é mencionada em nenhuma coleção. Nesse sentido, o produto da dissertação é um produto pedagógico, que permite o planejamento de ações para explorar em sala de aula essa dimensão das revoltas, logo, o nosso produto é um conjunto de sequências didáticas que oferecem propostas de trabalho com a temática para a sala de aula.

Palavras-chave: livro didático; transposição didática; revolução pernambucana de 1817; revolta do rodeador; ensino de história; sequência didática.

ABSTRACT

The dissertation studies how the themes related to the revolutionary movements that took place in Pernambuco in the 19th century are approached in the History textbooks approved for the National Textbook and teaching material Program (PNLD) of Elementary School (Final Years) for the period 2020-2023 and how they can be dealt with by the teacher in the classroom through a set of didactic sequences. This dissertation originated from reflections on my teaching practice (1990) in the basic education network of the state of Pernambuco (public and private). In view of the issues related to didactic practice, I was interested in researching how the History of Pernambuco, specifically, how the Pernambucan Revolution of 1817 and the Rodeador Revolt of 1820, are addressed in the collections intended for students in the 8th grade of Elementary School (Final Years). To this end, the dissertation focuses on eleven collections, having as theoretical reference the concept of Didactic Transposition, formulated by Yves Chevallard. The work also makes use of the concepts of school historical knowledge, revolution and revolt and the analytical procedures of Content Analysis to understand the place of the debate on the Pernambucan Revolution of 1817 and the Rodeador Revolt in History textbooks. As a result, we identified that the Pernambucan Revolution is a recurring theme in ten collections, while the Rodeador Revolt is not mentioned in any collection. In this sense, the product of the dissertation is a pedagogical product, which allows the planning of actions to explore this dimension of revolts in the classroom, so our product is a set of didactic sequences that offer work proposals with the theme for the classroom.

Keywords: textbook; didactic transposition; pernambucan revolution of 1817; rodeador revolt; history; teaching; didactic sequence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Forte do Brum.....	77
Figura 2 - O Preciso.....	84
Figura 3 - A Bandeira de Pernambuco.....	86
Figura 4- A Bênção das Bandeiras da Revolução de 1817 - Antônio Parreiras	112
Figura 5 - José Peregrino - Antônio Parreiras.....	114
Figura 6 - A Serra do Rodeador.....	118
Figura 7 - Livro História Geral: História para a Escola Moderna. Julierme Castro...	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estudantes matriculados no 8º ano do CMR/2019.....	63
Gráfico 2 - Assuntos da História Pernambucana.....	64
Gráfico 3 - Os lugares históricos de Pernambuco.....	65
Gráfico 4 - Personagens da História pernambucana.....	66
Gráfico 5 - Assuntos que despertaram a atenção dos estudantes.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os autores dos livros didáticos/ PNLD-2020.....	32
Quadro 2 - Vendas ao Governo Federal 2006/2018.....	38
Quadro 3 - Coleções escolhidas para o PNLD de História/2020.....	71

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CALDEME	Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco.
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNME	Campanha Nacional de Material Escolar
CEN	Comissão Especial de Negociação.
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante.
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisa
FMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GLD	Guia do Livro Didático.
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INDEP	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INL	Instituto Nacional do Livro.
ISBN	International Standard Book Number
ISR	Instituto de Pesquisa e Memória Sebastianista Serra do Rodeador.
MACK	Universidade Presbiteriana Mackenzie.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
NBR	Norma Brasileira.
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PED	Plano de Execução Didática.

PLID	Programa do Livro Didático
PNLD	Plano Nacional do Livro e do Material Didático
PROFHISTÓRIA	Mestrado profissional em Ensino de História.
PSD	Plano de Sequência Didática.
SD	Sequência Didática.
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil.
SEDUC-PE	Secretaria de Educação de Pernambuco
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle.
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UEL	Universidade Estadual de Londrina.
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo.
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM QUESTÃO.....	24
2.1	O LIVRO DIDÁTICO E A MEDIAÇÃO DO SABER.....	24
2.2	O LIVRO DIDÁTICO E O MERCADO EDITORIAL.....	35
2.3	O LIVRO DIDÁTICO NO PNLD.....	39
2.4	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO 2020/2023.....	50
3	O SABER HISTÓRICO ESCOLAR E A HISTÓRIA REGIONAL NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	58
3.1	O SABER HISTÓRICO ESCOLAR SOBRE PERNAMBUCO NO COLÉGIO MILITAR DO RECIFE.....	62
3.2	O SABER HISTÓRICO ESCOLAR REGIONAL NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO PNLD.....	69
3.3	A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA: REVISÃO DE LITERATURA	73
3.4	A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD 2020/2023.....	89
3.4.1	O título da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	101
3.4.2	A origem da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	102
3.4.3	As classes sociais envolvidas na Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	103
3.4.4	O estopim da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	104
3.4.5	A instalação do Governo Provisório e a expansão da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	105
3.4.6	O enfraquecimento da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	106
3.4.7	A repressão e as consequências históricas da Revolução Pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	107
3.4.8	As iconografias da revolução pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	109

3.4.9	As referências bibliográficas da revolução pernambucana nos livros didáticos do PNLD 2020/2023.....	114
3.5	A REVOLTA DA SERRA DO RODEADOR DE 1820: UM BREVERESUMO.....	116
4	AS REVOLUÇÕES NAS SEQUÊNCIAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO.....	128
4.1	A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA: APRESENTAÇÃO.....	137
4.2	A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA: PROPOSTAS.....	138
4.2.1	Propostas de materiais a serem utilizados na sequência didática da Revolução Pernambucana	154
4.3	A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLTA DO RODEADOR: PROPOSTAS.....	174
4.3.1	Propostas de materiais a serem utilizados na sequência didática da Revolta do Rodeador.....	187
	REFERÊNCIAS.....	200
	APÊNDICE A – LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PNLD 2020/2023...204	
	ANEXO A – DESEMPENHO REAL DO MERCADO LIVREIRO 2006/2018.....	205

1 INTRODUÇÃO

“Os guerreiros de minha terra já nascem feitos.
Não aprenderam esgrima nem tiveram instrução...
Brigar é do seu destino...”
(FERREIRA, Ascenso. Minha Terra. 1927)

“Esses montes e vales e rios,
Proclamando o valor dos teus brios,
Reproduzem batalhas cruéis.
No presente és a guarda avançada,
Sentinela indormida e sagrada.
Que defende da Pátria os lauréis.”
(Hino de Pernambuco, letra de Oscar Brandão da Rocha e música de Nicolino Milano 1908).

O poema Minha Terra do poeta pernambucano Ascenso Ferreira, publicado em 1927 no livro Catimbó, e o Hino de Pernambuco, composto em 1908 pelo músico Nicolino Milano e o letrista Oscar Brandão da Rocha, resgatam um imaginário de luta e de rebeldia associados à história pernambucana. O poema e o hino exaltam um passado do povo pernambucano permeado por movimentos contestatórios.

Na primeira metade do século XIX, Pernambuco foi palco de relevantes movimentos contestatórios e três desses movimentos são destacados: a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira de 1848. Movimentos esses ocasionados por diversos fatores, motivados por divergentes interesses e organizados por diferentes segmentos sociais, mas que são transportados resumidamente nos livros didáticos destinados aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio de todo o país. Entretanto, outros movimentos ocorreram em Pernambuco no século XIX e que não são abordados nesses livros escolares, como exemplos, destacamos a Conspiração dos Suassunas de 1801, a Revolta da Serra do Rodeador de 1820, os motins de 1831, ocorridos no início do Período Regencial, denominados de Abrilada, Setembrizada e Novembrada e as diversas ameaças de rebeliões escravas associadas às estratégias de resistência desenvolvidas pelos escravos do Recife (CARVALHO, 1998, p. 02).

Duas questões devem ser colocadas preliminarmente: especificar o que se entende por revolução e questionar se os movimentos ocorridos em Pernambuco podem ser denominados como movimentos revolucionários. Aquino, Jesus e Oscar alertam que “Revolução não pode ser confundida com revolta, rebelião, sublevação,

motim, golpe, levante, fenômenos que no máximo alteram o governo de uma sociedade.” (1990, p. 03). Segundo o entendimento dos autores, a revolução deve ser entendida como um movimento radical e que ocasiona mudanças mais profundas na sociedade.

Revolução significa mudança radical de uma determinada sociedade, envolvendo modificações profundas do sistema econômico, o que implica alterações na posição das classes sociais. A reestruturação socioeconômica, ou seja, da infraestrutura, também acarreta modificações na superestrutura: uma nova ideologia, um novo sistema jurídico e o controle do governo pelos representantes da classe ou classes sociais vitoriosas. (AQUINO, JESUS E OSCAR, 1990, p. 03).

Por essa definição dos autores acima citados, dos movimentos ocorridos em Pernambuco, apenas o movimento de 1817 pode ser considerado como tendo sido uma revolução, afinal ele foi o único em que os seus participantes assumiram o poder, mesmo que por um curto período de 75 dias e não tendo tempo hábil para implementar mudanças estruturais. Luciano Figueiredo amplia o entendimento de uma revolução quando estabelece mais uma condição essencial: “prevê a implementação de transformações radicais nos níveis políticos, econômicos e sociais” (FIGUEIREDO, 2005, p. 17). Então podemos questionar se o que aconteceu em Pernambuco em 1817 foi ou não uma revolução? Diante de conceitos tão abrangentes, o que aconteceu em Pernambuco foi um movimento revolucionário? Entretanto, por aspectos expostos ao longo desse texto, entendo 1817 como um movimento revolucionário e assim vou denominá-la ao longo da dissertação. Mesmo tendo a compreensão do alerta feito por Miriam Dolhnikoff (2008) de que ser revolucionário naqueles tempos era combater a submissão à metrópole, sem, contudo, defender alterações profundas nas estruturas sociais e econômicas, especialmente relativas à escravidão e a grande propriedade. Ser revolucionário no século XIX tinha os seus limites.

Em relação aos demais movimentos ocorridos em Pernambuco no século XIX, devemos associá-los a rebeliões, insurreições, sedições ou revoltas e que de certa forma influíram para a ampliação do imaginário de rebeldia e de nativismo associados ao povo pernambucano. Imaginário esse surgido no século XVII com a Insurreição Pernambucana (1645-1654), estendido no século XVIII com a Guerra dos Mascates (1710-1711) e ampliado com os movimentos contestatórios do século XIX. Na visão do historiador Evaldo Cabral de Mello, o nativismo pernambucano teve origem na Insurreição Pernambucana: “as guerras holandesas foram a matriz

ideológica do nativismo pernambucano.” (MELLO, 2008, p. 15). Episódio que resultou na expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654, sem a ajuda do governo português. Processo esse considerado nascedouro do sentimento de autonomia dos pernambucanos em relação a Portugal. A reconquista e a devolução da Capitania a Portugal fizeram nascer o imaginário do nativismo pernambucano. Nativismo que se estendeu aos séculos seguintes com a Guerra dos Mascates no XVIII e aos movimentos contestatórios do século XIX.

os pernambucanos sentiam-se historicamente vassallos especiais, diferentes dos de outras partes do Império Português, pois, sem ajuda de Portugal, expulsaram os holandeses invasores, no século XVII, e optaram por se submeterem a Portugal, que naquela época passava por um período conturbado, quando tentava reaver as colônias perdidas para os flamengos (BOXERS, 2002, P.126).

Na década 80 do século XX, a reabertura democrática resultou em novos debates historiográficos levando a revisão histórica dos movimentos ocorridos no país. Governadores voltaram a ser eleitos, depois de anos de impedimento pela ditadura militar. Esses ventos democráticos chegaram ao plano educacional através de novas propostas curriculares em vários Estados da federação, tendo destaques as efetivadas em São Paulo e em Minas Gerais.

O movimento de renovação do ensino da História concentrou-se na superação da “história tradicional, oficial” para instituir uma “história engajada” e “atualizada” (GABRIEL e MONTEIRO, 2014. p. 32). Esse contexto histórico de redemocratização, decorrente da “abertura política” do início da “Nova República”, estimulou o surgimento de propostas para alterações do currículo do ensino de História. A principal mudança curricular foi proposta em Minas Gerais e extrapolou as fronteiras do Estado e serviu de base para outras propostas curriculares, mobilizando professores do ensino básico e superior, sindicatos e associações. Essas mudanças promovem reformulações não só no ensino da História, mas também nos livros didáticos, tendo seu currículo disputado basicamente por duas correntes historiográficas: a Teoria Crítica e a Nova História (LAMOSA, 2014).

A Nova História remetia à corrente historiográfica francesa e introduziu novas categorias, como o cotidiano. Nesse período, os educadores discutiram, no contexto de revisão dos currículos e dos próprios livros didáticos, a necessidade de considerar o saber dos alunos o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem. (LAMOSA, 2014, p. 72).

As mudanças se estenderam às Inconfidências Mineira e Baiana com o debate em relação a como denominar esses movimentos. O que elas tinham sido? Elas foram inconfidências ou conjurações? Historiadores e autores dos livros didáticos passaram a denominar os movimentos ocorridos em Minas Gerais e na Bahia como conjurações, ou seja, que elas tinham sido conspirações de um grupo de pessoas contra a autoridade estabelecida. A denominação de inconfidência não era mais apropriada porque estava associada a uma infidelidade para com o rei português ou ao Estado português, ou seja, a um ato de traição. O inconfidente seria um infiel, alguém que não se pode confiar, ou seja, um vil. Entretanto, esses movimentos, em suas limitações e contradições, propunham por fim ao Sistema Colonial e libertar o Brasil ou parte dele do domínio português, não sendo mais adequado o uso do termo inconfidência. E, pior, não cabia associar Tiradentes, estabelecido como herói e mártir da luta pela liberdade do Brasil após a instalação da república no país, a pecha de traidor ou participante de um movimento de traidores. Entretanto, a figura de Tiradentes ficou incólume como mártir da república e herói da pátria apesar dos questionamentos a sua participação e a sua importância na Conjuração Mineira. Segundo o historiador e brasilianista Kenneth Maxwell, mesmo reconhecendo a coragem de Tiradentes em assumir a responsabilidade exclusiva durante os interrogatórios, ele não teve uma destacada participação na Conjuração:

“Não era influente, não tinha importantes ligações e família, era uma solteirão que passava a maior parte de sua vida à sombra de protetores mais ricos e bem-sucedidos (...) o alferes provavelmente nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos mais amplos do movimento: de seus interrogatórios ressalta que as suas preocupações pareciam limitadas às táticas imediatas e a divulgação de ideias lusófonas” (MAXWELL, 2001, p. 215-216)

Nessa nova conjuntura, ficou, tacitamente, estabelecido que os movimentos ocorridos em Minas Gerais e na Bahia seriam denominados doravante de conjurações. Diante do consenso historiográfico, as editoras passaram a utilizar os termos Conjuração Mineira e Conjuração Baiana em suas obras didáticas e que se mantêm nas publicações atuais.

Outras mudanças que ocorreram nos livros didáticos dizem respeito às antigas denominações da Revolução de 1817 e da Conjuração Baiana. Em relação à Revolução Pernambucana, ela era também denominada de Revolução dos Padres, segundo a justificativa dada pelos historiadores, em razão do envolvimento de um grande número de religiosos no movimento. Em relação à Conjuração Baiana, ela era

denominada de Revolta dos Alfaiates, o que era justificada pela intensa participação dos alfaiates. Os dois termos, A Revolução dos Padres e A Revolta dos Alfaiates, deixaram de ser utilizados nos livros didáticos. Inclusive, nas onze coleções de História, escolhidas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o quadriênio 2020-2023, podemos constatar a não utilização dos dois termos.

Preliminarmente percebemos um maior destaque nos livros didáticos da Conjuração Mineira em comparação com a Revolução Pernambucana de 1817. Mais páginas são dedicadas ao movimento de Minas Gerais, que teve origem na insatisfação da elite mineira à política tributária abusiva da Coroa Portuguesa. Entretanto, A Conjuração Mineira e A Revolução Pernambucana de 1817 foram movimentos com muitas convergências. Foram movimentos libertários, republicanos e duramente reprimidos pelo governo português, mas por que em Pernambuco ocorreu uma revolução e em Minas Gerais uma conjuração? Conforme já explicado, o movimento pernambucano resultou na tomada do poder e na independência de Pernambuco por cerca de 75 dias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que não aconteceu em Minas Gerais. A Revolução Pernambucana foi a primeira do Brasil a ultrapassar a fase meramente conspiratória. Os livros didáticos raramente realçam esse feito e relevam a sua importância. Sobre essa questão constata o historiador pernambucano George Cabral: "Não obstante, não foram os eventos pernambucanos aqueles levados ao prosaetrio, e sim, como é sobejamente conhecido, o episódio da Conjuração Mineira, com seu mártir, Tiradentes" (GEORGE, 2017, p. 243).

Outro exemplo de seleção direcionada dos temas abordados, que podemos destacar nos livros didáticos, diz respeito aos destinados aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, que destacam a Guerra de Canudos (1896-1897), movimento messiânico ocorrido no interior da Bahia no final do século XIX. Nos livros didáticos, os autores destacam a formação da comunidade de Canudos, a figura do Antônio Conselheiro, fundador e mentor da comunidade de Canudos, e a destruição da comunidade pelo Exército brasileiro no início da República Velha (1889-1930). Entretanto, no início do século XIX, aconteceu em Pernambuco o primeiro movimento messiânico ocorrido no país, A Revolta da Serra do Rodeador (1820), que teve início com a formação da comunidade do Rodeador em Bonito, no agreste pernambucano, sob a liderança de José Silvestre. Assim como a comunidade de Canudos, a

comunidade do Rodeador foi duramente reprimida. Durante a repressão, liderada pelo governador Luís do Rego Barreto, membros da comunidade foram queimados - vivos e mortos - em uma insana fogueira humana e os sobreviventes foram presos e trazidos para o Recife. Episódio esse relembrado pelo príncipe regente Dom Pedro em agosto de 1822 quando da conclamação aos pernambucanos por apoio nas lutas contra as Cortes de Lisboa: "Recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras de Bonito". Entretanto, a Revolta do Rodeador continua solenemente ignorada nos livros didáticos. Nenhuma menção. Nenhum livro didático consultado faz referência ao episódio do Rodeador. Essa situação de esquecimento surpreende o historiador Flávio José Gomes Cabral: "Um evento da magnitude dos deserdados do Rodeador é de estranhar não ter despertado a atenção dos historiadores, sendo alvo de estudos de folcloristas e antropólogos." (CABRAL, 2004, p.19)

A presente dissertação pretende desenvolver reflexões de como os movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco no século XIX são apresentados nos livros destinados aos estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais e como neles é contextualizada a história regional diante de uma história nacional. Perceber o desafio de se estudar a história de Pernambuco e os seus movimentos contestatórios diante de uma história nacional e de obras destinadas à defesa e a construção de uma unidade nacional norteadas pelo centralismo político. A história de Pernambuco e os seus movimentos contestatórios do século XIX se opunham a esse contexto histórico da unidade nacional e segundo George Cabral: "tornou-se necessário também alinhar uma forma de superar os localismos e de se construir uma ideia de nacionalidade, um sentimento de pertença lastreado numa história compartilhada por todos os brasileiros." (CABRAL, 2017, p.235).

A história de Pernambuco, preferencialmente, integra o conteúdo dos livros didáticos destinados aos estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais e do 2º ano do Ensino Médio. Iremos nos deter na análise das 11 coleções didáticas aprovadas para o quadriênio 2020-2023 no PNLD. Salientando que os estudantes do 8º Ano são contemplados com um currículo permeado por revoluções: A Revolução Puritana; A Revolução Gloriosa; A Revolução Industrial; A Revolução Americana; A Revolução Francesa; A Revolução Socialista; A Revolução Liberal do Porto de 1820, As Revoluções de 1830 e de 1848 na França. Nesse contexto revolucionário, podemos inserir a Revolução Pernambucana de 1817 como fruto também das

mudanças que estavam ocorrendo na Europa, na América e no Brasil nos séculos XVIII e XIX, fruto da expansão das ideias iluministas e liberais.

Os livros didáticos são aqueles utilizados como material de apoio em sala de aula das escolas públicas e privadas. Circe Bittencourt (2009) o resume como a obra destinada à escola. Os livros didáticos, escolhidos pelos professores, são distribuídos aos estudantes das escolas públicas de todo o país pelo Governo Federal através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, de agora em diante denominado por sua sigla, PNLD. Mas analisando os livros didáticos, percebemos lacunas e ausências sobre história pernambucana e que suscitam alguns questionamentos, tais como: Como a história de Pernambuco do século XIX é contextualizada diante da História do Brasil? Como os livros didáticos abordam o movimento de 1817? Como tornar a Revolta do Rodeador de 1820 em um assunto didático?

Acreditando que o estudo dos movimentos contestatórios pernambucanos nos livros didáticos possam ajudar os estudantes a conhecerem a história regional. Essa compreensão, em meu entendimento, contribui para a formação da sua identidade em um caminhar pedagógico de construção de um sentimento de pertencimento, ou seja, aquele sentimento de pertencer a um lugar. Nessa dissertação tentaremos encontrar caminhos para essas construções. A Procuradora Geral da República Ana Lúcia Amaral, em um verbete denominado de pertencimento no dicionário de Direitos Humanos, publicado pela Escola Superior do Ministério Público da União, explica esse sentimento de pertencimento a um lugar.

A sensação de "pertencimento" significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2006, s.p.).

O interesse de estudar tal temática surgiu da prática em sala de aula ao longo dos anos e dos inúmeros desafios colocados no processo de ensino aprendizagem. Sou professor da rede da Prefeitura do Recife, lotado nas escolas Maria Sampaio de Lucena e Professor Florestan Fernandes, desde 1994 e da Rede Federal, lotado no Colégio Militar do Recife, desde 1996. Lecionando, preferencialmente, História em turmas do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais e do 2º Ano do Ensino Médio,

que tem em sua matriz curricular a história pernambucana no século XIX, destacando os movimentos de 1817, 1824 e 1848.

Interesse esse ampliado devido a uma especialização em História de Pernambuco cursada no ano de 1999, na Universidade Federal de Pernambuco. A especialização permitiu o aprofundamento do estudo da história pernambucana, principalmente, em relação aos séculos XIX e XX. No trabalho final da especialização, orientado pela saudosa professora Virgínia Almoedo, escrevi sobre a Revolta da Serra do Rodeador, que naquela época era um episódio pouco estudado da História de Pernambuco, mas que não aprofundei em um mestrado devido a dificuldade em conciliar a extensa jornada de trabalho nas escolas públicas e privadas com as atividades acadêmicas.

Somadas a preocupação profissional e a curiosidade intelectual, aflora também um imenso interesse pela história pernambucana e, particularmente, nas lutas do povo pernambucano em seus significados e em suas conexões. William H. Walsh alertava que a função do historiador seria construir, não apenas uma narrativa seca daquilo que aconteceu no passado, também perceber as suas significações e as suas conexões (WALSH, 1964, p. 361). Nesse contexto, duas funções são colocadas: a do historiador de realçar as significações e as conexões dos movimentos de 1817 e de 1820 e a de professor de perceber como tais acontecimentos chegam à sala de aula e são transmitidos aos estudantes. Realçando que a dissertação não é só um exercício do ofício de historiador e de professor, mas também é uma reafirmação da identidade pernambucana e uma declaração de um sentimento profundo a Pernambuco. Sentimentos sempre renascidos estudando seu passado.

A dissertação, na primeira parte, se detém em analisar os livros didáticos em quatro aspectos: a sua importância como elemento de mediação do saber no espaço escolar; a sua relevância no mercado editorial brasileiro; a evolução do PNL D e, por fim, o processo de escolha dos livros de História que foram aprovados para a compra pelo Governo Federal para o PNL D 2020-2023.

Na segunda parte, procuramos analisar os movimentos contestatórios pernambucanos à luz da nova historiografia. Constatando se esses novos conhecimentos foram transportados ou não para os livros didáticos, especificamente nos destinados aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais.

Salientando que, em 2017, por ocasião do bicentenário da Revolução Pernambucana, publicações foram lançadas pelo Governo do Estado de Pernambuco, através da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), em convênio com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Nesse contexto, pesquisar se nos livros didáticos, aprovados no PNLN em 2020, esses novos estudos, relacionados à História de Pernambuco no século XIX, foram incorporados. Ainda procurando identificar as novas narrativas que os livros didáticos se propõem ou as tradicionais narrativas que ainda reproduzem. Perceber a precedência de uma situação constatada por Fernando Penna (2014) que a História escolar continua a basear-se em sínteses elaboradas há 25 anos. Afinal, temos a consciência que não é simples questionar ou alterar o que foi instituído por uma memória histórica transmitida por gerações. Em resumo, a dissertação se propõe a constatar as rupturas e as permanências.

E na última parte, fornecer uma estratégia pedagógica, através de um conjunto de sequências didáticas, destinada aos professores do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais, visando o estudo dos movimentos contestatórios do século XIX ocorridos em Pernambuco, especificamente atividades sobre A Revolução Pernambucana de 1817 e A Revolta do Rodeador de 1820.

2 O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO

2.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO MEDIAÇÃO DO SABER

O livro didático pode ser definido enquanto um material de apoio e uso em sala de aula e que desde o século XIX vem sendo utilizado em todas as escolas públicas e privadas. Estudar livro didático se torna um desafio para o desenvolvimento de uma dissertação ou de uma tese em razão que nos últimos anos ele tem sido objeto de inúmeras pesquisas, que visam à compreensão da sua importância para o ensino da História e das demais disciplinas. Inúmeras teses e dissertações o estudaram e ainda se propõe a estudar o livro didático e, por conta disso, se torna um grande desafio produzir algo inédito e relevante em relação ao tema.

Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países (CHOPPIN, 2004, p. 549).

No que concerne a pesquisa dos livros didáticos, segundo Circe Bittencourt (2009), eles não passam despercebidos nas universidades. Eles têm sido objeto de inúmeras pesquisas por ser um produto fundamental da cultura escolar: “Críticas e análises de diferentes naturezas têm-se constituído como referências para reflexão e, possivelmente, para reformulações e renovações das obras escolares”. Especificamente, os destinados a disciplina história tem despertado especial interesse nas universidades é o que se pode constatar em uma pesquisa nacional, divulgada por Maria Carolina Galzerani, entre as produções acadêmicas no mestrado e no doutorado, no período compreendido entre 1998 e 2007, foram catalogadas 72 produções, entre teses e dissertações, destinadas ao livro didático de História (2013, p.11). Produções possivelmente ampliadas em anos posteriores.

Em outra pesquisa, tendo por base as produções acadêmicas defendidas entre 1980 e 2000 na região Sudeste do Brasil, Kenia Moreira e Marilda Silva reforçaram o interesse acadêmico nos livros didáticos de História destacando que neles são abordadas cinco temáticas: o foco no conteúdo, em temas como povo, identidade regional e heróis; a história do livro didático; a produção e a elaboração do livro didático; a avaliação do livro didático e o uso pedagógico do livro didático

(MOREIRA E SILVA, 2007 apud GASPARELLO, 2013, p.26). Essa dissertação pretende se somar às pesquisas destinadas ao conteúdo do livro didático de história, ou seja, a formação de uma identidade local a partir do estudo de dois movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco na primeira metade do século XIX.

Diante da criação do Colégio Pedro II em 1837 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 no Período Regencial (1831-1840), a História foi consolidada como disciplina escolar e a sua criação tinha o objetivo de possibilitar aos estudantes brasileiros o conhecimento do progresso humano, dos grandes vultos e das datas memoráveis. Diante da demanda, tornou-se imprescindível a elaboração de livros destinados para o atendimento dos estudantes brasileiros. O Colégio Pedro II passou a nortear o ensino da disciplina História pelo país.

Os conteúdos da disciplina História só tiveram um plano de estudos consolidado a partir do Colégio Pedro II, que passou a ser referência para escolas de todo o país. Os professores do próprio colégio, muitos deles sócios do IHGB, passaram a produzir os primeiros livros didáticos. (LAMOSA, 2014, p. 71)

Os impressos destinados ao ensino eram denominados de “resumos”, “noções”, “apostila” ou “compêndio”. Mas predominou o termo “compêndio”, já que não se exigia que fosse obra original, o seu autor fazia a compilação de textos resumidos de outros autores reconhecidos adequando ao programa de estudos e repassando aos alunos como “resumos” ou “lições”. Mesmo se utilizando no início de obras didáticas originárias da França, Inglaterra e Alemanha, seguiu-se no Brasil uma tradição dos países ibéricos de chamarem seus livros escolares de livros, textos e manuais, seguidos ou não do termo “escolar”, os livros escolares brasileiros passaram a ser denominados de livros didáticos. A expressão “livro didático” se apresentou predominante em meados do século XX (GASPARELLO, 2013, p. 22 e 23).

Em sala de aula, o livro didático se configura como o principal, e às vezes, o único material impresso utilizado pelos estudantes e um importante instrumento para o seu processo de aprendizagem e, ao professor, não só como suporte para o processo de ensino, mas também como um guia de orientação e até mesmo de respaldo para o seu ofício.

Do ponto de vista dos alunos, ele é mais do que isso: é sim, o material que lhes permitirá acompanhar e que lhes permitirá registrar as aulas, mas é também o texto que lhes permitirá em casa com autonomia e recordar o que

foi feito antes na escola e, para muitos, será um dos poucos materiais escritos, base de práticas letradas, que terão em casa (ROJO, 2006. p. 50).

Nessa perspectiva de um livro destinado ao ensino em sala de aula, Lopes (LOPES, 2007, p. 208 apud BERTOTTI, 2020, p. 58) estabelece uma definição do livro didático que é de “ser uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores” que configura a apropriação do conhecimento acadêmico e transportado em um livro destinado aos estudantes.

A sala de aula é permeada por diversos conhecimentos escolares ou não. Segundo Libâneo (2002) a escola funciona como um local de produção de saberes, científicos ou não, sistematizados ou não e produzidos por estudantes e professores. Entre os vários conhecimentos que circulam no ambiente escolar, destacamos o conhecimento acadêmico. Um conhecimento produzido na academia e que chega aos estudantes através dos livros didáticos e pela prática dos professores em sala de aula e formados na academia. Em relação a esse conhecimento percebemos, entretanto que na academia, em geral, não tem a prioridade de atender as demandas das escolas públicas espalhadas pelo país e nem a preocupação com o conhecimento produzido nessas escolas.

No entanto, sabemos que muitas vezes, o espaço da universidade, onde são veiculados os conhecimentos, não comporta a legitimidade dos saberes produzidos na escola pelos professores. Não se consegue única e exclusivamente pela academia saber dos alunos, dos professores e, principalmente, do que se produz na escola. De lá (academia) não vemos a escola. Não vemos os alunos e principalmente, não nos vemos como professores, só como pesquisadores. (PINA, PRADO E MOTA, 2008, p.128).

Aprofundando a discussão sobre o conhecimento no ambiente escolar, o pensador inglês Michael Young, tendo por base a pesquisa do sociólogo Basil Bernstein, defende que nesse espaço permeiam um conhecimento escolar e um conhecimento cotidiano. O primeiro, como sendo um conhecimento especializado, presente no currículo escolar e transmitido pelos professores e o segundo, como aquele que os estudantes trazem para a sala de aula. Young defende a valorização desse conhecimento especializado e a importância da escola como o local onde a maioria dos jovens são capacitados para a aquisição de um conhecimento que eles não adquirem em casa ou em sua comunidade. Esse conhecimento, que Young denomina de “conhecimento poderoso”, possibilita aos jovens “fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo” (YOUNG, 2007. p.1294).

Mas como tamanho conhecimento “poderoso” chega até as escolas? Como os professores o transmitem aos estudantes? O conhecimento produzido na academia é predominantemente transformado/transportado para o ambiente escolar através dos livros didáticos. Um conhecimento que é reelaborado pelos professores para ser por ele ensinado e aprendido pelos estudantes. Essa adaptação do conhecimento para se tornarem ensináveis, Lopes estabelece como a Mediação Didática, Perrenoud de Transposição Pragmática e Chevallard de Transposição Didática. Utilizarei nesta dissertação como referencial teórico o conceito da Transposição Didática.

A Teoria da Transposição Didática foi formulada originalmente em 1975 pelo sociólogo francês Michel Verret na sua tese de doutorado “*Le temps des études*”. Na década de 80, o matemático Yves Chevallard incorporou o pensamento de Verret em uma unidade didática tornando-a uma teoria e com ela passou a investigar aspectos da epistemologia da matemática. No início, Chevallard entendeu que a Transposição Didática se associava exclusivamente ao estudo da Didática da Matemática, posição que foi mudada posteriormente, passando a defender que a teoria poderia ser estendida aos outros campos do conhecimento.

A Transposição Didática surge como um importante referencial teórico para a explicação e entendimento de como o sistema de ensino faz a adaptação do conhecimento a ser ensinado, ou seja, a transposição do conhecimento científico para os estudantes dos ensinos fundamental e médio através de uma didática a qual possibilita a transmissão de um saber produzido nas universidades. Didaticamente, é a transmissão dos que sabem para os que ainda não sabem. Daqueles que aprenderam para aqueles que aprendem. (VERRET, 1975, p. 139). É o saber relacionado a uma didática do ensino na qual a diferença entre o professor e o aluno estaria no tempo de saber e não na sua relação de cada um com o saber.

O transpor de Chevallard tem um sentido musical. A passagem de um tom para outro. A passagem do saber produzido, que ele denomina de saber sábio, para o saber a ensinar e o saber ensinado. Saberes diferentes com especificidades, mas sem hierarquias e que visam atender demandas diferenciadas. Ele se vale do conceito epistemológico da problemática, ou seja, as questões que um determinado saber busca responder com demandas em contextos diferenciados. Cada saber atende a sua própria demanda.

Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O “trabalho” que faz de um objeto de saber ensinar, um objeto de ensino é chamado de Transposição Didática. (CHEVALLARD; 1991, p.39).

O saber sábio, ou saber científico, seria aquele produzido na academia por cientistas e pesquisadores com a preocupação de atender as demandas científicas e de solucionar os problemas colocados pela comunidade dos pesquisadores. Esse saber é socializado em congressos ou em periódicos científicos e que vigora até a sua refutação por outros estudos e ou novas descobertas.

O saber a ensinar é o saber sábio transportado para o contexto escolar e que é ensinado pelo o professor e que faz parte dos currículos das escolas, dos projetos políticos e dos livros didáticos. Ao chegar à escola, o saber sábio sofre transformações que o simplifica a fim de convertê-lo em objeto de estudo escolar. Nesse processo, o livro didático adquire um importante papel para a concretização do saber a ensinar por transpor o conhecimento científico para uma melhor compreensão dos estudantes. O saber ensinado é o que é levado para a sala de aula e que é ensinado aos estudantes. O saber ensinado é o saber ministrado pelo professor, que ele reestrutura constituindo-se com isso o saber a ensinar.

Em resumo, o saber sábio é aquele que se origina nas academias, o saber a ensinar é aquele que chega à escola e o saber ensinado é o que chega na sala de aula. O saber sábio necessita passar por transformação já que ele não foi criado com o objetivo de ser ensinado fora da academia. Os saberes a ensinar e o ensinado não se preocupam em solucionar problemas, mas atender a demanda específica do processo de aprendizagem, a contradição do novo/antigo. Essa contradição explica-se pela necessidade do ensino se remeter ao que já é conhecido pelo estudante, o conhecimento antigo, e, ao mesmo tempo, que deve aparecer como novidade, o conhecimento novo. O aprender o saber ainda não sabido explica e justifica a Transposição Didática.

E qual é o papel do professor na Teoria da Transposição Didática? O desafio do professor é transformar um conhecimento científico em um conhecimento didático. Fazendo o alerta que, nessa condição, o professor não é um mero reproduzidor de conteúdo, ele é o responsável pelo momento de transformação do saber. Ele não é um ser passivo diante dessa transposição de saberes. Nesse processo de

Transposição Didática é o professor que vai transformar esse saber para os estudantes negociando com eles a sua gestão, os papéis que cada um deverá assumir, para que esse saber possa ser ensinado e aprendido (Menezes, 2006). Sintetizando, o professor reelabora o objeto de conhecimento e o transporta para a sala de aula.

Chevallard teorizou que a Transposição Didática era feita em uma esfera invisível que ele denominou de Noosfera, que ficaria entre um entorno e o sistema de ensino. No entorno, ficariam as famílias dos estudantes e as Instituições políticas; a Noosfera seria encarregada de realizar a interface entre a sociedade e as esferas da produção do saber, que viabiliza a manutenção da compatibilidade entre o entorno e o sistema didático sendo, portanto, um espaço de conflito e de disputas e no sistema de ensino a relação entre os professores e os estudantes.

As primeiras críticas à Teoria da Transposição Didática se basearam no seu objeto de pesquisa de origem. Para alguns ela não se aplica às peculiaridades das outras disciplinas, ela seria própria para uma didática específica da Matemática.

“Em relação à transposição didática do procedimento histórico, o que se procura é algo diferente, ou seja, a realização na sala de aula da própria atividade de historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a história. Que o aluno possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio de elaboração do conhecimento” (SCHMITD, 2004, p. 54-66).

Alguns a criticam também por achar que a teoria exclui os saberes das práticas sociais que também permeiam os saberes nas escolas ao não se preocupar com o “saber retido” aquele saber que de fato o estudante incorpora. Afinal, nem todo saber ensinado é aprendido. Nem todo o “saber retido” tem origem no saber ensinado.

Pode-se criticar a Teoria da Transposição Didática por considerar a disciplina escolar dependente do conhecimento produzido na academia, ou seja, o conhecimento denominado de científico e da necessidade da sua “vulgarização” para chegar à sala de aula. Questiona-se ainda a interpretação de que saber científico é quem legitima as disciplinas escolares. Entretanto, a crítica mais contundente à teoria da Transposição Didática partiu do historiador francês André Chervel ao defender a escola como um campo autônomo da produção de conhecimento na qual ela funciona

como um local onde se produz um saber próprio. A escola não deve funcionar como um mero reproduzidor ou adaptador de um saber produzido longe das suas salas. Nessa perspectiva, os professores devem ter a autonomia de selecionar os conteúdos escolares de acordo com as finalidades específicas de cada disciplina escolar. Cada disciplina escolar tem sua autonomia pedagógica. A professora Circe Bittencourt refletiu em relação à autonomia das disciplinas escolares:

A disciplina escolar não se constitui pela simples “Transposição Didática” do saber erudito, mas, antes, por intermédio de uma teia de outros conhecimentos, havendo diferenças mais complexas entre as duas formas de conhecimento, científico e escolar. (BITTENCOURT, 2004, p. 37).

Mesmo entendendo as suas limitações e o embasamento dos que a criticam, acredito que a Teoria da Transposição Didática possa ser útil para a fundamentação teórica desta dissertação que tem como objetivo analisar o processo de transposição do conhecimento sábio dos movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco para o saber ensinar em livros didáticos de História destinados aos estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

Esse processo de mediação ou de transposição do conhecimento para o estudante tem o livro didático como um elemento importante. É nele que o saber acadêmico se materializa através de um saber reelaborado e que deve ser apropriado pelo estudante e em um caminho possível a ser percorrido pelo professor para a aprendizagem do estudante. O livro didático tornou-se a principal ferramenta no ambiente escolar na qual se remete ao saber ensinado. É um dos importantes instrumentos da Transposição Didática no processo de ensino e aprendizagem quando bem adequado à faixa etária dos estudantes.

O conhecimento transposto para o livro didático apresenta adequações e limitações. O saber sábio traz em si elementos de pesquisas aprofundadas e novos debates acadêmicos que não caberiam em aulas para estudantes do ensino fundamental e médio e nem nas páginas dos livros didáticos. Os autores desses livros procuram sistematizar em poucas páginas um vasto conhecimento permeado por novas pesquisas e novas leituras. E por conta da dinâmica da elaboração dos livros didáticos, para atender as demandas do mercado editorial e as determinações governamentais para a sua adequação ao PNLD, os autores selecionam, omitem e reduzem conteúdos.

A Transposição Didática tem no livro didático um dos principais elementos para a sua concretização. Na perspectiva que muitas vezes o livro didático funciona como o principal meio que o professor utiliza para transmitir o saber ensinado e para alguns estudantes o tem como o único acesso ao saber. O saber ensinado se torna um saber possível com o uso do livro didático, que não pode ser visto como um mero vulgarizador do conhecimento histórico produzido no âmbito da pesquisa acadêmica (CAIMI, 2017, p. 33).

Entretanto, não podemos considerar o livro didático como sendo uma cópia resumida dos livros científicos. Ele tem uma importância própria que atende a uma demanda própria, a de permitir o contato inicial dos estudantes com o saber sábio. E, para isso, o livro didático tem seus códigos próprios, embora se submeta aos rígidos padrões impostos pelas editoras que visam atender às demandas de um mercado competitivo e valioso. E atender à própria demanda da aprendizagem do conhecimento histórico.

Em relação à transposição didática do procedimento histórico, o que se procura é a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. (SCHMIDT, 2004, p. 59).

Nesse contexto, as onze coleções de História, selecionados para o PNLD em 2018, foram escritas por 25 autores. Conforme o quadro seguinte, onze são ou foram professores universitários de importantes instituições como: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade São Paulo (USP), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Onze dos autores concluíram o doutorado. Essa vinculação de alguns autores diretamente com a academia, através do ensino ou do doutoramento, em meu entendimento, permite uma maior possibilidade de adequação do saber sábio ao livro didático, que adquire uma dimensão de transpor didaticamente aos estudantes um conhecimento adequado e relevante.

Quadro 1 - Os autores dos livros didáticos/ PNLD-2020

AUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
-------	--------------------	--------------------------

Ana Claudia Fernandes*	Bacharelado em História. Mestrado em História Social pela USP.	Não informada.
Reinaldo Seriacopi	Bacharelado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Bacharelado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior.	Não informada
Gislane Campos Azevedo Seriacopi	Mestrado em História Social pela PUC-SP.	Professora universitária, pesquisadora e professora de História dos Ensinos Fundamental e Médio nas redes pública e privada.
Patrícia Ramos Braick	Mestrado em História pela PUC-RS.	Professora da educação básica.
Anna Barreto	Mestrado em Ciências com concentração em História Social pela USP.	Professora da educação básica nas redes pública e privada.
Ana Lúcia Lana Nemi	Bacharelado e Licenciatura em História pela USP. Mestrado em História Social pela USP. Doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP.	Professora do curso de História da UNIFESP.
Anderson Roberti dos Reis	Licenciatura em História pelas FMU-SP. Mestrado em História Cultural pela UNICAMP. Doutorado em História Social pela USP.	Professor da UFMT.
Débora Yumi Motooka	Bacharelado e Licenciatura em História pela USP.	Professora de História em escolas da rede privada.
Cláudio Vicentino	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela USP.	Professor de História do Ensino Médio e de cursos pré-vestibulares.
José Bruno Vicentino	Bacharelado e Licenciatura em História pela PUC-SP.	Professor de História do Ensino Médio e de cursos pré-vestibulares.
Alfredo Boulos	Mestrado em Ciências Sociais pela USP. Doutorado em Educação pela PUC-SP.	Professor na rede particular e na rede pública e em cursos pré-vestibulares.
Caroline Torres Minoretti	Bacharelado e Licenciatura em História pela UEL-PR. Especialização em História e Teorias da Arte: Modernidade e Pós-modernidade pela UEL-PR.	Professora da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Charles Hookit Fukushigue Chiba	Bacharelado e Licenciatura em História pela UEL-PR. Especialização em História Social e Ensino de História pela UEL-PR.	Professor das redes pública e particular de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.
Gilberto Cotrim	Bacharelado e Licenciatura em História pela USP. Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP.	Professor na rede particular de ensino.
Jaime Rodrigues	Bacharelado e Licenciatura em História pela USP. Doutorado em História Social do Trabalho pela UNICAMP.	Ex-professor de História nas redes pública e particular de ensino. Professor de História da UNIFESP.
Adriana Machado Dias	Bacharelado e Licenciatura em História pela UEL-PR. Especialista em História Social e Ensino de História pela UEL-PR.	Professora de História em escolas da rede particular de ensino.
Keila Grinberg	Licenciatura em História pela UFF-RJ. Doutorado em História Social pela UFF-RJ.	Professora do Departamento de História da UNIRIO.
Marcelo Cesar Pellegrini	Bacharelado e Licenciatura em História pela UEL-RJ.	Professor de História em escolas da rede particular de ensino.
Ronaldo Vainfas	Doutorado em História Social pela USP.	Professor do Departamento de História da UFF-RJ.

Jorge Ferreira	Doutorado em História Social pela USP.	Professor do Departamento de História da UFF-RJ.
Sheila de Castro Faria	Doutorado em História pela UFF.	Professor do Departamento de História da UFF-RJ.
Daniela Buono Calainho	Doutora em História pela UFF.	Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Flávio de Campos	Bacharelado e Licenciatura em História pela PUC-SP. Mestrado em História na área de História Social pela USP. Doutorado em Ciências na área de História Social pela USP.	Professor do Departamento de História da USP.
Regina Claro	Bacharelado em História pela USP. Mestrado em Ciências na área de História Social pela USP.	Desenvolve projetos de capacitação para professores da rede pública na temática História e cultura Africana e Afro-americana.

Miriam Dolhnikoff	Bacharelado e Licenciatura em História pela PUC-SP. Doutora em Ciências na área de História Econômica pela USP.	Professora do Departamento de História e do curso de Relações Internacionais da USP.
-------------------	--	--

* A professora Ana Cláudia Fernandes foi a editora responsável por uma obra coletiva, *Araribá Mais História* da Editora Moderna, com a participação de oito professores.

Analisando a formação acadêmica e a experiência profissional dos autores dos livros didáticos, podemos constatar que as editoras estão estimulando, com uma maior frequência, que os professores universitários e os professores das redes públicas e privadas, que possuam doutoramento, escrevam os seus livros didáticos. Entendo como uma estratégia que as editoras estão utilizando para qualificar as suas coleções e, ao mesmo tempo, convencer os professores no processo de escolha do PNLD. Destaco ainda, que essa prática das editoras aproxima mais o conhecimento produzido na academia ao saber a ser ensinado aos estudantes das escolas públicas e privadas, ou seja, a Transposição Didática sendo efetivada no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar da interligação dos saberes que circulam no ambiente escolar com o que é produzido na academia, mediada pela Transposição Didática, elas possuem diferentes funções sociais. Na academia e nas escolas circulam saberes diferentes. As obras acadêmicas são destinadas a uma pequena comunidade e a um grupo restrito de pessoas cultas interessadas por um tipo de literatura científica, mas essa produção mesmo publicada em livros ou artigos em revistas científicas não tem como ser acessada diretamente por um cidadão comum (PENNA, 2014, p. 46).

Em resumo, a concretude dos saberes nas escolas ocorre mediante a sua transposição didática através do livro didático. E essa transpor do saber acadêmico para o ambiente escolar por si só justifica o inesgotável interesse pelo seu estudo nas academias, mas o livro didático se apresenta em outros contextos, como a sua importância na consolidação do mercado editorial e na concretização de uma política governamental de estímulo à expansão da educação pública e gratuita. Esses dois aspectos serão estudados na sequência deste capítulo.

2.2 O LIVRO DIDÁTICO E O MERCADO EDITORIAL

Diante da conscientização da importância do livro didático para a aprendizagem do estudante e de suporte para o ofício do professor, na década de 1980, surge uma preocupação em seu aprimoramento e melhoria de qualidade através de programas efetivados pelo Governo Federal e de ações coordenadas pelo MEC. Uma política baseada na compra e distribuição para todas as escolas públicas do país o que ocasionou a necessidade da montagem de uma estrutura fenomenal, a movimentação de uma grande soma de recursos e o interesse das grandes editoras do país.

Uma política de compra e distribuição para todas as escolas públicas do país ocasionou uma corrida editorial nos últimos anos, que aponta o livro como uma mercadoria, sujeito às influências sociais, econômicas, técnicas, políticas e culturais como qualquer outra mercadoria que percorre os caminhos de produção, distribuição e consumo. (BERTOTTI, 2019, p. 64).

O livro didático nos últimos anos passou a ter um papel muito importante no mercado editorial brasileiro. Segundo Bittencourt (2009), o livro didático é uma mercadoria que se insere no mundo da lucratividade e da competitividade como qualquer outra mercadoria, obedecendo à lógica da economia capitalista. Uma cadeia mercadológica que tem início com a sua produção por um autor ou autores a qual se resguarda o direito autoral que consiste no “direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica” (Lei nº 9.610 /1988). Em razão do direito autoral, o autor tem direito a 10% do valor da capa do livro. Em relação ao livro didático, essa porcentagem fica entre 6% a 8%. Nessa cadeia, cabe à editora o direito exclusivo de reprodução o dever de divulgá-la. “Estas arcam com a maior parte do custo de produção do produto, o que inclui: editoração, impressão, divulgação e distribuição das obras.” (OLIVEIRA, 2018, p.19). Por esse custo total produção, a editora fica com 50% do valor do livro. A livraria, destino final e responsável pela venda direta ao leitor, fica com 40%. Na venda do Livro didático direta ao Governo Federal, para o programa do PNLD, uma parte do que seria destinada ao autor ou autores e o total da livraria é incorporado à editora. O que torna bastante lucrativo esse comércio para as editoras.

Ainda que os preços dos livros didáticos vendidos pelas editoras ao governo federal sejam mais baixos, as vendas compensam pela grande escala e pela garantia que não serão devolvidos, ao contrário do que acontece com os

comercializados com as livrarias, que os recebem em regime de consignação. E caso os livros didáticos fiquem encalhados nas prateleiras, cabe às editoras retirá-los da loja e armazená-los até o início de um novo ano letivo. O que demanda um alto custo para sua manutenção. As editoras então priorizam a venda ao governo federal

Apenas na edição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018, o governo comprou 153,9 milhões de livros e investiu R \$1,47 bilhão. Os livros foram destinados ao atendimento de alunos do ensino médio; reposição dos livros consumíveis para os alunos de todas as séries do ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e campo; livros adicionais consumíveis e reutilizáveis para cobrir acréscimos de matrículas para os alunos de todas as séries do ensino fundamental e campo. Foram beneficiados 31 milhões de estudantes. Apenas por essa conta, a título de exemplo, cada exemplar saiu, em média, por R \$9,55. (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 08/Fevereiro/2019).

A venda do livro didático passou a ser a grande fonte de lucros das editoras brasileiras. Segundo Bittencourt (2009) o livro didático por ser um material imposto de forma compulsória aos seus leitores, oferece lucros significativos para as editoras com enormes tiragens. A sua comercialização vem sendo acompanhada desde 2006 pela Fundação Instituto de Pesquisa (FIPE), com o apoio da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). A pesquisa, denominada de Desempenho Real do Mercado do Livro, divide o mercado em quatro categorias: didáticos (DID); obras gerais (OG); religiosos (REL) e científicos, técnicos e profissionais (CTP). Alguns autores incorporam nos dados da pesquisa os didáticos e os científicos, técnicos e profissionais por serem destinados ao ensino dos estudantes. Como a minha pesquisa é específica aos didáticos, não fiz essa junção. Os dados foram computados separadamente porque os CTPs não são o objeto principal de compra do Governo Federal e não integram o PNLD.

O ano de 2018, devido ao agravamento da crise econômica, foi complicado para o mercado editorial brasileiro. A Gama Revista, em uma reportagem, publicada em setembro de 2020, intitulada Como os livros sobreviveram às sucessivas crises no Brasil? Constatava que, devido ao prolongamento da crise na economia brasileira, a venda de livros havia despencado no país. A crise tinha atingido em cheio as editoras e as livrarias com perdas econômicas, dívidas, calotes e pedidos de recuperação judicial. As principais livrarias do país, a Saraiva e a Cultura, demitiram centenas de funcionários, fecharam diversas lojas pelo país e pediram recuperação judicial. As livrarias deixaram para trás uma dívida estimada em mais de R \$300 milhões. Diante da crise, as editoras passaram a publicar menos e, conseqüentemente, as livrarias a

vender menos. A crise das editoras foi agravada com a chegada da Amazon, uma plataforma de compra e venda online, ao mercado editorial brasileiro. Essa presença transformou o mercado editorial brasileiro fazendo com que as grandes redes mudassem o próprio modelo de negócio visando a adequação à nova realidade no país. (PAYNO, 2020, s.p.).

Enquanto as vendas em bancas, livrarias, igrejas e escolas encolhiam em cerca de 10%, o mercado de venda de livros didáticos ao Governo Federal cresceu e amenizou a crise do mercado editorial. Esse nicho do mercado cresceu em faturamento com as aquisições do Governo Federal para atender as necessidades do PNLD. Apesar da crise de 2018, o volume de vendas foi o maior desde 2013, quando alcançou R \$1.368 bilhão. Em 2019, o Governo Federal comprou para o PNLD o montante de R \$1.330 bilhão. Em 2020, as vendas chegaram ao montante de R \$1.390 bilhão. (Dados estáticos do FNDE/2018-2019-2020).

Em 2018, a CBL, o SNEL e a FIPE, visando divulgar os dados do mercado editorial, lançaram um minucioso documento denominado de Desempenho Real do Mercado Livreiro no qual fazia levantamento da venda dos livros didáticos; obras gerais; religiosos e científicos, técnicos e profissionais no país. Esse documento demonstra a evolução do mercado editorial entre 2006 a 2018 apontando ao longo desses anos um cenário de crise com a retração das vendas e a importância do livro didático para a recuperação do setor. Entretanto, esse cenário de crise, se comparado às demais publicações, se ameniza em relação ao livro didático em virtude da venda ao Governo Federal para atendimento da demanda do PNLD. O documento traz um levantamento, a partir de 2006, dos percentuais de vendas ao mercado e ao Governo Federal. No levantamento dos dados, se percebe a importância das vendas do livro didático ao Governo Federal.

Quadro 2 - Vendas ao Governo Federal 2006/2018.

ANO	DIDÁTICOS	OBRAS GERAIS	RELIGIOSOS	CIENTÍFICOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS
2006	40%	11%	0,0%	0,01%
2007	41%	03%	0,0%	0,0%
2008	42%	09%	0,56%	0,1%

2009	40%	15%	0,90%	1,3%
2010	48%	13%	0,45%	0,6%
2011	50%	15%	3,94%	2,0%
2012	46%	16%	3,00%	0,7%
2013	49%	16%	0,82%	1,2%
2014	42%	13%	0,27%	1,9%
2015	46%	06%	0,3%	0,01%
2016	48%	06%	0,24%	0,01%
2017	43%	09%	0,22%	0,7%
2018	50%	06%	0,07%	0,04%

Fonte: Desempenho Real do Mercado Livreiro/ 2006-2018. CBL/SNEL/FIPE

Além da importância do livro didático no mercado editorial brasileiro, outro dado que chama atenção é a sua concentração em poucas editoras que monopolizam a venda e a produção. Entre 2005 e 2016, 90% das compras efetivadas pelo FNDE para o PNLD se concentrou em nove editoras: Moderna, FTD, Ática, Saraiva, Scipione, Positivo, Brasil, Escala e IDEB. Dessas grandes editoras: a Saraiva, a Ática e a Scipione pertenciam ao mesmo grupo empresarial, denominado de Somos Educação, anteriormente integrante do grupo “Abril Educação”, monopolizando mais ainda o setor. Em 2018, a Kroton, líder no setor de educação superior privada no Brasil, comprou a Somos Educação em uma transação no valor de R \$4,6 bilhões. Com essa compra, a Kroton visava diversificar a sua presença no ensino básico e no mercado editorial.

Em 2015, como exemplo do monopólio das editoras, os cinco maiores grupos editoriais (Ática, FTD, Moderna, SM e Saraiva) responderam por quase 90% do total das aquisições efetivadas pelo Governo Federal correspondente ao PNLD de 2016. Neste ano, o Governo Federal adquiriu cerca de 144.291.373 livros didáticos e as cinco maiores editoras foram responsáveis pela venda de 100.000.000 desses livros comprados. (Dados estáticos do FNDE/2015).

Em 2019, no que diz respeito ao PNLD 2020 objeto dessa dissertação, as vendas ao Governo Federal permaneceram sob o controle das editoras. Neste ano, o Governo Federal adquiriu cerca de 126.099.033 livros didáticos e as cinco editoras

foram responsáveis pela venda de cerca de 102.000.000 desses livros. (Dados estáticos do FNDE/2019). Esse monopólio das editoras pode ser constatado na escolha dos livros didáticos de história para o PNLD 2020, às 11 coleções aprovadas são vinculadas a elas: 03 eram da Moderna, 02 da FTD, 02 da SM, 02 da Saraiva, 01 da Ática e 01 do Quinteto. A Editora Quinteto Editorial é vinculada à FTD.

O monopólio das principais editoras permanece em relação à venda ao programa do PNLD. Em 2020, o Governo Federal adquiriu cerca de 172.571.931 livros didáticos ao custo de R \$1.390.201.035,55. Desse total de venda, essas editoras foram responsáveis pela venda de cerca de 140.000.000 do total dos livros do PNLD (Dados estáticos do FNDE/2020).

2.3 O LIVRO DIDÁTICO E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO

O programa do Governo Federal relativo ao controle da produção e da distribuição do livro didático no país, remonta aos anos 1930 do século passado e que se estende até os dias atuais, passando por um processo de mudanças, avanços e retrocessos.

As políticas para o livro didático se constituíram juntamente com as políticas que estruturaram a escola brasileira como um sistema, a partir de 1930. O sistema escolar veio se modificando profundamente, bem como o público que atende - com a ampliação da rede e pretensão de universalização de atendimento às crianças e jovens em idade escolar- ao longo dessas quase nove décadas. (ROCHA, 2017, p. 14).

Em 1937, durante a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas e o seu o ministro da educação, Gustavo Capanema, estabeleceram o Decreto nº 93 de 21 de dezembro criando o Instituto Nacional do Livro visando controlar a organização, a edição e a venda dos livros destinados aos estudantes brasileiros. Nascia assim, em plena ditadura, o interesse do Estado em controlar a produção dos livros no país. O Instituto Nacional do Livro tinha como competências:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;

c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;

d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas e o ministro da educação Gustavo Capanema, por meio do Decreto nº 1006 de 30 de dezembro, estabelecem novas normas para tratar do controle da produção e da circulação do Livro Didático no país. O Decreto, pela primeira vez, explicita o termo livro didático assegurando que é livre a sua produção ou importação (artigo 1º), o definindo como os compêndios e os livros de leitura de classe, ou seja, os livros usados para a leitura dos alunos em aula (artigo 2º) e garantindo ao professor a liberdade de escolha do processo para a sua utilização (artigo 6º). E em um Estado ditatorial, o governo estabelecia o controle dos livros que necessitavam de uma autorização prévia do Ministério da Educação para a sua adoção nas escolas brasileiras (artigo 3º).

O Decreto nº 1006 também instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), uma comissão permanente composta por sete membros escolhidos diretamente pelo Presidente da República. A comissão deveria examinar os livros enviados pelos autores ou editoras, importadores ou vendedores e proferir um julgamento, mencionando os motivos precisos, contrários ou favoráveis à autorização de seu uso. A comissão ainda poderia indicar modificações que deveriam ser feitas para uma posterior liberação do uso do livro didático (artigo 13º). Percebe-se no Decreto, pela primeira vez, a preocupação do Estado em avaliar os livros destinados aos estudantes das escolas brasileiras.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e a queda de Getúlio Vargas, o governo provisório do Presidente José Linhares, por meio da promulgação do Decreto nº 8460 de 26 de janeiro, alterando o Decreto-Lei nº 8.460, decidiu consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático e mantendo a Comissão Nacional do Livro Didático, mas a ampliando para quinze membros, ainda sendo escolhidos pelo Presidente da República e mantendo as mesmas funções. O Decreto mantém ainda, em seus artigos 5º e 6º, a liberdade ao professor na escolha do livro didático e no processo de sua utilização. O Decreto ainda proibia a mudança

do livro no decurso do ano e atribui ao INL a incumbência da publicação oficial dos livros didáticos.

Em 1952 Anísio Teixeira, então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME). A campanha teria a incumbência de elaborar livros didáticos, guias e manuais de ensino das diferentes disciplinas para professores e a análise crítica dos programas de ensino e livros didáticos em uso nas escolas brasileiras. A criação da CALDEME se insere em todo um contexto de debates com a democratização do país após o fim do Estado Novo sobre a necessidade de reformulação do ensino, principalmente o secundário, a expansão da comunidade escolar e o papel dos livros didáticos na educação.

Em 1955, a CALDEME foi absorvida pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao INEP e, em 1956, transformada em Campanha Nacional de Material Escolar (CNME), através do Decreto nº 38.556, com a competência de estudar e promover medidas referentes à produção e à distribuição de material didático. O Decreto estabelecia como material didático: peças, coleções e aparelhos para o estudo de ciências naturais, matemática e desenho e material para estudo de geografia e história; material para o ensino audiovisual de disciplinas dos cursos de grau elementar e médio e dicionários, atlas e outras obras de consulta.

Em 1966, já em pleno regime militar, por meio do Decreto nº 59.355 de 04 de outubro foi extinto o Conselho do Livro Técnico e Didático (CNLD) e foi instituída a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. A comissão seria composta por um colegiado formado por nove membros vinculados ao governo e ao setor editorial com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. Realçando a interferência do regime militar na produção e distribuição dos livros destinados às escolas públicas e aos estudantes, o decreto, na sua consideração inicial, afirmava que o Estado deveria se manter atuante e vigilante nessa área, mas considerando a não conveniência de uma:

Intervenção do Estado que asfixiasse a iniciativa privada, cumprindo antes aos poderes públicos orientar e incentivar a livre concorrência, visando intensificar a produção e melhorar a qualidade do livro técnico e do livro didático, diminuir-lhes os preços de custo e de venda, assim como assegurar-lhes pronta distribuição (DECRETO Nº 59.355, 1966).

Em 1967, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmou um convênio com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) acerca de publicações técnicas, científicas e educacionais. O acordo tinha como objetivo disponibilizar, em cerca de três anos, cerca de 51 milhões de livros ao alcance de estudantes brasileiros e promover a edição de livros didáticos nas matérias que não houvesse publicações em português, ou quando não atendessem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino. Na verdade, esse convênio MEC/SNEL/USAID estabelecia uma interferência norte-americana no sistema educacional brasileiro, fruto de um contexto de polarização mundial devido a Guerra Fria e a um alinhamento do governo brasileiro aos Estados Unidos. A interferência que se percebe na leitura do convênio onde a USAID/BRASIL gentilmente se compromete a:

Proporcionar serviços de assessoria e assistência técnica por especialistas, na dependência de suas disponibilidades de verba e de pessoal, para trabalhar com os editores e o Ministério em vários aspectos da execução do programa. Os especialistas atenderão a diferentes setores, tais como: distribuição, impressão, encadernação, fabricação de papel, diagramação, elaboração e ilustração de livros, editoração de livros técnicos, didáticos, de referência e de biblioteconomia; e a assessorar, de comum acordo com a COLTED, as editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de outras editoras (BRASIL, Convênios, s/p).

Em 1968, por meio do Decreto nº 62.411, foi aprovado o estatuto da Fundação Nacional do Material Didático (FENAME) e no seu artigo 4º estabelece que a Fundação visará à produção e distribuição, pelo preço de custo, do material escolar e didático, contribuindo assim, para a melhoria quantitativa e qualitativa, maior facilidade de aquisição e utilização do referido material. A FENAME absorveu e deu continuidade ao trabalho da antecessora CMNE, assumindo características de empresa, com linha de produção, possuindo gráfica própria, distribuição e comercialização de material didático. Em 1976, com a extinção do Instituto Nacional do Livro (INL), a FENAME recebe a incumbência das atividades de edição e distribuição do livro didático.

Os dois órgãos, COLTED e FENAME, criados pelo MEC nos 1960 possuíam diretrizes diferentes. Enquanto a COLTED tinha objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a FENAME deveria produzir materiais para distribuição ou venda a preço de custo. A preocupação dos governos militares na criação dos dois órgãos diz respeito à demanda da organização e à expansão do ensino e a necessidade de atender ao crescente aumento da comunidade escolar.

Em 1983, por meio do Decreto nº 88. 295 de 10 de maio, em substituição às ações do FENAME, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). A Fundação foi criada para atender importantes demandas dos estudantes como: promover a melhoria da qualidade e o equilíbrio dos custos de mercado do material de apoio ao ensino; elevar os níveis de alimentação e de nutrição dos estudantes e assegurar o acesso à educação.

Em 1985, tem início uma nova fase da política brasileira com o fim da ditadura militar e a restauração do regime democrático com o retorno dos civis ao poder. O novo governo, através do Decreto nº 91.542, institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com os objetivos de universalização e melhoria do ensino do 1º grau, a valorização do professor mediante a sua efetiva participação na indicação do livro didático e reduzir os gastos da família com a educação. O programa estabelece quatro importantes determinações: a indicação do livro didático com a participação do professor; a reutilização do livro didático com a abolição do livro descartável; a aquisição e a distribuição do livro didático aos estudantes das 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias e o Governo Federal assumindo totalmente o custo do programa. A execução do programa ficaria da FAE. O programa se institui como política de Estado e não de governo perdurando até os dias atuais.

O PNLD avalia o conjunto de livros submetidos ao Ministério da educação e Cultura (MEC) para distribuição às escolas públicas do Brasil, a partir de critérios estabelecidos por especialistas de cada área de conhecimento e de acordo com a legislação nacional, publicadas em edital dirigido às editoras interessadas. (Rocha, 2017, p. 15)

Em 1994, foi lançado o documento intitulado: “Definição de Critérios para avaliação de livros didáticos - português, matemática, estudos sociais e ciências” (Brasil, 1994) visando promover a avaliação dos livros mais utilizados pelos professores no âmbito do PNLD. Uma comissão de especialistas foi formada pelo MEC e ao analisarem os principais livros escolhidos foi constatada a veiculação de

preconceitos, indução a erros, discriminação, desatualização e erros conceituais graves, prejudiciais ao processo formativo dos estudantes. A partir dessa iniciativa, o MEC percebeu a necessidade de avaliar os livros didáticos através de guias como forma de orientar os professores no processo de escolha.

Em 1995, de forma gradativa, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental. Neste ano, são contempladas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 1996, de Ciências e, em 1997, as de História e Geografia. Em 1996, foi estabelecido o primeiro Guia de Livro Didático (GLD) para os livros dos anos iniciais do ensino fundamental destinados aos alunos das 1ª a 4ª séries. Os demais guias seguiram sendo publicados em um intervalo de três anos. O GLD permanece como um importante instrumento de auxílio para os professores na escolha de um material fundamental em sala de aula.

O Guia de Livro Didático é um dos documentos mais importantes para efetivação da escolha, pois, traz resenhas e informações acerca de cada uma das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando aos docentes análises, reflexões e orientações quanto ao conteúdo e estrutura das obras e suas potencialidades para a prática pedagógica. (Guias do Programa Nacional do Livro Didático, Brasil).

Em 1997, a Fundação de Assistência ao Estudante é extinta e as suas atribuições para a execução do PNLD são repassadas ao Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão criado em 1968 através da Lei nº 5.537 com a denominação Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) e alterada para a denominação de FNDE através do Decreto-Lei nº 872 de 15 de setembro de 1969 O FNDE absorveu os projetos responsáveis pelos livros didáticos. O programa foi ampliado para todos os estudantes da 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a ser o único comprador dos livros didáticos para o PNLD.

Em 2000, os livros didáticos passaram a ser entregues no ano anterior do ano letivo da sua utilização o que demandou a implantação de uma complexa operação de logística envolvendo carretas, caminhões e barcos para atendimento do prazo de início do ano letivo. Quase dez anos após a implantação da logística de distribuição para atendimento do início do ano letivo, a Revista Veja fez as seguintes constatações em relação a operação: 99% de pontualidade; 0,2% de deterioração dos

livros transportados e menos de 1% dos livros eram trocados ou entregues em endereço errado. (Revista VEJA, 2009, p. 118-122). O programa de entrega mantém a qualidade e continua atendendo com pontualidade os milhões de estudantes espalhados pelo país.

O livro didático passou a percorrer um longo caminho até a sala de aula: 1) Em parceria com a editora, o autor desenvolve um projeto e escreve o livro; 2) A editora inscreve o livro no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Um instituto contratado pelo MEC avalia os padrões técnicos, como a qualidade de impressão, e uma junta de especialistas de universidades públicas aprecia o conteúdo; 3) Os livros aprovados pelo MEC são incluídos no Guia do Livro Didático, que é enviado às escolas. Os professores escolhem os que vão adotar com base nessa lista; 4) O MEC encomenda os livros solicitados pelos professores; 5) Os livros são impressos em diferentes prazos estabelecidos pelos Correios. A ideia é evitar que fiquem armazenados em depósitos antes de chegar às escolas, o que encareceria o processo; 6) Os Correios passam às editoras instruções sobre o número de livros que devem conter cada pacote e enviam as etiquetas com o endereço a ser fixado na embalagem; 7) Por meio de carretas, os Correios se encarregam do transporte dos livros das editoras e 8) Os livros partem de lá para os 5.564 municípios brasileiros. (REVISTA VEJA, 2009, p. 120-121).

Até o PNLD de 2002, as coleções disponibilizadas aos docentes eram recomendadas com as seguintes classificações: RD (Recomendada com Distinção), REC (Recomendada) e RR (Recomendada com Ressalvas) e o GLD 2002 era disponibilizado em um encarte único no qual constavam as avaliações aprovadas para todas as áreas de ensino. A partir de 2005, passou a publicar um Guia para cada área de ensino e, através de resenhas publicadas nos Guias, as coleções passaram a ser classificadas como Aprovada ou Excluída. (MOSCATO, 2018, P. 92)

Em 2010, através do Decreto 7.084 de 27 de janeiro, o PNLD passa a dotar as escolas de livros didáticos, dicionários e outros materiais de apoio à prática educativa e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) prover as escolas públicas de acervos formados por obras de referência de literatura e de pesquisa, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa. Estimulando a criação de bibliotecas nas escolas.

Em 2012, o PNLD foi ampliado com a aquisição e distribuição de livros didáticos para os estudantes do ensino médio e da Educação dos Jovens e Adultos (EJA). Essa incorporação de novas séries demandou o aumento do custo e uma maior abrangência do programa. Em 2017, através do Decreto nº 9099 de 18 de julho, o Governo Federal revogou o Decreto-Lei nº 7.084 e fez importantes mudanças no

PNLD. O programa foi ampliado com a incorporação também de materiais didáticos passando a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

O novo PNLD, que está em vigor, fez as seguintes modificações: a incorporação ao programa das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que conveniadas com o poder público; a incorporação às bibliotecas públicas obras pedagógicas, didáticas e literárias, softwares, jogos educacionais e materiais referentes a gestão escolar e a necessidade que os professores, estudantes e gestores estejam cadastrados no Censo Escolar da Educação Básica.

Em comparação com o PNLD anterior, os objetivos foram mantidos como a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas; a garantia de padrão de qualidade do material; a democratização do acesso às fontes de informação e cultura; o fomento à leitura e o estímulo à atividade investigativa dos alunos e o apoio a atualização e ao desenvolvimento profissional do professor, o decreto incorpora o apoio a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O PNLD manteve as diretrizes anteriores: o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino; respeito à liberdade e o apreço à tolerância e garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras. O PNLD determinou para a sua execução os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Ainda determina ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabelecer as normas de conduta aos participantes do processo de escolha dos livros didáticos não permitindo que eles recebam vantagens, brindes ou presentes e tenham acesso, sejam assediados ou patrocinados pelos autores, editores e distribuidores.

O PNLD fez a extensão do uso dos livros didáticos de três para quatro anos letivos visando atender a determinação de que a sua aquisição seria feita em quatro etapas de atendimento aos segmentos de ensino: primeiro, a educação infantil; segundo, do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental; terceiro, do sexto ao nono ano de Ensino Fundamental; e em quarto, o Ensino Médio. E, anualmente, a

esses segmentos de ensino, o PNLD permanece distribuindo obras didáticas e literárias.

Em relação aos encargos pela utilização correta e conservação dos materiais didáticos com as orientações aos estudantes, professores e pais e responsáveis sobre a guarda, a conservação e a devolução dos materiais didáticos ao final do período letivo, O novo PNLD estabeleceu que ficasse sob a responsabilidade das Secretarias de Educação e às escolas beneficiadas (instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas). Ficou estabelecido ainda que, as Secretarias de Educação e as instituições podem incorporar os materiais aos seus patrimônios ou devem cuidar dos seus descartes.

As etapas do PNLD foram simplificadas, as onze anteriores foram diminuídas para nove: inscrição; avaliação pedagógica; habilitação; escolha, negociação, aquisição; distribuição e monitoramento e avaliação. Foram excluídas as etapas de triagem e pré-análise. Também foram acrescentados novos critérios para a avaliação pedagógica dos materiais didáticos. Oito critérios foram estabelecidos sendo os principais: o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação; a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológico; a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos e a qualidade do texto e a adequação temática.

Em relação ao novo PNLD podemos fazer críticas em razão a duas mudanças efetuadas. A primeira crítica em razão do critério na escolha dos integrantes das comissões técnicas. No PNLD anterior estabelecia que era atribuição do MEC e o novo estabelecia que passaria a ser uma atribuição do Ministro de Estado da Educação a partir da indicação entre as instituições previamente estabelecidas. Percebemos essa nova orientação como uma medida centralizadora. E a segunda crítica é por conta da determinação de que a escolha do material didático seria para cada escola; para cada grupo de escolas ou para todas as escolas da rede. No programa anterior, os livros eram escolhidos livremente pela escola, por meio do seu corpo docente e dirigente, em primeira e segunda opção. Enxergamos nessa nova determinação uma tentativa de cerceamento da liberdade do professor em escolher o livro didático.

O PNLD manteve o entendimento que a avaliação pedagógica seria importante para qualificar ou selecionar os materiais inscritos no programa cabendo à comissão de avaliação aprovar, aprovar condicionando à correção de falhas pontuais, falhas que possam ser corrigidas com simples indicação da troca a ser efetuada pelo titular de direitos autorais, ou reprovar. O programa lista o que considera como não sendo falhas pontuais: erros conceituais; erros gramaticais recorrentes; necessidade de revisão global do material; necessidade de correção de unidades ou capítulos; a necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas; supressão de trechos extensos e outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático.

Em 2019, seguindo as novas orientações contidas no PNLD, 13 coleções foram submetidas à apreciação da comissão do GLD, mas só 11 foram aprovadas. O Guia Digital do PNLD, disponibilizado pelo Governo Federal em 2020, informou os critérios que norteariam a seleção das coleções aprovadas e estabeleceu os elementos que os professores deveriam levar em consideração na escolha do livro didático para os seus estudantes.

A análise das coleções de História foi realizada por 23 avaliadores de diversas entidades de ensino público do país. De Pernambuco, participaram três avaliadores: Eleta de Carvalho Freire (UFPE), José Bezerra de Brito Neto (UFPE) e José Walmisson Barros (SEDUC – Ipojuca-PE). Ao final do processo de escolha das coleções, foi disponibilizado o Guia Digital do PNLD para a orientação dos professores, que ficou sob a coordenação dos professores doutores: Damião de Lima (UFPB), Denílson Rosa Ribeiro (UFMT) e Janice Theodoro da Silva (UFF).

Na sua parte introdutória, o Guia alerta que a análise das coleções teve por base os princípios estabelecidos pela recém-aprovada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como perspectiva de aprendizagem a compreensão dos objetos de conhecimento através do desenvolvimento de habilidades e de competências. O Guia destacava a sua finalidade e a sua importância para os professores.

Onde o professor irá encontrar registros e materiais diversos que irão contribuir para a escolha do livro didático e que irá acompanhar seu cotidiano escolar com os (as) estudantes dos anos finais do ensino fundamental. (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO; 2019)

O Guia estabelece alguns elementos que os professores devem levar em consideração quando da escolha do livro didático: ler e discutir o guia e as coleções selecionadas; verificar qual das coleções despertaria os interesses; as curiosidades e as necessidades formativas dos estudantes na(s) escola(s) onde leciona e perceber a sua contribuição para o seu planejamento para o processo de ensino e aprendizagem.

O Guia destaca a importância do livro didático como um artefato de mediação e de apoio do fazer pedagógico. Que o livro didático, assim como os saberes trazidos pelos estudantes, os saberes dos professores, os saberes de outros profissionais, as teorias de ensino e os currículos, compõem e convergem no espaço escolar. E que também possibilita que os estudantes sintam e conheçam novas experiências. Nada mais natural que o Guia reforce a importância do objeto que ele está analisando e indicando o seu uso pelos professores.

O Guia apresenta 17 indicadores ou pressupostos que devem ser levados em consideração pelos professores quando da escolha do livro didático e alguns deles merecem destaques: a estrutura da obra e seleção de objetos de conhecimento deve ser compatível com o perfil dos estudantes da sua escola, a adequação da abordagem teórico-metodológico ao planejamento do professor e ao projeto político pedagógico da escola, o desenvolvimento das habilidades e das competências previstas no BNCC para a disciplina História, a adequação das fontes históricas e dos documentos históricos as diferentes faixas etárias dos estudantes, analisar um mesmo conteúdo utilizando diferentes linguagens (escrita, imagética, musical, literária, etc.), o incentivo a participação dos (as) estudantes no estudo da história por meio das atividades lúdicas que envolvam diferentes formas de expressão como a música, a dramatização, a dança, entre outros, a valorização da cultura e da história de diferentes populações, em especial a cultura afro-brasileira (Lei nº 11.639/03) e indígena (Lei nº 10.645/05) e a consideração da participação das mulheres nos processos históricos enfatizando seu protagonismo.

Na estruturação do Guia, a análise dos livros didáticos se apresentava em quatro aspectos: a visão geral, a descrição da obra, a análise da obra e a utilização em sala de aula. Primeiro, em relação à visão geral, se analisa as características gerais da obra, os seus propósitos, os seus referenciais teórico-metodológicos, os

seus conceitos centrais, a sua abordagem didático-pedagógica e o manual do professor impresso e digital. Segundo, em relação à descrição da obra, se descreve a estrutura e a organização dos volumes (nº de páginas, capítulos, temas e conteúdos) e outras informações relevantes. Terceiro, em relação a análise da obra, se aponta as qualidades, as ressalvas, o arranjo das competências e das habilidades e a totalidade do livro estudantil, do manual do professor impresso e digital. E quatro, em relação à sala de aula, indica como a coleção se vincula ao cotidiano escolar.

2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE LIVRO DIDÁTICO DE 2020-2023

Em 28 de março de 2018, no Diário Oficial da União de nº 60, o Governo Federal tornou público o Edital de Convocação nº1/2018 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que deu início ao processo de inscrição e de avaliação de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para 2020.

O Edital de Convocação, dividido em 18 seções e com 17 anexos, estabelecia as orientações, as determinações e as obrigações que as editoras interessadas deveriam se ater para terem as suas coleções inscritas aceitas e submetidas à avaliação pedagógica. O Processo, iniciado em 2018, deveria ser concluído em 2020 com a distribuição das coleções selecionadas nas escolas públicas espalhadas pelo país. Um processo planejado para dois anos, do lançamento do edital a distribuição das coleções para o ano letivo a ser iniciado em 2020.

O Edital estabelecia que o longo processo de seleção das obras deveria seguir as seguintes etapas: inscrição, validação da inscrição, avaliação pedagógica, análise de atributos físicos, escolha, habilitação, processamento, negociação, contratação, produção e postagem, distribuição, controle de qualidade e, por fim, monitoramento e avaliação.

As obras didáticas e literárias seriam destinadas unicamente aos professores e aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano com distribuição para as escolas da educação básica pública das redes federal, estaduais e municipais e do Distrito Federal.

O Edital determinava algumas condições a serem observadas pelas editoras. As obras didáticas destinadas aos anos finais do ensino fundamental deveriam ser de três tipos: Disciplinares, Interdisciplinares e Projetos Integrados. As

obras didáticas disciplinares deveriam ser organizadas um por ano e em coleções compostas por quatro volumes, o livro do estudante e os respectivos manuais do professor. Em relação às obras didáticas de História, meu interesse maior em relação a dissertação, o Edital estabelecia que as coleções, para serem avaliadas, deveriam ter as seguintes especificações: o livro do estudante impresso deveria ter, no máximo, 1024 páginas, o livro do professor impresso deveria ter, no máximo, 1232 páginas e o manual do professor - material digital deveria ter, como tamanho máximo total, 4 DVDs com 4,5 GB cada. Ficou estabelecido, ainda, que as obras didáticas deveriam ser compostas pelo livro do estudante impresso e manual do professor, e este último deveria ser composto pelo livro impresso e material digital. As obras didáticas deverão ser compostas por livros reutilizáveis em virtude do seu ciclo de quatro anos, ou seja, até 2023. O Edital definiu o livro reutilizável como aquele que permanece com o estudante durante o ano letivo correspondente, mas devendo ser devolvido para a escola após esse período para posterior utilização por outro estudante. E se proibia a inscrição de caderno de atividades.

O Edital estabelecia os prazos para que as editoras entregassem, de forma escalonada, as suas coleções no ano de 2018 para as respectivas avaliações. O volume do 6º ano deveria ser entregue até 31 de outubro, o volume do 7º ano até 12 de novembro, o volume do 8º ano até 19 de novembro e o volume do 9º ano até o dia 30 de novembro.

As editoras somente poderiam participar do processo de escolha dos certames do FNDE se disponibilizassem as suas obras em formato acessível para os estudantes e os professores com deficiência, tendo por base a Lei nº 13.146/2015.

O Edital permitia que pudesse escrever obras para o PNLD toda e qualquer pessoa jurídica estabelecida no país, mas vetando de participação as empresas que apresentassem as seguintes condições: que apresentasse inidoneidade; que tivesse sido punida com impedimento de negociar com o Poder Público; que fosse suspensa de participar de licitação em órgãos ou entidades da Administração Pública e empresa estrangeira sem funcionamento no país. As editoras deveriam se comprometer a alterar a obra inscrita em caso de identificação de correções ou atualizações necessárias ou, em qualquer momento do ciclo do processo, as próprias editoras poderiam alterar ou aprimorar as suas obras. O Edital alertava que se as correções ou as notificações não fossem sanadas pelas editoras,

seriam suspensas a compra e a distribuição das mesmas pelo MEC e o FNDE. Nesse caso, seriam distribuídas às escolas as obras em outra opção.

As Editoras, durante o processo de inscrição, deveriam indicar um responsável, identificado no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), com nome completo e CPF de uma pessoa física e com o CNPJ e da razão social da empresa, o nome fantasia e marcas/selos, quando houver. O site do MEC explica a finalidade do SIMEC: “O Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação”. O Edital recomendava ainda que as editoras mantivessem um endereço eletrônico para a comunicação com o FNDE.

O Edital estabelecia uma etapa de pré-inscrição, na qual estabelecia a obrigatoriedade que as editoras fizessem um prévio cadastro no SIMEC sobre as obras, editores e dos respectivos autores ou sucessores legais e o carregamento da respectiva documentação. Tais dados deveriam ser inseridos pelo responsável identificado no sistema. O editor, definido como a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais patrimoniais sobre a obra sobre o qual recai o direito exclusivo de reprodução e o dever de divulgação, cessão ou tradução, caberia inserir o nome de todos os autores da obra na capa do livro e na ficha catalográfica. A realização da pré-inscrição implicava nas seguintes consequências: o interessado adquire o direito de participar exclusivamente com as obras pré-inscritas e elas ficavam vinculadas, exclusivamente, ao editor que as cadastrou. Nesse último caso, a impossibilidade ou renúncia do editor implicaria na exclusão das obras. Eram estabelecidas ainda as seguintes condições para a pré-inscrição: cada volume deveria constar o número de ISBN (International Standard Book Number); os direitos autorais da obra deverão pertencer a um único editor, sendo vedada a coedição e na obra deverá constar o número e o ano da edição. E, finalizando a seção da pré-inscrição, o edital alertava que estaria excluída do PNLD 2020/2023 as obras preenchidas com os dados incorretos ou incompletos ou, ainda, que apresentarem divergência em relação à obra apresentada e a obra previamente inscrita não poderia ser substituída ou alterada, mas permitia a reapresentação de obra corrigida em virtude de falhas pontuais, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes por editor.

As editoras, através dos seus representantes, deveriam entregar os DVDs das obras ao FNDE ou a outra instituição por este indicada, em local e hora pré-agendadas. Os DVDs deveriam ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e o número de páginas definitivas. E depois de entregue, a obra não poderia ser substituída ou mesmo alterada. O Edital também estabelecia que as editoras devessem entregar um DVD caracterizado e um outro descaracterizado, mas em ambos deveriam constar os arquivos das obras pré-inscritas do aluno e do professor e o respectivo material digital do professor.

Encerrada a pré-inscrição com os atendimentos das condições preliminares e a entrega dos DVDs ao FNDE ou instituição por este indicada, tinha início a etapa da inscrição, que resultaria na validação das obras inscritas. Nessa etapa seriam verificadas se obras pré-inscritas teriam atendidas as especificações técnicas e os requisitos estabelecidos nas seções do Edital. Entretanto, o Edital permitia que as editoras, comunicadas uma única vez, ainda poderiam fazer correções de falhas pontuais limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes nas obras didáticas. Diante do envio da notificação de falhas pontuais por e-mail ao endereço eletrônico, cadastrado durante a pré-inscrição no SIMEC, a editora teria o prazo máximo de cinco dias para atendimento da diligência. Se a editora não sanasse as falhas apontadas no prazo estabelecido, a obra pré-inscrita seria excluída imediatamente do PNLD de 2020/2023. Atendidos todos os requisitos, o resultado da validação das obras inscritas seria disponibilizado na imprensa oficial e no portal do FNDE, mas mesmo com a validação, a obra ainda poderia ser excluída a qualquer tempo por inconformidade detectada posteriormente.

Na etapa da Avaliação Pedagógica, as obras didáticas seriam avaliadas mediante as orientações e as diretrizes estabelecidas pelo MEC e com base em critérios comuns e específicos constantes no próprio edital. O anexo III estabelecia quais seriam esses critérios comuns que deveriam ser utilizados para avaliação das obras didáticas. Os critérios comuns seriam:

- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação;
- Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica;
- Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;

- Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tinha sido escrita;
- Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico;
- Qualidade do texto e a adequação e do projeto gráfico.

Em relação aos critérios específicos, as obras didáticas deveriam desenvolver as competências gerais e as competências específicas de cada componente curricular. Se as obras não contemplassem essas competências seriam excluídas. As competências deverão ser desenvolvidas tendo por base os objetos de conhecimento e habilidades, constantes na base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os critérios de avaliação das obras disciplinares destinadas aos anos finais do ensino fundamental seriam:

- Consistência e coerência entre os conteúdos e as atividades propostas e os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC;
- Contemplação de todos os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC.

As obras didáticas (livro impresso e material digital) validadas seriam avaliadas por equipes, que indicariam se elas seriam aprovadas, aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais ou reprovadas. Em relação às falhas pontuais elas seriam consideradas como aquelas não repetitivas ou constantes e que poderiam ser corrigidas com uma simples indicação de troca efetivada pelo titular dos direitos autorais. A quantidade de falhas pontuais na obra em número superior a 10% (dez por cento) do total de páginas configura a sua reprovação. Entretanto, o edital listava situações que não seriam consideradas falhas pontuais e passíveis de exclusão das obras que as apresentassem. Não seriam consideradas falhas pontuais: erros conceituais; erros gramaticais recorrentes; necessidade de revisão global do material; necessidade de correção de unidades ou capítulos; necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas; supressão ou substituição de trechos extensos e outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático. No caso de correções de falha pontuais, o titular de direito autoral deveria reapresentar a obra corrigida no prazo de dez dias, a contar da divulgação do prazo do resultado prévio. Sanadas todas as pendências e a versão corrigida for carregada no SIMEC, a obra seria considerada aprovada para compor o Guia Digital do PNL D.

Os resultados preliminares da avaliação pedagógica foram publicados no Diário Oficial nº 124, de 01 de julho de 2019, através da Portaria nº 22, de 28 de junho

de 2019. A portaria informava que as obras didáticas teriam os seguintes pareceres: Aprovação, Aprovação condicionada à correção de falhas pontuais e Reprovação. Ao final, 62 obras tiveram aprovação condicionada a correção de falhas pontuais e 21 obras foram reprovadas. Nenhuma obra tinha sido aprovada diretamente. Em relação às obras de História, duas foram reprovadas e onze foram aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais.

As editoras, que tivessem as suas obras didáticas reprovadas pelos avaliadores, poderiam recorrer no prazo de dez dias, a contar da publicação do resultado prévio, mas sendo vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação. Em relação às obras reprovadas, foram apresentados 17 recursos questionando a avaliação pedagógica.

Após a avaliação dos recursos, o resultado final seria publicado no Diário Oficial da União, mediante Portaria do MEC e disponibilizado no SIMEC com listagem dos editores e das obras aprovadas. O resultado dos recursos foi publicado no Diário Oficial nº 162, de 26 de agosto de 2019, através da Portaria nº 26, de 20 agosto de 2019. Em relação às obras reprovadas, a Portaria listou que 02 obras tiveram seus recursos deferidos e 15 recursos foram indeferidos. As obras reprovadas e com os recursos indeferidos, tiveram suas inscrições excluídas para o PNLD 2020. As duas obras de História que recorreram da reprovação, tiveram os seus pedidos indeferidos.

O Diário Oficial da União nº 164, de 26 de agosto de 2019, através da publicação da portaria nº 27, de 26 de agosto de 2019, divulgou o resultado final da etapa de avaliação pedagógica do PNLD 2020/2023, com a inclusão das obras que tinham sido aprovadas anteriormente com falhas pontuais. Ao final, 70 obras didáticas foram aprovadas para integrar o PNLD. Dessas coleções aprovadas, onze eram de História.

As obras didáticas aprovadas seriam inseridas no Guia do Livro Didático para servir de subsídio na escolha dos professores das escolas participantes do PNLD. O Guia constaria as resenhas feitas pelos avaliadores, os critérios que nortearam a avaliação pedagógica, os modelos das fichas de análise e o hiperlink de acesso ao conteúdo integral das obras.

Concluída as etapas pedagógicas, tiveram início as etapas burocráticas que iriam possibilitar à compra e a chegada das obras as escolas e as mãos dos professores e dos estudantes. As obras deveriam ser habilitadas pelo editor como condição para a sua contratação. Na etapa da habilitação, as obras e os respectivos

documentos previstos no edital seriam verificados e o editor deveria comprovar, por meio documental, que detinha com exclusividade o direito patrimonial para produzir e comercializar a obra no mercado. O descumprimento dos prazos e das condições durante a habilitação implicava na exclusão das editoras nas etapas posteriores.

Superada a etapa da habilitação, tinha início a etapa da negociação de preços das obras, por intermédio da Comissão Especial de Negociação (CEN), na qual seriam pactuados com os editores habilitados os preços para aquisição pelo FNDE. Nessa etapa da negociação, as editoras tinham a opção de negociar com o FNDE a cessão dos direitos patrimoniais das obras. A não negociação dos preços das obras nos prazos determinados excluía as editoras do processo do PNLD.

Estabelecido os preços das obras com a emissão da ata de negociação da CEN, tinha início a etapa da assinatura do contrato administrativo. Diante da assinatura do contrato, as editoras ficariam obrigadas a se responsabilizar pelo fornecimento das obras. A detecção de irregularidade ou o não cumprimento dos termos do contrato administrativo, as editoras seriam excluídas do processo de aquisição do PNLD e suspensas de participar do processo de aquisição subsequente no âmbito dos Programas de Livro.

Assinado o contrato administrativo, segundo o Edital, as editoras estariam aptas para a produção das obras a serem distribuídas. Na produção, as obras deveriam apresentar os selos e outros elementos do PNLD e não poderiam sofrer quaisquer alterações. Os exemplares deveriam ser reproduzidos conforme foram aprovados na etapa final da avaliação pedagógica. Na capa e no miolo das obras produzidas deveriam constar, além do título e dos nomes dos autores, a razão social, ou seja, nome fantasia e marca/selo das editoras. E demonstrando uma preocupação com meio ambiente e atendendo as determinações do Decreto nº 9,099/2017, o Edital estabelecia a obrigatoriedade das editoras apresentarem uma declaração de certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa da produção do papel utilizado na produção das obras.

As obras produzidas, através do FNDE ou empresa contratada para este fim, poderiam passar por um processo de controle da qualidade através de amostragem definida nos termos e nas condições definidas nas Normas Brasileiras (NBR) 5426/1985 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A própria norma estabelece que para fim de amostragem: “A amostra consiste em uma ou mais unidades de produto, retiradas do lote a ser inspecionado, de forma aleatória e

independentemente de sua qualidade. O número de unidades de produto da amostra constitui o tamanho da amostra”. A etapa do controle de qualidade não era obrigatória.

Na etapa final do processo do PNLD, as obras, produzidas e entregues pelas editoras, seriam distribuídas pelo FNDE aos estudantes e aos professores nas escolas públicas e conveniadas espalhadas pelo país. O longo processo iniciado em 2018, com a publicação do Edital de Convocação, tem a sua conclusão com a entrega dos livros didáticos para o ano letivo de 2020. As coleções ficarão disponibilizadas até o ano letivo de 2023. Enquanto isso, um novo ciclo está em curso para a escolha de novas coleções para o PNLD de 2024 a 2027.

3 O SABER HISTÓRICO ESCOLAR E A HISTÓRIA REGIONAL NAS AULAS DE HISTÓRIA

Nos documentos gestados pelo poder público, relativos à educação, se faz perceber a preocupação do Estado com o encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e privadas espalhadas pelas diversas regiões do país através do estabelecimento da determinação de habilidades a serem alcançadas pelos estudantes e de orientações a serem seguidas pelos docentes. Nesse sentido, o Estado invoca para si o poder de organizar o processo educativo estabelecendo as suas diretrizes.

O Estado desempenha papel essencial, pois é da sua competência definir os contornos do aparato escolar, sobre o qual tem o poder de legislar, formular propostas pedagógicas, impor conteúdos, programas curriculares e normas para os profissionais que nele atuam. (LUCA, 2009, p. 153)

Na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram publicados pelo Governo Federal com a finalidade de estabelecer diretrizes orientadoras para os educadores. Os PCNs, destinados aos estudantes do Ensino Fundamental II dos Anos Finais (6º ao 9º anos), foram divididos em volumes, que além de contemplar as áreas do conhecimento tradicionais na cultura escolar: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Língua Estrangeira e Educação Física, contemplaram também uma preocupação com os temas transversais, definidos pelo Ministério da Educação (MEC) como “temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionadas com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política”. Nesse contexto, são elencados como temas transversais: a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, a Saúde, a Orientação Sexual e o Trabalho e Consumo, também separados em volumes específicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais passaram a estabelecer uma prática escolar baseada no desenvolvimento de habilidades para que, através delas, os estudantes, além de aprender os conteúdos de cada disciplina escolar, pudessem compreender melhor a realidade que está inserida e exercerem, de forma efetiva, a cidadania.

O PCN de História, entre outras tantas diretrizes, especificamente preconiza a que a história regional e seja integrada à história nacional.

Cabe ao professor, ao longo do seu trabalho pedagógico, integrar os diversos estudos sobre as relações estabelecidas entre o presente e o passado, entre o local, o regional, o nacional e o mundial. (BRASIL, 1997, p. 47).

Em 2017, o Estado, através da condução do MEC, fez outra importante intervenção na organização do ensino brasileiro através da entrega ao Conselho Nacional de Educação (CNE) da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) visando orientar o ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. A BNCC estabelece os objetivos de aprendizagem comuns a todos os estudantes e norteia a construção de currículo de todas as escolas públicas e privadas do país. Esse documento começou a ser debatido em 2015 a partir do recebimento de milhares de contribuições em audiências e consultas públicas e, após dois anos de debates, em dezembro de 2017, ele foi homologado pelo MEC. Em 2018, o processo foi finalizado com a entrega do BNCC destinada ao Ensino Médio. Todas as etapas do ensino brasileiro passaram a ter uma base comum para orientação dos professores e a organização do processo de aprendizagem. Contudo, o processo de implantação da BNCC não foi isento de críticas. Os seus críticos questionavam a pressa e a falta de transparência no debate e na votação do documento. Os críticos reclamavam do açodamento da sua implantação, principalmente o do Ensino Médio, em um momento político conturbado após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A outra crítica ao BNCC se baseava na alegação que o documento feria a autonomia da escola e do professor. Ao estabelecer uma base comum, as escolas e os professores estariam submetidos a um engessamento em suas ações e atividades.

A BNCC, segundo o planejamento do governo, deveria ter sido implantada em todas as escolas do país até o final de 2021. Entretanto, a interrupção das atividades escolares presenciais devido à pandemia da Covid-19 implicou na dificuldade em concretizar o planejamento e no retardo da sua aplicação.

E assim como o PCN, o BNCC também orientou o estudo da história regional para os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais ao estabelecer as habilidades que deveriam ser por eles alcançadas.

(EF08H105) Explicar os movimentos e as rebeliões da América Portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas. (BRASIL, 2017, p. 425).

(EF08H116) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (BRASIL, 2017, p. 427).

Em 2018, tendo por base a adaptação à BNCC, divulgada pelo Governo Federal, o Governo do Estado de Pernambuco também torna pública a atualização do seu currículo com o intuito de “orientar, a partir de 2019, o trabalho pedagógico da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas escolas em todo Estado”. O novo currículo de Pernambuco também existe a preocupação que os estudantes tenham o conhecimento da história regional e dos movimentos contestatórios pernambucanos através do alcance de duas habilidades específicas.

(EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco (PERNAMBUCO, 2018, p. 542).

(EF08HI17PE) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais. (PERNAMBUCO, 2018, p. 544).

A Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira de 1848 integram o currículo que deve ser ministrado aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais e do 2º Ano do Ensino Médio. Tais assuntos, por compor o currículo escolar comum, a sua aprendizagem se faz necessária para os estudantes de todo o país e não só pelos pernambucanos. Compreendendo a importância dos acontecimentos históricos ocorridos em Pernambuco no século XIX no contexto de uma história brasileira, alguns questionamentos me fizeram pensar ao final do ano letivo de 2019, após ensinar os movimentos contestatórios de 1817, 1824 e 1848 aos estudantes do 8º Ano do Colégio Militar, tendo por base o livro didático do professor Alfredo Boulos, História e Cidadania, fazer exercícios específicos para cada movimento e cobrar esses conteúdos em avaliações, mas sem fazer visitas aos lugares de memória dos assuntos estudados: os estudantes entenderam como importante tais assuntos? Eles seriam capazes de perceber os principais episódios dos acontecimentos históricos estudados? Eles conseguiriam identificar lugares de memória em Pernambuco dos

assuntos que foram estudados? Eles teriam como perceber a importância ou não de se estudar a história pernambucana?

Diante de tais questionamentos e visando promover uma ação reflexiva da minha prática em sala de aula e uma sondagem sobre a história e os lugares de memórias da cidade do Recife, ao final do ano letivo de 2019, resolvi aplicar um pequeno questionário nas minhas quatro turmas do 8º do Ensino Fundamental do Colégio Militar do Recife. O questionário possuía perguntas simples para serem respondidas em pouco mais de dez minutos ao final de uma aula e sem permitir que os estudantes consultassem as anotações, a internet ou o livro didático. O questionário, sem qualquer caráter científico ou de experimento para uma dissertação, já que na ocasião eu ainda não pensava nesse projeto como um produto final do ProfHistória, visava apenas atender a uma inquietação pessoal em relação à aprendizagem dos estudantes das aulas ministradas sobre os movimentos contestatórios pernambucanos. O questionário aplicado era composto pelas seguintes perguntas:

a) Local de nascimento? Esse dado foi levado em consideração porque muitos dos nossos estudantes não nasceram em Pernambuco em razão de serem filhos de militares em constantes deslocamentos pelo país e, talvez, tomando pela primeira vez conhecimento da história pernambucana e dos seus lugares de memória.

b) Quais assuntos da história pernambucana foram estudados neste ano? Esse dado foi colocado para perceber a percepção que os estudantes tiveram da história pernambucana no contexto mais amplo relacionado ao estudo da História do Brasil.

c) Você conhece algum local em Pernambuco relacionado aos assuntos estudados? Esse dado foi para perceber se eles conheciam, mesmo sem alguma visita programada, algum lugar de memória em Pernambuco e pensar na possibilidade de trabalhar nesses lugares através de um projeto de educação patrimonial visando uma melhor compreensão dos conteúdos históricos.

d) Algum personagem estudado merece destaque? Esse dado foi colocado para perceber se algum personagem causou empatia ou despertou algum interesse por parte dos estudantes.

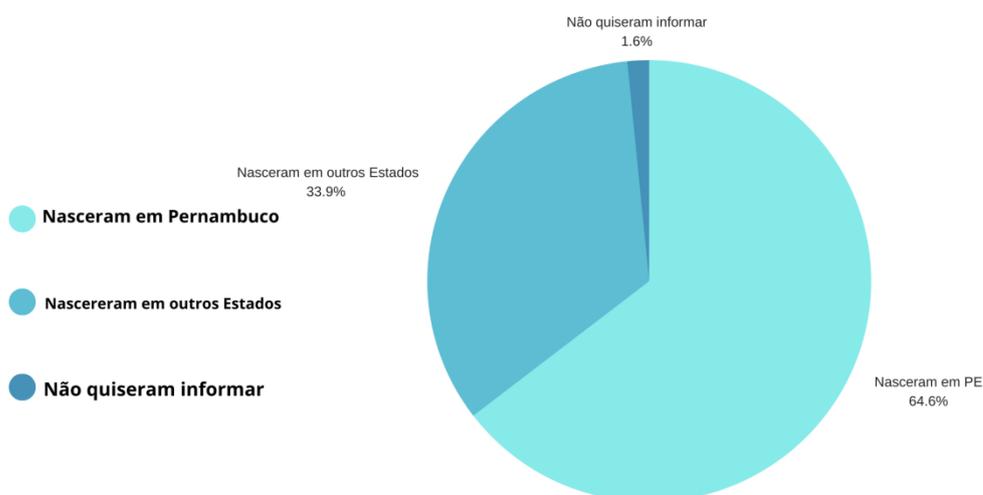
e) Algum episódio da história pernambucana te chamou a atenção? Esse dado foi colocado para saber se ao final do ano letivo, o estudante tinha dado importância a algum episódio que foi estudado da história de Pernambuco.

Ao final da avaliação, tivemos uma significativa participação, pois dos 129 estudantes matriculados no 8º Ano, 127 responderam a pesquisa. Problematicando os resultados da pesquisa, encontramos o saber histórico que circula no universo cultural dos estudantes do 8º Ano do Colégio Militar, localizado na cidade do Recife. Para tal, mostraremos a seguir o que o diálogo com esses estudantes nos revelou.

3.1 O SABER HISTÓRICO ESCOLAR SOBRE PERNAMBUCO NO COLÉGIO MILITAR DO RECIFE.

O processo de investigação iniciou perguntando sobre o local de nascimento dos estudantes. Em relação ao local de nascimento: 82 nasceram em Pernambuco, 43 nasceram em outros Estados e 02 não quiseram informar. Quase um terço dos estudantes não nasceu em Pernambuco e, essa realidade diz respeito a uma especificidade dos colégios militares, já que a maioria dos estudantes é filho de militares que vivem em constantes deslocamentos pelo país. Os colégios militares visam atender a essa demandas das Forças Armadas. Possivelmente, muitos dos nossos estudantes tiveram contato pela primeira vez com a história pernambucana e os seus lugares de memória.

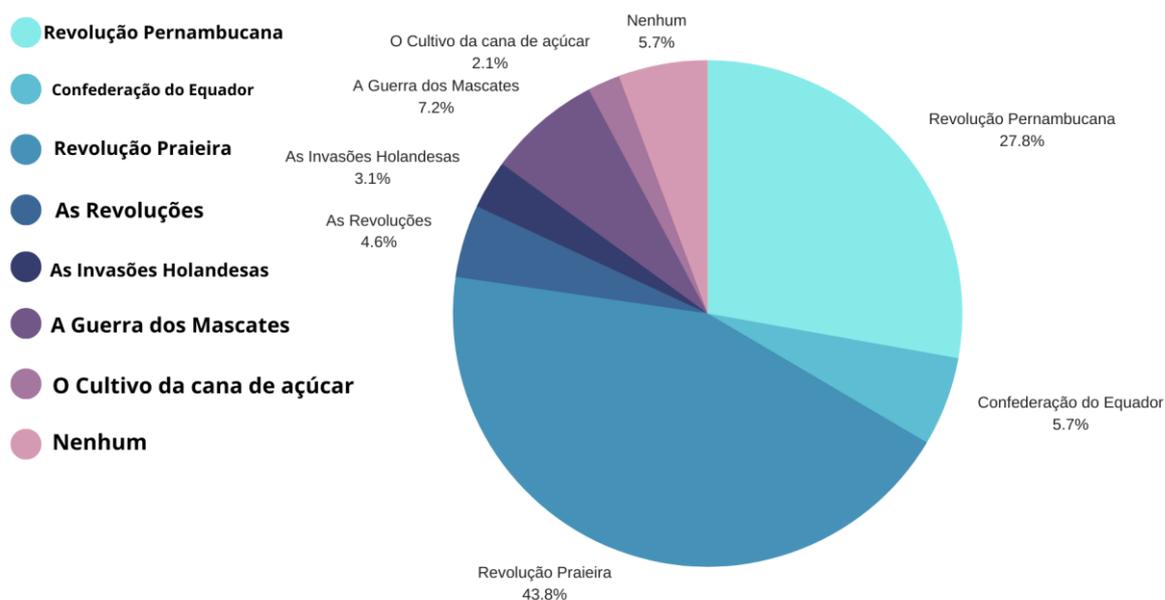
Gráfico 1 - Estudantes matriculados no 8º ano CMR



Fonte: autor, 2019

Em relação aos assuntos da história pernambucana estudados foram citados: A Revolução Pernambucana: 54; A Confederação do Equador: 11; A Revolução Praieira: 85; As Revoluções: 09; As Invasões Holandesas: 06; A Guerra dos Mascates: 14; O Cultivo da cana de açúcar: 04 e nenhum: 11. Os estudantes citaram assuntos trabalhados neste ano, mas também citaram assuntos do 7º ano. Acredito que as citações dos assuntos que não foram trabalhados no ano letivo tenham acontecido porque eles os associaram ao que foi estudado nesse ano ou por continuarem identificando como importante o seu estudo. A citação numerosa à Revolução Praieira deve-se ao fato de que o Segundo Reinado foi o último assunto trabalhado e a revolução compôs um dos assuntos relacionados ao conteúdo. Portanto, um conteúdo ainda recente para os estudantes.

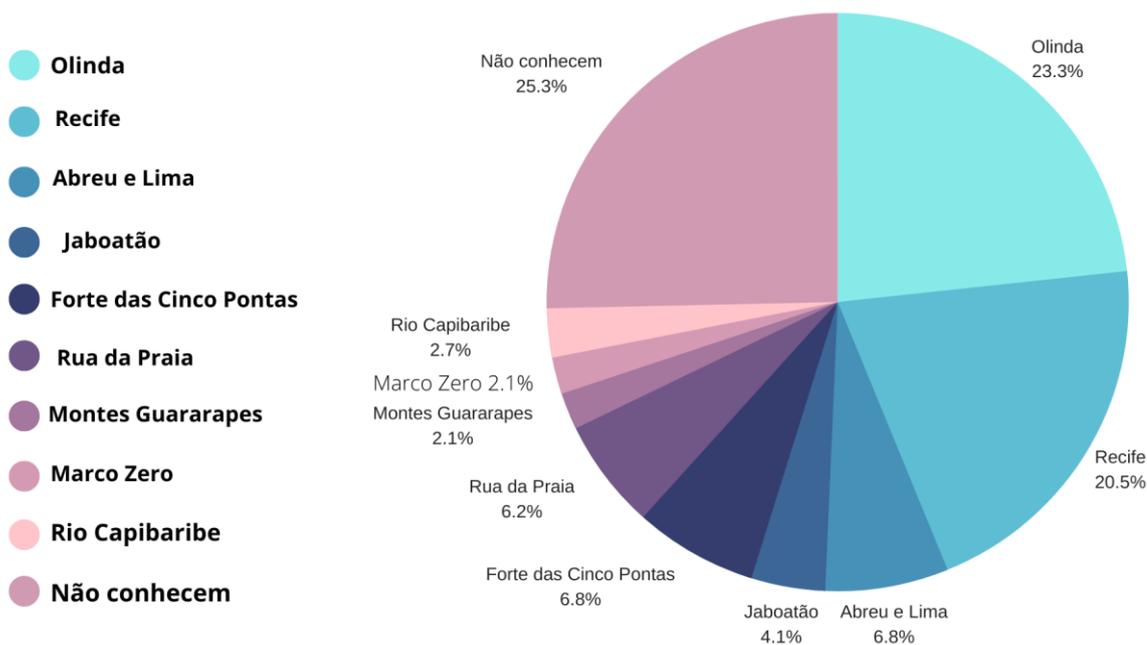
Gráfico 2- Assuntos da história pernambucana



Fonte: autor, 2019

No que se refere ao conhecimento dos lugares históricos, ou seja, aos lugares de memória relacionados aos assuntos estudados foram citados: Olinda: 34; Recife: 30; Abreu e Lima: 10; Jaboatão: 06, Forte das Cinco Pontas: 10; Rua da Praia: 09; Montes Guararapes: 03; Marco Zero: 03; Rio Capibaribe: 04 e não souberam informar: 37. Na maioria, as citações foram genéricas e descontextualizadas dos assuntos estudados. E isso se explica, em parte, porque não foi realizada nenhuma atividade de visita a esses lugares. Acredito que em relação a essa lacuna, a possibilidade de um trabalho nos lugares de memória, através de um projeto de educação patrimonial, possa fazer com que os estudantes tenham uma melhor compreensão dos assuntos estudados.

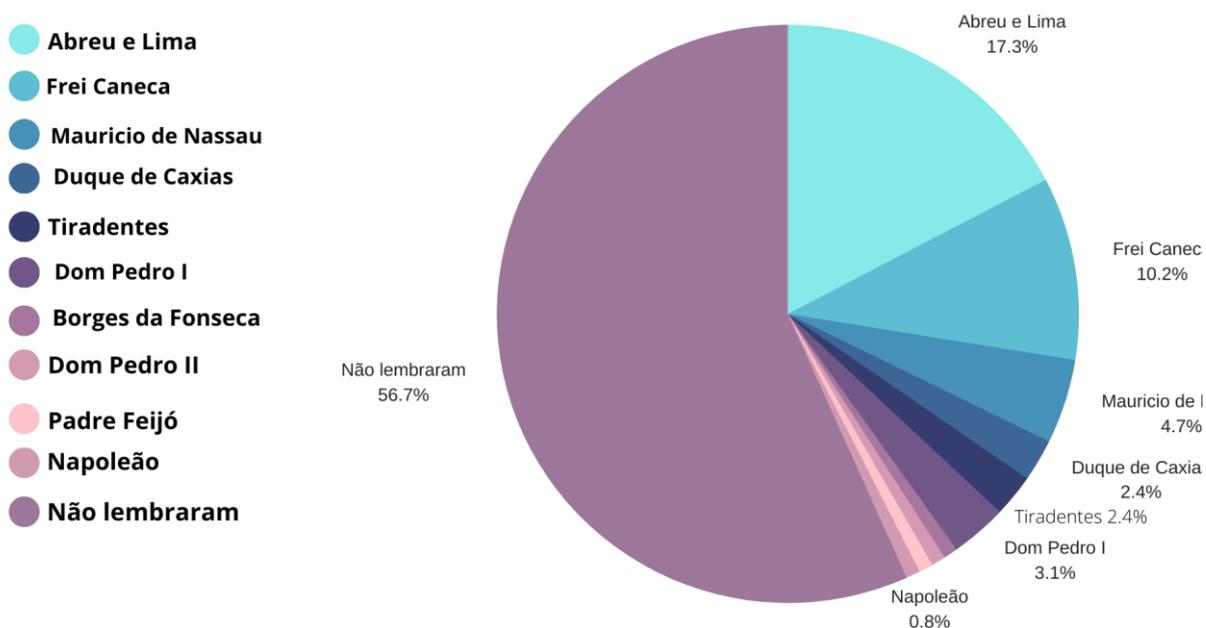
Gráfico 3- Os lugares históricos de Pernambuco (Os lugares de memória)



Fonte: autor, 2019.

Sobre personagens da história pernambucana, foram citados: Abreu e Lima: 22; Frei Caneca: 13; Maurício de Nassau: 06; Duque de Caxias: 03; Tiradentes: 03; Dom Pedro I: 04; Borges da Fonseca: 01; Dom Pedro II: 01; Padre Feijó: 01 e Napoleão: 01 e não lembraram-72. A maioria não se lembrou de nenhum personagem e poucos personagens foram citados. Esse fato decorre dos encaminhamentos das aulas através de uma visão, por mim valorizada, de não se aprender a história através de ações isoladas dos vultos históricos e dos heróis, mas sim através de um contexto vinculado às lutas das classes sociais e protagonistas no processo das transformações da sociedade e das mudanças históricas.

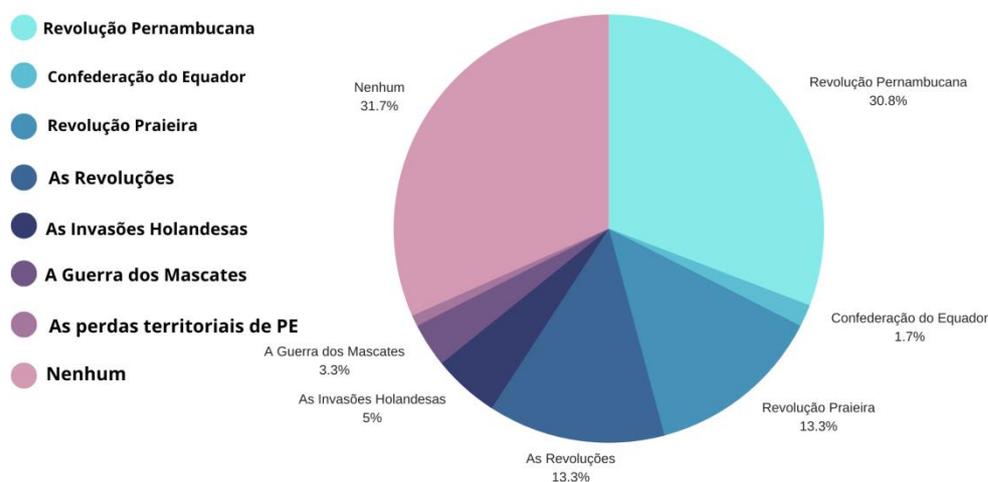
Gráfico 4 - Personagens da história pernambucana



Fonte: autor, 2019.

Em relação aos assuntos que tenham despertado atenção, os estudantes assim responderam: A Revolução Praieira: 16; A Revolução Pernambucana: 37; A Confederação do Equador: 02; As Revoluções em geral: 16; As perdas territoriais de Pernambuco: 01; A Guerra dos Mascates: 04; As Invasões Holandesas: 06 e nenhum: 38. Apesar dos destaques dados nas aulas, uma parte dos estudantes não deu destaque aos assuntos da história pernambucana estudados. Tal situação cabe um questionamento: o que torna um conteúdo importante ou significativo para o estudante? Até que ponto o interesse ou não do professor em determinados conteúdos repercutem para os estudantes? O livro didático contribui para esse desinteresse dos estudantes ao resumir o assunto e não explorar aspectos importantes? Questões que acho importante refletir nesta dissertação.

Gráfico 5- Assuntos que despertaram a atenção dos estudantes



Fonte: autor, 2019.

Vale destacar alguns depoimentos dos estudantes em relação a esse último questionamento:

“A Confederação do Equador. Para mim, que sou nascido em Pernambuco, foi importante saber o porquê de Pernambuco ter perdido suas terras como Estado para outros vizinhos. Também foi interessante saber que Pernambuco já teve o dobro de seu tamanho atual”.

“Sim, a história da Revolução de Pernambuco me chamou a atenção porque o Estado sempre estava envolvido em discussões políticas que envolviam a região, e isso mostra que temos um povo muito presente e forte aqui, eu gosto disso, e por esse motivo me chamou a atenção”.

“Quando Pernambuco se separou do Brasil por 65 dias (sic) e virou um país independente, achei interessante porque eu fico imaginando se hoje em dia Pernambuco fosse um país”.

“Nenhum em especial recebeu maior atenção minha, pois todas contam como Pernambuco foi valente em não se curvar facilmente perante os governantes”.

“De uma forma geral, Pernambuco aparece diversas vezes na História do Brasil em revoluções internas e em acordo com outros Estados. Nunca imaginei que Pernambuco teria tanta relevância assim, eu nunca tinha prestado atenção”.

“Não, pois em comparação a outros períodos dos demais Estados, não achei interessante”.

Um dos mais importantes questionamentos formulados aos estudantes se deu em relação à lembrança dos acontecimentos históricos ocorridos em Pernambuco

e que diz respeito diretamente ao livro didático já que é nele que se transportam os conteúdos curriculares ministrados durante as aulas. Até que ponto o livro didático influenciou ou não nas respostas dos estudantes? É notório que tais livros são escritos por historiadores do eixo Rio-São Paulo e publicados por editoras do Sudeste do país apresentando lacunas e silêncios em relação à história de Pernambuco.

No ano da pesquisa, em 2019, o livro didático trabalhado no Colégio Militar do Recife, era o do professor Alfredo Boulos, História - Sociedade e Cidadania, que constava no PNLN anterior e contemplava os três movimentos contestatórios, mas de forma reduzida. Essa redução dos conteúdos, em meu entendimento, não permitiu aos estudantes um maior conhecimento, o que levou a necessidade de complementação de fichas de aula e exercícios específicos. Essa situação me levou a refletir sobre a importância do livro didático em sala de aula na transposição de um determinado conteúdo. Reflexão em relação ao processo de escolha, em suas permanências e em suas rupturas. A que o livro didático se destina, o que ensina e o que não ensina.

Compreender a significação do livro didático em sala de aula passou a ser um objeto da minha curiosidade tendo por base o entendimento da sua importância para o processo de ensino-aprendizagem. Em que medida o livro didático facilita o ensino? Em que medida ele concretiza a aprendizagem? Mas independente dessas respostas, o livro didático se faz presente como um elemento necessário na sala de aula e, segundo pesquisas, de maior presença nos lares dos estudantes (BITTENCOURT, 1997). O livro didático sempre teve um papel singular na escola, a sua presença é muito importante para os professores como para os estudantes. Em milhares de escolas brasileiras o livro didático é talvez o único recurso que o professor dispõe para ministrar e preparar as suas aulas. “Os resultados dos censos demográficos têm mostrado que o livro didático é o único que está presente em todas as casas” (ZAMBONI, 2001). E diante da pobreza da população brasileira, o livro didático é, na maioria dos casos, o único livro presente nos lares desses brasileiros. O fato de o Governo Federal comprar anualmente milhões de livros didáticos e entregar aos estudantes contribui para que eles cheguem a um maior número de lares brasileiros.

E na perspectiva da importância do livro didático como propulsor do conhecimento na sala de aula é necessário o conhecer em suas várias dimensões, pedagógica e mercadológica, que vem sendo trabalhado ao corpo da presente dissertação.

3.2 O SABER HISTÓRICO ESCOLAR REGIONAL NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO PNLD 2020-2023.

Em 2019, onze coleções foram aprovadas pelo PNLD para o quadriênio 2020/2023 e com distribuição aos estudantes das escolas públicas de todo o país. Ao analisar essas coleções percebe-se que elas apresentam muitas permanências e semelhanças em suas narrativas, em seus tópicos e subtópicos dos seus textos principais em relação aos movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco no século XIX, principalmente em relação à Revolução Pernambucana de 1817. Ressaltando, que na narrativa com finalidades didáticas, além do complexo processo que envolve a compreensão/transposição didática do texto, deve-se considerar que a mesma é mediada pelo professor, e que o mesmo, durante a aula, estabelece os limites pretendidos da leitura pelos estudantes. Entretanto, independentemente, os mecanismos da narrativa histórica se constituem também por características próprias:

Os sentidos das narrativas históricas se constituem por mecanismos internos, textuais e externos a ela própria. Entre os fatores internos estão as escolhas lexicais, a textualidade, a busca de clareza e de coerência global do texto. Entre os fatores externos destacamos o passado como objeto de experiência e a escrita e a leitura como (re)construções subjetivas desse passado, além das mediações realizadas pelos professores. (ROCHA, 2017, p. 24).

A narrativa histórica se constitui em um gênero de discurso por se relacionar na experiência humana com a linguagem. E por se estabelecer como um gênero de discurso, a narrativa histórica possui três importantes elementos composicionais: as formas de desenvolvimento do texto com início, desenvolvimento e conclusão. Segundo Bakhtin (2003): o enredo organiza esse desenvolvimento e a presença de personagens contribui para o desenvolvimento da narrativa, atuando ou recebendo a ação do outro em determinado tempo e espaço.

A narrativa histórica, geralmente, tem um enredo com princípio, meio e fim e que tem um estopim e fatores desencadeadores. No livro didático de história uma narrativa

encadeia outra em uma sequência didática mais ou menos lógica e que visa facilitar a compreensão do estudante. O enredo se torna fundamental em uma narrativa histórica. O enredo é o elemento de ligação que estabelece a relação do acontecimento isolado no interior de uma história narrada como um todo. (ROCHA, 2017, p. 24).

As narrativas no livro didático de história podem ser classificadas tendo por base a predominância em sua sequência em três categorias: factual, descritiva ou explicativa (ROCHA, 2017, p. 25). Assim como os sujeitos presentes nas narrativas em: sujeito individual, coletivo e institucional. Identificando esses elementos e incorporando a busca de outros elementos, como o estopim da narrativa, incorporando todos esses elementos pode fazer uma análise dos livros didáticos em relação aos movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco.

Onze coleções de História foram aprovadas para o quadriênio 2020/2023. Seguindo os trâmites do PNLD, as coleções foram disponibilizadas para a escolha dos professores e distribuição às escolas públicas de todo o país. Tendo como recorte os destinados às turmas do 8º Ano do Ensino Fundamental, pretendo analisar nessas coleções as seguintes questões: o que eles abordam da história pernambucana? Como abordam? Que destacam? Por que destacam? Quais são as suas referências bibliográficas? E essas referências correspondem aos novos estudos historiográficos? Ciente que os livros didáticos são portadores de um discurso peculiar, a narrativa histórica escolar, que é uma síntese resultante das apropriações realizadas pelos seus autores diante de demandas sociais (ROCHA, 2017, p. 245).

Para responder tais questionamentos e permitir a elaboração do produto final da dissertação, pretendo efetuar uma análise dos textos principais e secundários presentes em dez das onze coleções aprovadas e destinadas aos estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais. As onze coleções foram aprovadas para o PNLD de 2020/2023, que vai estar disponível para o uso dos estudantes até o ano letivo de 2023. Serão analisados os seguintes elementos relacionados ao movimento contestatório de 1817: sujeitos, causas e consequências e referências bibliográficas. Além de analisar também imagens, vocabulário, infográficos, mapas e boxes informativos. Geralmente, a grande maioria dos livros didáticos de história apresenta um texto principal ou texto base que inicia as unidades ou capítulos, seguido ou paralelamente a textos e documentos complementares e exercícios. E que o professor

e o aluno recorrem principalmente ao texto principal para acessar a narrativa sobre a história e para sanar dúvidas (ROCHA, 2017, p. 246-247).

Compõem a relação de análise, os seguintes livros didáticos:

Quadro 3 - Coleções escolhidas para o PNLD de História 2020/2023

COLEÇÃO	AUTORES	EDITORA
Araribá. Mais: História.	Obra Coletiva.	Editores Moderna.
Inspire História.	Reinaldo Seriacopi Gislane Azevedo	Editores FTD.
Estudar História.	Patrícia Ramos Braick Anna Barreto.	Editores Moderna.
Geração Alpha-História.	Ana Lúcia Lana Nemi Anderson Roberti dos Reis Débora Yumi Motooka.	Editores SM.
Teláris-História.	Cláudio Vicentino José Bruno Vicentino	Editores Ática.
História Sociedade e Cidadania.	Alfredo Boulos.	Editores FTD.
Convergências História	Caroline Minorelli Charles Chiba	Editores SM.
Historiar.	Gilberto Cotrim Jaime Rodrigues.	Editores Saraiva.
Vontade de Saber: História.	Adriana Machado Dias Keila Grinberg Marco Pellegrini.	Editores Quinteto.
História.doc.	Ronaldo Vainfas Jorge Ferreira	Editores Saraiva.

	Sheila de Castro Farias Daniela Buono Calainho	
História: Escola e Democracia.	Flávio de Campos Regina Claro Miriam Dolhnikoff.	Editora Moderna.

Vale salientar, que o livro do professor Alfredo Boulos foi o adotado nos anos anteriores pelos professores do Colégio Militar e por grande parte dos professores da rede da Prefeitura do Recife. Entretanto, para o ano letivo de 2020, além da pandemia de covid, o comando do Colégio Militar, seguindo a orientação de instância superior, determinou a retirada do colégio do PNLD e a indicação, para a compra da coleção História.doc de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Farias e Daniela Bruno Calainho. Paradoxalmente, a coleção escolhida não faz nenhuma menção à Revolução Pernambucana de 1817. Essa situação criou mais uma dificuldade para o processo de escrita da dissertação, os dois movimentos contestatórios, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolta do Rodeador de 1820, escolhidos para trabalhar com os estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental, não constavam no livro didático adotado pelo colégio.

Historicamente, nos livros didáticos os episódios da história pernambucana são poucos explorados ou tratados superficialmente. Por exemplo, conforme já citado na introdução desta dissertação, comparando os espaços dados nos livros didáticos a Conjuração Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817, a primeira, que não ultrapassou a fase meramente conspiratória e que só teve um líder condenado à morte, recebe mais destaque do que o movimento revolucionário de 1817, no qual os revolucionários tomaram o poder, mesmo que por um curto período, e romperam com o governo central e, ao final, sendo reprimida violentamente com a condenação a morte de várias das suas lideranças.

Podemos fazer o seguinte questionamento: por que tratamento desigual em fatos históricos de igual importância? Acredito que por dois fatores: primeiro, o pouco interesse ou desconhecimento dos autores dos livros didáticos em relação à história pernambucana e aos recentes estudos realizados pelos historiadores, pois

muitos desses autores produzem, trabalham e residem na região sudeste do país e para confirmar essa afirmação, as onze coleções de História aprovadas para o PNLD 2020/2023 foram produzidas e publicadas em São Paulo. Em segundo, o extenso conteúdo presente no currículo da disciplina. Um currículo que tudo cabe, tudo entra e nada sai, mas que não permite o aprofundamento de determinados conteúdos facultando aos autores dos livros didáticos o que privilegiar, resumir ou silenciar.

Apesar de não concordar com o exagerado conteudismo de nosso currículo, creio que seja o importante manter o estudo dos movimentos de 1817, 1824 e 1848, assim como, incorporar outros movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco, como por exemplo, a Revolta do Rodeador, importante movimento messiânico ocorrido no agreste pernambucano. Entendendo que o professor deve ter autonomia de incorporar conteúdos que julgar importante mesmo não constando no livro didático ou no currículo da escola que leciona. Essa incorporação pode ser feita através de uma atividade extracurricular e sem a cobrança de uma avaliação de mais um conteúdo.

Diante da diversidade de conteúdos possíveis, os professores devem fazer as escolhas daqueles que são mais significativos para serem trabalhados em determinados grupos de alunos, no decorrer da escolaridade. (BRASIL, 1997, p. 36).

Compreendendo a importância do livro didático como mediador do saber e impulsionador do mercado editorial, a ele também cabe, no caso do de história, a função de promover o conhecimento do passado de uma nação e criar uma imagem identitária de um povo. Porém, um passado negociado e aceito como verdadeiro. Entretanto, essa história nacional é permeada por histórias regionais. A história nacional e as histórias regionais são transportadas para os livros didáticos destinados aos estudantes de todo o país. Entretanto, algumas histórias regionais são negligenciadas ou valorizadas pelas editoras. E nesse contexto, cabe aos professores de História divulgar, ensinar e despertar nos estudantes o interesse pelo conhecimento da história do seu Estado ou da sua região.

3.3 A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817: REVISÃO DE LITERATURA

Ah! Se o meu sangue só fosse suficiente
para vos libertar a todos, mui contente,

satisfeito eu daria o meu sangue,
a minha vida para ver-vos livrar nossa
patria querida, para ver acabado
o poder dos tyrannos.
Bravo! Meus caros, sois verdadeiros heroes.
Pernambuco só deve a liberdade
a vós e um dia inda vos ha de venerar
com pasmo!
(MARANHÃO,1883, p.).

Os séculos XVIII e XIX foram varridos pelos ventos das mudanças decorrentes da expansão das ideias iluministas pela Europa e pela América. Essas novas ideias repercutiram na eclosão de revoltas exitosas em terras europeias e americanas. A Independência das colônias inglesas na América do Norte, A Revolução Francesa e A Independência do Haiti passaram a ser vistas, respectivamente, como exemplos nas lutas pela liberdade política, pela cidadania e pela igualdade social.

No Brasil, os ventos das mudanças ganharam intensidade com a chegada da Corte portuguesa em 1808, fugindo das tropas francesas, ao ocasionar profundas transformações na sociedade brasileira. Se por um lado essa presença cria as condições necessárias para a aceleração do processo de independência, que foi consolidada quatorze anos após o desembarque da Corte, em 1822, com o rompimento de Dom Pedro com Portugal. Por outro, acirra o descontentamento com o governo português devido a crescente opressão devido ao aumento e a cobrança de novos impostos nas províncias. Em Pernambuco, particularmente, ensejou o questionamento de setores da sociedade pernambucana aos portugueses e a luta pelo rompimento com a Coroa portuguesa.

A presença da Corte, composta pela família real e a nobreza portuguesa, e a transferência da estrutura do Estado português para o Brasil irão demandar despesas, que resultaram no aumento da carga tributária das províncias. Afirmava Bernardes: “As dezenas de novos impostos não aboliram os já existentes, alguns datados do século XVII” (2017: 136). O Nordeste, em crise econômica pela queda dos preços dos seus produtos agrícolas e sufocado pelo aumento dos impostos, sentiu mais efetivamente os efeitos de tal situação e tornou-se um palco propício para questionamentos e protestos.

A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro foi seguida pela criação de dezenas de novos tributos e imposições, muitos deles sobre produtos ou atividades que atingiram o cotidiano da população mais pobre, especialmente quando incidiam sobre produtos de consumo corrente como a carne e aguardente. (BERNARDES; 2017: 135-136).

Por ocasião da chegada da Corte, Pernambuco, desde 1804, era governado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro e a ele cabia efetivar a cobrança dos novos impostos e garantir o pagamento dos antigos. Uma carga tributária cada vez mais pesada. E, por não dizer, cada vez mais sufocante. O próprio governador tinha consciência da delicada situação e, por vezes, tentava amenizar tal fardo das costas da população. Sem resultado.

A sobrecarga de tributos que atingia a Capitania de Pernambuco era percebida pelo próprio governador Caetano Pinto. Temendo revoltas da população, ele chegou a enviar ofícios à Corte ressaltando a necessidade de abolir-se o subsídio militar, para ficarem iguais os habitantes de Pernambuco aos de outras capitanias que só pagavam o novo subsídio e a coleta literária... (LEITE; 1987:137).

Além da questão dos impostos, outros dois problemas afetavam diretamente os habitantes de Pernambuco, particularmente os segmentos populares: o aparato judiciário e o recrutamento militar.

O aparato judiciário oprimia a população porque a lei não tratava todos da mesma maneira. O peso da lei se fazia sentir com maior peso nas costas da população mais humilde, ou seja, escravos, negros livres e brancos pobres. A gravidade do crime e a punição estavam associadas à posição social dos sujeitos. Os nobres e fidalgos tinham penas mais leves que os peões, mesmo quando praticavam o mesmo crime. Todos eram desiguais perante a lei. (BERNARDES, 2017:133).

O recrutamento forçado era outro fator de descontentamento na capitania e que também afetava mais diretamente a população mais pobre. Todos os que não fossem inválidos, entre 15 e 65 anos faziam parte das forças auxiliares e deviam apresentar-se regularmente, ou quando convocados, para exercícios militares, rondas, postos de vigia (BERNARDES; 2017: 137). Esse recrutamento forçado era um transtorno para as famílias diante da impossibilidade de contar com seus jovens filhos para ajudar na renda familiar. Os jovens recrutados se submetiam a um serviço militar de 16 anos com uma rígida disciplina militar e soldos miseráveis e com constantes atrasos. A deserção foi a resposta efetiva ao recrutamento e acontecia mesmo com a ameaça de severas punições.

Em Pernambuco, a documentação oficial da segunda metade do século XVIII registra dezenas e dezenas de conselhos militares para julgar crimes de deserção ou de insubordinação, muitos deles castigados com desterro para a África. O volume das deserções chegara a um nível que o príncipe regente, Dom João, em 13 de maio de 1808, decretou o perdão dos desertores que no prazo de seis meses se apresentassem aos seus batalhões e na mesma data outro decreto reduziu de dezesseis para oito anos o tempo do serviço militar que se apresentassem como voluntários. (BERNARDES, 2017: 138)

Outro problema afetava diretamente os pernambucanos que integravam as forças militares. As mais altas patentes eram de exclusividade dos oficiais portugueses. Existia uma prática de exclusão racial com a formação de regimentos próprios para os negros, Regimento dos Henriques, e para pardos e mulatos. Brasileiros, brancos ou não, dificilmente galgavam os mais altos postos da hierarquia militar, independente de capacidade ou talento (BERNARDES; 2017: 140).

E nesse contexto de crise, de questionamentos à ordem social e política mantida pelo governo português e de mudanças externas, que se forma um clima revolucionário em Pernambuco. O movimento estava sendo gestado nas casas, nas lojas maçônicas, nas igrejas e nos quartéis. A revolução se avizinhava iminente diante das condições favoráveis para que ela acontecesse. E assim nascem as revoluções.

Coloquem lá dentro do espaço e do tempo, datas, nomes, manifestações, episódios, arengas, pânicos, batalhas, proclamações, evoluções parlamentares, vinganças, duelos etc etc; tereis a Revolução em carne e osso...(PROUDHON; 2012, p. 22).

Faltava a fagulha. Faltava a gota d'água. No dia 06 de março não faltavam mais. eclodiu a primeira revolução no território brasileiro antes do tempo programado e de maneira inesperada. A nossa primeira e única revolução em carne e osso.

Em 06 de março, chegou aos ouvidos do governador Caetano Pinto Montenegro, a denúncia que uma rebelião estava prestes a eclodir. Reunido com o seu conselho militar, formado por oficiais portugueses de alta patente, o governador deu a ordem para a imediata prisão de 70 implicados no movimento. Os primeiros presos foram os comerciantes Domingos José Martins e Antônio da Cruz, O Cabugá, além do padre João Ribeiro Montenegro.

Quando da prisão do capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado, ele reagiu matando o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro, que havia lhe dado voz de prisão e tomou com os seus aliados o quartel de artilharia, localizado no bairro de Santo Antônio. Em seguida, os militares revoltosos seguiram para a

cadeia e libertaram Domingos José Martins e os demais presos comuns. Iniciada a revolução, a arruaça e a violência se estenderam pelas ruas do Recife.

Diante da perda do controle da situação, o governador Caetano Pinto Montenegro atravessa a ponte do Recife e se refugia no Forte do Brum com cerca de 250 militares. Segundo Mota (2018, p. 54), o governador ainda tentou frear o movimento enviando seu ajudante de ordens, Alexandre Thomaz, para resistir aos revoltosos, mas ele foi morto pelos militares do Quartel da Artilharia. Em uma última tentativa desesperada para proteger o governador e tentar salvar o governo, seus aliados tentaram destruir a ponte do Recife, mas foi impedida a bala pelos revolucionários. Nesse momento, Caetano Pinto Montenegro já não mais governava. Pernambuco não mais integrava o Reino Unido de Portugal. Brasil e Algarves, criado em 1815 para legitimar a permanência de Dom João no território brasileiro. A Coroa portuguesa não tinha mais o controle sobre o território pernambucano. A revolução tinha se tornada vitoriosa.

Figura 1- Forte do Brum



Fonte: autor, 2022.

O pânico se estendeu pelo Recife. Nas ruas, aos gritos de “Viva a Pátria” e “Mata Marinheiro” (alcunha dada aos portugueses), pessoas eram espancadas e mortas. Diante da violência, alguns tentaram fugir a nado para os navios ancorados no porto do Recife e parte morreu afogada.

No dia seguinte, a paz do medo havia se instalado no Recife. As pessoas permaneceram em suas casas. Como ato contínuo ao movimento revolucionário, foi instalado um governo provisório, que negociou a saída do ex-governador Caetano Pinto Montenegro de Pernambuco, que ao chegar no Rio de Janeiro foi preso e enviado para a Ilha das Cobras. O interessante é que até então muitos acreditavam que o movimento tinha sido para o afastamento de um governador tirano e não de rompimento com o governo português (TOLLENARE; 1978: 142). Não sabiam que estavam vivendo agora em uma região separada de Portugal. Um território independente e republicano. E para alguns revolucionários, era prudente que a população se mantivesse pensando assim. Entretanto, os pernambucanos estavam vivendo na primeira região do país separada de Portugal. Pernambuco era o local com o primeiro Governo brasileiro

“Governo do Brasil, primeiro governo do Brasil, porque, naqueles idos de 1817, o Brasil era o nordeste revolucionário. A Bahia do Conde dos Arcos, o Rio de Janeiro da Corte joanina ou a São Paulo do vereador José Bonifácio, o sul do general Lecor, o Mato Grosso do Oyenhausen, as Minas do Caldeira Brant, todos ainda eram Portugal nas Américas, todos eram ainda portugueses da América e todos como tal se sentiam. (MOURÃO, 2017, p. 17).

Diante da eclosão do processo revolucionário uma importante questão se coloca e que suscitou um extenso debate entre os historiadores, a participação das camadas populares no movimento, como se deu a participação da gente miúda, principalmente os negros livres e libertos e os escravos. Vale salientar que, mesmo irmãos de cor, eles tinham interesses distintos e não se identificavam em suas aspirações no movimento revolucionário.

Os negros livres e libertos visavam alcançar a cidadania, espalhada aos quatro cantos do mundo pelo processo revolucionário francês de 1789, que consistia em obter a igualdade civil e política perante os brancos. Mesmo livres ou libertos, a cor ainda era um sério obstáculo em uma sociedade escravista. Alguns espaços lhe eram negados. Ser livre não era uma condição para a ocupação de determinados espaços como a eleição para as câmaras municipais, participação nas ordens eclesiásticas ou nas ordens militares, a não ser aquelas destinadas exclusivamente aos negros ou aos pardos.

Os escravos almejavam a liberdade. O livramento do peso da escravidão. A participação dos escravos, embora reduzida, se deu através do engajamento voluntário ou involuntário, do recrutamento ou como braço armado dos seus senhores.

Aderindo espontaneamente à revolução ou seguindo a seus senhores na formação de hostes, sendo recrutados voluntária ou involuntariamente para os batalhões ou sendo apenas incorporados às comitivas aristocráticas nos calabouços, os escravos (...) em decorrência de sua posição social específica, pareciam perseguir essencialmente sua tão sonhada alforria. A liberdade jurídica prometida pela revolução consistia, pois, no principal valor e no sentido de realização de suas vidas. (SILVA; 2017, p. 210).

Voltando a revolução, um dia após o seu início, Domingos José Martins propôs que fosse instalado um governo provisório para comandar a Capitania e que os seus participantes deveriam ser eleitos por 17 membros da sociedade. O que desperta a atenção é que essa comissão eleitoral foi composta por 15 homens brancos e dois negros, Joaquim Ramos de Almeida e Thomaz Ferreira Vilanova, que também assinaram os termos da rendição do governador Caetano Pinto Montenegro. Esses fatos demonstram os caminhos a serem percorridos e os limites que seriam seguidos pelo governo provisório em relação aos negros. A manutenção da escravidão para os negros escravos e a discussão da igualdade civil e política para os negros libertos, mas que só passaram a exercer algumas funções relevantes, como o comando das fortalezas. Formada a comissão, os seus membros elegeram os integrantes que iriam compor o governo provisório.

O governo eleito seria composto por cinco patriotas representando segmentos da sociedade e setores da economia. Um representante da classe eclesiástica: João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro; um representante da classe militar: o Capitão Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa; um representante do comércio: Domingos José Martins; um representante da agricultura: o Coronel Manoel Correia de Araújo e um representante da magistratura: Jose Luiz de Mendonça. Para auxiliar os membros do governo provisório foram indicados o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro e o proprietário rural José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.

Após a instalação do governo provisório, no dia 09 de março, os seus participantes resolveram lançar uma proclamação aos pernambucanos, denominada

de a Proclamação ao Povo, justificando a sua implantação e estimulando o patriotismo e a união da população em torno do governo:

"Pernambucos, estai tranquilos, apareci na capital , o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros, e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem, habitantes do mesmo País, professores da mesma Religião. Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside à vossa felicidade; confiai no seu zelo, e no seu patriotismo. A providência, que dirigiu a obra, a levará ao termo. Vós verei consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso e nosso País, subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colherei o fruto dos trabalhos e do elo dos vossos Cidadãos. (...) A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos Lusos, sois Portugueses, sois americanos, sois Brasileiros, sois pernambucanos." (VILLALTA, 2009, p. 51).

Cinco dias após a instalação do governo provisório, foi decretada a nomeação de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, para ser o Embaixador de Pernambuco nos Estados Unidos e divulgada as orientações que o mesmo deveria seguir no solo norte-americano. Nos Estados Unidos, o nosso primeiro embaixador entrou em contato com autoridades norte-americanas explicando os motivos do processo revolucionário e solicitando auxílio militar e o reconhecimento da Independência de Pernambuco. Segundo Mourão (2017, p. 18), a missão de Cruz Cabugá abarcou as três funções clássicas e primordiais da diplomacia: representar, negociar e informar. Malograda a Revolução, como veremos mais adiante, fracassaram as negociações com o Governo norte-americano. Entretanto, esse episódio se destaca de uma importância histórica em relação à diplomacia do país. Destaca Mourão (2017, p. 16) que a Revolução de 1817 marca a fundação e o início da diplomacia brasileira.

Nas primeiras reuniões do governo provisório surgiram atritos em relação ao governo que seria implantado e como se daria a relação com o governo português. Domingos José Martins, tido como um dos membros mais radical defendia a instalação de um governo republicano e o separatismo do império português. O advogado José Luiz de Mendonça, em posição contrária a de Domingos José Martins, defendia um movimento moderado com a instalação de uma monarquia constitucional e uma declaração de fidelidade ao rei português. Sob a ameaça de morte em uma das reuniões do governo provisório, José Luiz de Mendonça foi "convencido" do contrário. Alguns dias após esse embate, José Luiz Mendonça redigiu Preciso, um dos mais importantes documentos do movimento Segundo Menezes (2017, p. 58): "Mendonça,

que desgraçadamente não constava entre as suas virtudes a coragem, difundia-se em humildes desculpas e querendo ganhar a perdida confiança, deu a luz no dia seguinte um escrito, que se intitulou Preciso” (apud TAVARES, 1917). Respondendo aos críticos, José Luiz de Mendonça endossa a república. O documento, impresso em um prelo do negociante Ricardo Fernandes Catanho, foi divulgado em 10 de março de 1817, justificando a revolução em seus motivos, objetivos e ações.

“PRECISO dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real.”

Depois de tanto abusar da nossa paciência por um sistema de administração combinado acinte para sustentar as vaidades de uma Corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidores aos nossos mesmos Amigos, Parentes e Compatriotas naturais de Portugal; e era esta porventura a derradeira peça que faltava de se pôr à máquina política do insidioso governo extinto de Pernambuco.

Começou o pérfido por ilaquear a nossa singeleza proclamando publicamente a 5 deste mês que era amigo sincero dos Pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com eles, escrevendo estes enganos com a mesma pena com que acabava de encher no segredo do seu gabinete listas de proscritos, que tinha de entregar nas mãos do algoz. Brasileiros de todas as classes, a mocidade de mais espírito do país, os oficiais mais bravos das tropas pagas, em uma palavra, os filhos da pátria de maior esperança e mais distinto merecimento pessoal.

Amanhecendo enfim o dia 6 em que as enxovias haviam de ser atulhadas de tantos Patriotas honrados, e suas famílias alagadas de dor, e de lágrimas: convoca o maldito um conselho de oficiais de guerra, todos invejosos de nossa glória, e depois de ter assinado com eles a atroz condenação daquelas inocentes vítimas, despacha ali mesmo os que lhe parecerem mais capazes de lhe dar execução. Uns correm aos quartéis militares, outros a casas particulares; fervem prisões por toda a parte e já as cadeias começam a se abrir para ir engolindo um por um dos nossos bons Compatriotas.

Aqui, porém, mostraram os nossos como tinham capacidade para saber conhecer que a desobediência tem todo preço de heroísmo em certos casos, e é quando com ela se salva a causa da Pátria. Um bravo Capitão seu o sinal do dever de todos, fazendo descer aos Infernos o principal agente da injustíssima execução; correu-se às armas, e poucas horas daquele mesmo dia foram todo o tempo de começar a acabar tão ditosa revolução, que mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido toda obra da Providência e benefício da bênção do todo Poderoso.

O Ex-General tinha se recolhido à fortaleza do Brum, e onde supunha achar uma praça de defesa, achou a prisão de sua pessoa e dos seus. Recorreu a proposições pacíficas, que acabaram num conclusum (sic) com que foi obrigado a conformar-se no dia sete, pelas seis horas da manhã.

Desde logo foi restabelecida toda ordem política, não se ouviram mais outras vozes que de aclamações gerais dignas do dia em que um imenso entrava na posse de seus legítimos direitos sociais. Foi consequência disso não ter havido até agora sequer um só distúrbio, nem motivo qualquer de queixa.

A oito se instalou o Governo Provisório composto de cinco Patriotas, tirados das diferentes classes; o qual o Governo tem sido permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi desabuzar os nossos Compatriotas de Portugal dos medos e desconfianças, em que os tinham inquietado os partidistas da tirania, recebendo a todos com abraços e ósculos, segurando as suas famílias, e pessoas, e propriedades de toda a sorte de injúrias, fazendo-os continuar em seu comércio, tráfegos e ocupações com mais liberdade que dantes, proclamando enfim por um bando os sentimentos do Governo, e do Povo, e não haver mais daqui por diante diferenças entre nós de Brasileiros e Europeus, mas deverem todos ser tidos em conta de uma só e única família, com igual direito a uma só e mesma herança, que é a prosperidade geral de tida esta Província.

A nove tudo se achava no mesmo espírito de concórdia e pacificação geral, sem que o povo se ressentisse de outra novidade que das bondades do Governo, todo aplicado a promover a segurança interior e exterior por medidas acertadas, buscando esclarecer a sua marcha com dividir as matérias de maior importância por comitês composto de pessoas de maior capacidade conhecida para cada um delas, com que tem obtido ao mesmo tempo popularizar as suas deliberações o mais possível.

Naquele mesmo dia o Governo foi permanente até à meia-noite para continuar diversos despachos, que hoje apareceram, sendo dos mais importantes fazer entrar os Funcionários públicos nas suas ocupações como dantes, sem tirar ninguém do seu ofício, proscreever as fórmulas de tratamento até agora usadas sem admitir nenhuma outra que a de – VÓS – mesmo com ele Governo, abolir certos impostos modernos de manifesta injustiça e opressão para o povo, sem vantagem nenhuma da nação. etc. E tal é o nosso estado político, e civil, até hoje, 10 de março de 1817.

VIVA a Pátria, vivam os patriotas e acabe para sempre a tirania real.

O Pe. João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro

Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado

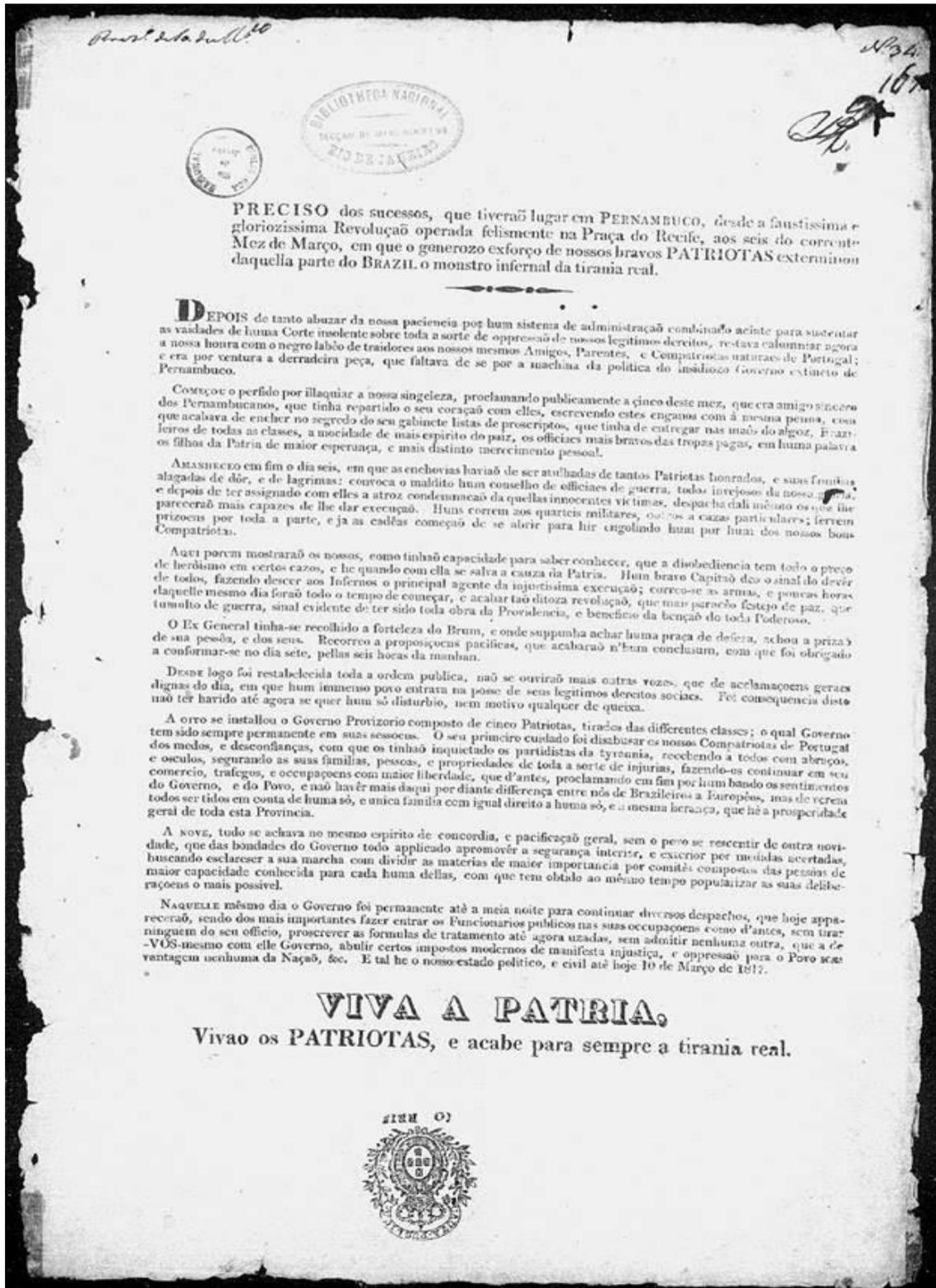
Manuel Correia de Araújo

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

Luiz Francisco de Paula Cavalcanti

Domingos José Martins

Figura 2 - O Preciso



<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolução/a-revolta/>

Justificada a Revolução, com a publicação e a divulgação do Preciso, os revolucionários se preocuparam com outros dois pilares do movimento revolucionário:

a bandeira e a lei orgânica. Dois pilares da afirmação do rompimento com a metrópole e de organização do incipiente governo instalado.

Dentre tantos exemplos de pioneirismo que Pernambuco tem dado à História, reconheça-se mais um: o da Revolução que recebeu por benção uma Bandeira e por batismo uma Constituição (CANTARELLI, 2017, p. 180).

A bandeira foi criada pelo padre e revolucionário João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, professor de desenho do Seminário de Olinda, e ficando a sua confecção a cargo do pintor Antônio Álvares e do alfaiate José do Ó Barbosa para executar o estandarte da república pernambucana. A bandeira foi composta com duas faixas horizontais, uma azul (maior) na parte superior e outra branca (menor) na parte de baixo. O azul representando o céu e o branco a paz. No fundo azul, aparecia um arco-íris nas cores vermelha, amarela e verde, simbolizando o início de uma nova era; o sol representando o futuro e, originalmente, três estrelas douradas representando as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, mas com a intenção de se colocar mais estrelas diante da adesão de outras províncias ao movimento. No fundo branco, uma cruz vermelha que alude ao nome de Santa Cruz dado ao Brasil na época de seu descobrimento.

Em 1917, na ocasião do centenário da Revolução de 1817, a bandeira dos revolucionários foi oficializada pelo governador Manuel Antônio Pereira Borba, através do Decreto nº 459/1917, como a bandeira do Estado de Pernambuco, mas com uma única alteração, a retirada das duas das três estrelas inseridas acima do arco-íris.

Em 2020, através do decreto 1724/2020, a bandeira foi atualizada com pontuais alterações. O uso do amarelo no lugar do ouro no sol e na estrela e a definição do desenho do sol com raios triangulares áureos e longos (site do Diário de Pernambuco, 2020). Nesse mesmo ano, em 14 de janeiro, uma votação, divulgada pelo site Brasil de Fato, a bandeira de Pernambuco foi escolhida a mais bonita do Brasil. Uma bandeira, que além da beleza é marcada por simbolismos e como a herança de uma revolução em que, segundo Oliveira Lima, a nação verdadeiramente aprendeu a combater e a morrer pela liberdade.

Figura 3 - A Bandeira de Pernambuco.



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Em 29 de março, o governo provisório e seu conselho propuseram a aprovação de uma Lei Orgânica, que mesmo tendo um caráter provisório, serviu como uma Constituição provisória da República de Pernambuco. O documento buscava dar a fundamentação a nova ordem jurídica e a organização política do governo instituído. A Lei Orgânica serviu como a Constituição provisória da República de Pernambuco. A primeira Constituição escrita para um novo Estado em terras brasileiras. (CANTARELLI, 2017, p. 175). A Lei Orgânica foi distribuída por todas as Câmaras da República para ser apreciada, debatida e aprovada.

A Lei Orgânica tinha 28 artigos e uma base iluminista. A lei apresentava três importantes princípios defendidos pelos iluministas: a defesa da soberania popular preconizada por Rousseau; a divisão dos poderes do Estado por Montesquieu e a garantia dos direitos individuais por Locke e Voltaire.

A soberania popular, se destaca como elemento fundante e sustentáculo do governo republicano, era afirmada com clareza no preâmbulo da Lei Orgânica, mas realçando o caráter provisório desse governo:

O Governo Provisório da República, revestido da Soberania pelo Povo, em quem ela só reside, desejando corresponder à confiança do dito Povo e conhecendo que sem formas e regras fixas e distintas, o exercício das funções que lhe são atribuídas por vago, inexato e confuso, não pode deixar de produzir choques e dissensões sempre nocivas ao bem geral e assustadoras da segurança individual, fim e alvo dos sacrifícios sociais.

Decreto e tem decretado. (A Lei Orgânica da República de Pernambuco, 1817).

A Lei Orgânica assegurava a clássica e moderna tripartição do Poder em Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, mas os poderes não eram estanques e nem seguiram os preceitos definidos e defendidos por Montesquieu. O Poder Legislativo seria exercido por um Conselho Permanente composto de seis membros: cinco escolhidos pelas Câmaras e um corregedor escolhido dentre os patriotas de mais probidade e luzes em matéria de administração pública. Além dos seis membros destacados, também faziam parte do Conselho os secretários do Governo, o Inspetor do Erário e o Bispo de Pernambuco (Art. 2 e 3). Em relação ao funcionamento desse Conselho dois encaminhamentos, a meu ver, merecem especiais destaques: a rotatividade na presidência das sessões que seria exercida pelos cinco membros, um a cada semana (art. 4) e os seus membros opinariam com plena liberdade e igualdade e por suas opiniões não poderiam ser censurados ou perseguidos. (art. 7).

O Poder Executivo seria composto por duas secretarias: uma para os Negócios do Interior, Graça, Política, Justiça e Cultos e a segunda para os negócios da Guerra, Fazenda, Marinha e Negócios Estrangeiros (art. 11). A Lei Orgânica determinava que a receita e a despesa das rendas deveriam ser publicadas a cada ano pela imprensa.

O Poder Judiciário estava organizado com o duplo grau de jurisdição. O primeiro grau seria exercido por dois Juízes Ordinários, eleitos em cada cidade e vila. Um caberia à parte criminal e o outro às questões cíveis. O segundo grau seria exercido por um Colégio Supremo da Justiça, com funcionamento na capital, composto por cinco membros para julgar em última instância as causas cíveis e criminais (art. 13).

A Lei Orgânica também teve a preocupação de assegurar aos patriotas os seguintes direitos individuais: a liberdade de consciência ao estabelecer a proibição de inquietar ou perseguir alguém por motivo de consciência (art. 23); a liberdade religiosa ao estabelecer que a religião do Estado fosse católica, mas as outras seitas seriam toleradas (art. 24); a liberdade de imprensa, mas sendo proibidos os ataques à Religião, a Constituição, Bons Costumes e caráter dos indivíduos (art. 25) e a

igualdade de tratamento entre os estrangeiros naturalizados, elevados à categoria de patriota desde que dessem provas de adesão ao Partido da regeneração e Liberdade (art. 26 e 27).

A Lei Orgânica, entretanto, trouxe duas questões espinhosas aos revolucionários pernambucanos: o desejo dos afros descendentes libertos e pardos, que representavam a maioria da população revolucionária, pela a igualdade civil e política e o desejo de parcela dos escravos pela abolição. A revolução chegava em sua encruzilhada. E os seus limites colocados à prova. O conflito entre o princípio da igualdade (política e civil) e a proteção ao direito de propriedade. Essa situação conflitante gerou a desconfiança dos proprietários rurais sobre as reais intenções das lideranças em relação a abolição da escravidão.

Em virtude das desconfianças e das suspeitas dos proprietários rurais, o Governo Provisório editou uma proclamação na qual afirmava que desejavam a emancipação do “cancro da escravidão”, mas que ela seria realizada de forma “lenta, regular e legal”. Entretanto, na proclamação o Governo Provisório também alimentava essa desconfiança dos proprietários rurais ao afirmar que:

“Eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita, que os honra.” (A Proclamação do Governo Provisório, 1817).

A revolução caminhava para o seu término. As contradições internas, a perda de apoio dos grandes proprietários rurais, o enfraquecimento do governo provisório e a forte repressão do governo português puseram fim ao movimento revolucionário de 1817. A república pernambucana, 75 dias após o seu início, chegava ao fim, mas sem antes deixar as suas marcas, os seus símbolos e as suas heranças na história de Pernambuco e no imaginário do povo pernambucano.

Debelada a revolução e deixando o governo provisório o Recife, em 29 de maio de 1817, logo no dia seguinte os portugueses saíram às ruas com as bandeiras do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves alçadas, dando vivas a El-rei e morras aos patriotas pernambucanos, ao mesmo ao tempo que despedaçavam as bandeiras republicanas. (DANTAS, 2017, p. 224).

Debelada a revolução, Pernambuco e os pernambucanos, por tamanha ousadia e gravidade do ocorrido, não poderiam ficar impunes e deveriam ser exemplarmente punidos. Pernambuco foi punido com o desmembramento de Alagoas

do seu território e os revolucionários em um rígido processo, conduzido pelo governador Luís do Rego Barreto, que fora enviado pela Coroa portuguesa para pacificar Pernambuco e promover a devassa do movimento revolucionário. A repressão foi extremamente violenta. Os principais líderes foram condenados à morte.

Vencidos os patriotas de 1817, os ideais da nova república foram sepultados, o belo pavilhão azul e branco dos revolucionários, desapareceu dos olhos dos pernambucanos, as ideias de liberdade, bem como os sonhos de toda uma geração, ficaram adormecidos. Os heróis de então foram enforcados e arcabuzados, com seus corpos mutilados depois de mortos, enquanto pais de famílias eram seviciados nos interiores das masmorras do Recife e de Salvador e os lares eram desonrados e seus filhos condenados ao abandono (SILVA, 2017, p. 224-225)

Assim como fizeram com Tiradentes, as punições deveriam ser exemplares para evitar novos movimentos revolucionários, mas não funcionou, Pernambuco voltou a ser palco de novos movimentos em 1820, 1821, 1824 e 1848.

Uma revolução com tantos episódios, com tanta riqueza e com tantas histórias como caber em um livro didático? Como transportar todo esse conhecimento para a sala de aula? Como resumir toda essa história em apenas uma página? Nessa transposição ao livro didático, os que os seus autores destacam, excluem ou selecionam? Parafraseando Caetano Veloso, em seu eterno sucesso Alegria, Alegria, mas como lê tanta história? Vejamos a seguir.

3.4 A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD 2020/2023.

A Revolução de 1817 como vimos foi rica em episódios, documentos, símbolos e histórias. Da revolução resultou na primeira região do Brasil a se separar de Portugal, a fundação e o início da diplomacia brasileira, o primeiro governo republicano instalado no país, a Data Magna pernambucana (06 de março), a atual bandeira de Pernambuco, o desmembramento de Alagoas do nosso território, a confecção de dois importantes documentos, a Lei Orgânica e o Preciso e, até mesmo, a proclamação da cachaça como bebida nacional.

E constatando a sua importância histórica, como a Revolução de 1817 foi transportada nos livros didáticos do PNLD de 2020/2023 aos estudantes do 8º ano

do Ensino Fundamental Anos Finais? Preliminarmente percebemos que nesses livros, os movimentos contestatórios pernambucanos são apresentados e contextualizados de forma resumida. Entendendo que os livros didáticos necessitam constituir uma narrativa que sintetize a história e inclua tal processo em sua narrativa maior sobre a nação. (ROCHA, 2017: 250). Acredito que a Revolução de 1817 podia ser mais bem explorada nos livros didáticos.

Finalizada a etapa da avaliação pedagógica, 11 coleções de História foram aprovadas para o PNLD de 2020/2023. As obras selecionadas foram encaminhadas às escolas para análise e possível escolha pelos professores. Diante do recebimento das onze coleções para exame, despertou o meu particular interesse o volume destinado aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais por trazer a história pernambucana no século XIX e os seus movimentos revolucionários: A Revolução Pernambucana de 1817, A Confederação do Equador de 1824 e A Revolução Praieira de 1848, mas realçando que só o movimento revolucionário de 1817 será objeto de pesquisa na presente dissertação.

Apesar da importância histórica de Pernambuco no século XIX e dos inúmeros episódios históricos ocorridos no território pernambucano, os livros didáticos se atêm apenas ao estudo dos episódios ocorridos em 1817, 1824 e 1848. Como exemplo dessa lacuna, A Revolta da Serra do Rodeador, ocorrida em 1820 em Bonito, região localizada no agreste pernambucano, e tido por muitos historiadores como o primeiro movimento messiânico ocorrido no Brasil, é solenemente ignorada em todas as coleções didáticas aprovadas.

COLEÇÃO 01	Araribá Mais: História. 8º Ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	Ana Cláudia Fernandes (Editora responsável)
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	Capítulo 9 - Brasil independente (p. 118)
ICONOGRAFIA	Benção das Bandeiras da Revolução de 1817. Óleo sobre tela de Antônio Parreiras.
ENFOQUES E ÊNFASES	Título: A Revolução Pernambucana de 1817. Origem: a crise econômica do Nordeste, a sobrecarga de impostos e o descontentamento da população com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos.

	<p>Segmentos envolvidos: Padres, artesãos, militares, juizes, proprietários de terra e outros setores sociais.</p> <p>As principais lideranças: Não constam.</p> <p>O estopim: não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: expansão para a Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a falta de unidade entre os revoltosos: os pobres queriam a igualdade e as elites buscavam a autonomia política.</p> <p>A repressão: a violenta repressão do governo do Rio de Janeiro, com o apoio da Bahia, resultando na retomada do controle do Recife e na violenta repressão aos revoltosos.</p> <p>A importância histórica: representou um duro golpe à monarquia portuguesa.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>No quadro de atividades (p. 122) apenas um questionamento: Como a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro contribuiu para a eclosão da Revolução Pernambucana de 1817?</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 02	Inspire História. 8º Ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 1 ed. São Paulo: FTD. 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	Gislane Campos Azevedo. Reinaldo Seriacopi.
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	Capítulo 5 - Os processos de independência da América espanhola e da América Portuguesa. (p. 119)
ICONOGRAFIA	Não consta
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: Não consta.</p> <p>Segmentos envolvidos: Não consta..</p> <p>As principais lideranças: Não consta.</p>

	<p>O estopim: A população pegou em armas dando origem ao movimento emancipacionista.</p> <p>A expansão da Revolução: Não consta.</p> <p>O enfraquecimento: Não consta.</p> <p>A repressão: A repressão das forças portuguesas</p> <p>A importância histórica: Evidenciou as tensões sociais crescentes na colônia portuguesa.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>Não consta.</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 03	<p>Estudar História: das origens do homem à era digital. 8º Ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 3ª ed. São Paulo: Moderna. 2018.</p>
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Patrícia Ramos Braick Anna Barreto.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	<p>Capítulo 6 - Das rebeliões coloniais às lutas pela emancipação na América portuguesa (p. 126)</p>
ICONOGRAFIA	<p>Painel em azulejo de José Corbiniano Lins.</p>
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: a crise econômica do Nordeste, a insatisfação com o aumento dos impostos e o descontentamento da população com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos.</p>

	<p>Segmentos envolvidos: militares, juizes, fazendeiros, magistrados, comerciantes e diversos religiosos.</p> <p>As principais lideranças: Frei Caneca e José Peregrino.</p> <p>O estopim: não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: expansão para a Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a desarticulação do movimento.</p> <p>A repressão: Rapidamente e com extrema violência com a retomada do Recife e a prisão e a execução dos revolucionários.</p> <p>A importância histórica: Pela primeira vez na monarquia portuguesa, rompia-se a unidade política e territorial e negava-se o poder do rei.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>No quadro denominado de recapitulando (p. 130) apenas um questionamento: Identifique os motivos que levaram à eclosão da Revolução Pernambucana de 1817, os grupos sociais que dela participaram e seu desfecho.</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 04	Geração Alpha-História. 8º ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 2ª ed. São Paulo: Edições SM. 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	Ana Lúcia Lana Nemi. Anderson Roberti dos Reis. Débora Yumi Motooka.
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	Unidade 5 - Brasil: A Independência e o Primeiro Reinado (p. 118).
ICONOGRAFIA	Vista aérea da Praça da República, Recife (PE). Benção das Bandeiras dos revolucionários republicanos no Campo do Erário.
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: a crise econômica do Nordeste, o aumento dos impostos e o ressentimento contra os portugueses.</p>

	<p>Segmentos envolvidos: Comerciantes, advogados, militares, religiosos, proprietários de terra e intelectuais.</p> <p>As principais lideranças: Não consta.</p> <p>O estopim: O movimento foi deflagrado em março.</p> <p>A expansão da Revolução: expansão para a Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a população não foi contemplada com todas as garantias e os líderes não pretendiam abolir a escravidão.</p> <p>A repressão: A coroa enviou tropas e navios de guerra para cercar Recife e prender os conjurados que não conseguiram resistir e se renderam em maio de 1817.</p> <p>A importância histórica: a Revolução mostrou às autoridades régias que a independência e a república haviam ganhado a popularidade.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>O livro propõe uma atividade de observação e de interpretação com o quadro A Benção das Bandeiras. (páginas 119).</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 05	<p>Teláris História. 8º ano: Ensino Fundamental. Anos Finais. 1ª ed. São Paulo: Ática. 2018.</p>
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Cláudio Vicentino. José Bruno Vicentino.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	<p>Capítulo 07 - A Independência da América Portuguesa (p. 115)</p>
ICONOGRAFIA	<p>Benção das Bandeiras da Revolução de 1817. Óleo sobre tela de Antônio Parreiras.</p> <p>Pátio do Terço, no Recife.</p>
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: a insatisfação das elites com as medidas tomadas pela Corte portuguesa e o interesse dos grandes proprietários rurais em</p>

	<p>instalar um Estado independente, sem o controle dos portugueses.</p> <p>Segmentos envolvidos: os proprietários de terra e os populares.</p> <p>As principais lideranças: Domingos José Martins e o padre João Ribeiro.</p> <p>O estopim: Não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: expansão para a Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a questão da escravidão ocasionando a divisão entre alguns proprietários rurais e a ala mais radical, que exigia a sua extinção.</p> <p>A repressão: os revolucionários pernambucanos acabaram cercados e derrotados pelas tropas reais e os líderes do movimento foram presos e executados.</p> <p>A importância histórica: Não consta.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>O livro propõe uma atividade (página 116) a partir de um trecho de um texto de Boris Fausto sobre a revolução com questões visando a sua interpretação.</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Não consta.

COLEÇÃO 06	História Sociedade & Cidadania. 8º ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	Alfredo Boulos.
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	Capítulo 8 - A Chegada da Família Real Portuguesa e a Emancipação Política do Brasil. (p. 126 e 127).
ICONOGRAFIA	Benção das Bandeiras da Revolução de 1817. Óleo sobre tela de Antônio Parreiras. Bandeira da Revolução Pernambucana de 1817. Bandeira atual de Pernambuco.
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: A crise econômica do Nordeste, o aumento dos impostos e o descontentamento da população com o controle que os</p>

	<p>portugueses exerciam sobre o comércio varejista e a preferência dada a eles quando havia promoção de militares.</p> <p>Segmentos envolvidos: Não consta.</p> <p>As principais lideranças: O comerciante Domingos José Martins, o padre João Ribeiro, o capitão Domingos Teotônio, o advogado José Luís de Mendonça, o carmelita Miguel Joaquim de Castro e o senhor de engenho Manoel Correia de Araújo.</p> <p>O estopim: Não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: Não consta.</p> <p>O enfraquecimento: A discordância entre os revolucionários quanto a extinção da escravidão.</p> <p>A repressão: O governo de Dom João VI enviou soldados e navios que reprimiram e venceram a rebelião.</p> <p>A importância histórica: Pernambuco foi a primeira província do Império português a declarar a sua independência.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>O livro propõe uma atividade com perguntas sobre o texto Proclamação ao povo feita pelo Governo Provisório no dia 09 de março de 1817, presente na Coletânea de História do Brasil Colonial do autor Luiz Carlos Villalta.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 07	<p>Convergências História. 8º Ano: Ensino Fundamental: Anos Finais: 8º ano. 2. ed. São Paulo: edições: SM, 2018.</p>
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Caroline Torres Minorelli. Charles Chiba.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	<p>Capítulo 07 - Mudanças na Colônia (página 106)</p>
ICONOGRAFIA	<p>A bandeira de Pernambuco com a explicação dos seus elementos (a estrela, o sol, o arco-íris, a cruz e as suas cores).</p>
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana.</p> <p>Origem: a crise econômica causada pela queda das exportações do açúcar e da seca e a</p>

	<p>insatisfação em decorrência dos privilégios que favoreciam os portugueses no comércio e na ocupação dos cargos públicos.</p> <p>Segmentos envolvidos: religiosos, artesãos, militares, juizes, comerciantes e grandes proprietários rurais.</p> <p>As principais lideranças: Domingos José Martins, Frei Caneca, Antônio Carlos de Andrada e Silva, Bárbara Pereira de Alencar e seus filhos, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Martiniano Pereira de Alencar.</p> <p>O estopim: não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: O movimento difundiu-se para Paraíba, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a falta de coesão entre os envolvidos enfraqueceu o movimento.</p> <p>A repressão: Em maio de 1817, as tropas do governo colonial reprimiram os revoltosos, aprisionando e punindo suas principais lideranças.</p> <p>A importância histórica: não consta.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>Nenhuma atividade proposta.</p> <p>Nenhuma sugestão de livro ou de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 08	<p>Historiar, 8º ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p>
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Gilberto Cotrim. Jaime Rodrigues.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	<p>Capítulo 08 - A Independência do Brasil (página 121).</p>
ICONOGRAFIA	<p>Gravura com a vista da Cidade do Recife e parte de Olinda a partir da Ladeira da Misericórdia. Autor desconhecido</p>
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana (1817).</p> <p>Origem: a crise econômica causada pela seca e pela queda do preço do açúcar e do algodão e</p>

	<p>o aumento dos impostos.</p> <p>Segmentos envolvidos: setores da elite econômica e das camadas populares, incluindo negros, mestiços e brancos pobres.</p> <p>As principais lideranças: Não consta.</p> <p>O estopim: A revolta explodiu quando um comerciante português denunciou os planos do movimento ao Governador, que enviou tropas militares para reprimir os envolvidos, mas os revoltosos mataram os militares e, em seguida, prenderam o governador.</p> <p>A expansão da Revolução: O movimento expandiu-se para o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: Não consta.</p> <p>A repressão: O governo de Dom João VI combateu a Revolução mandando tropas, armas e navios e seus líderes foram condenados à morte.</p> <p>A importância histórica: Foi a única revolta anterior à independência do Brasil que ultrapassou a fase da conspiração.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>Atividade de preenchimento de uma tabela constando a Revolução Pernambucana e as Conjurações Mineira e Baiana identificando três aspectos: a data, objetivos e o desfecho.</p> <p>A indicação de consulta ao acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro - exposição sobre a Revolução Pernambucana.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p>

COLEÇÃO 09	<p>Vontade de Saber: História: 8º Ano; Ensino Fundamental: Anos Finais. 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial. 2018.</p>
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Adriana Machado Dias. Keila Grinberg. Marco Pellegrini.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	<p>Capítulo 07 O Processo De Independência do Brasil (página 154).</p>
ICONOGRAFIA	<p>Pintura: A Revolução de 1817. Autoria de Cícero Dias destacando a figura do Frei Caneca.</p>
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolução Pernambucana de 1817.</p>

	<p>Origem: A falta de representatividade da elite agrária pernambucana no governo central.</p> <p>Segmentos envolvidos: A elite agrária pernambucana.</p> <p>As principais lideranças: Frei Caneca.</p> <p>O estopim: Não consta.</p> <p>A expansão da Revolução: Não consta.</p> <p>O enfraquecimento: Não consta.</p> <p>A repressão: O governo português enviou tropas que sufocaram e prenderam seus líderes, entre eles Frei Caneca.</p> <p>A importância histórica: representou um duro golpe à monarquia portuguesa.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	<p>A atividade de responder apenas uma questão no final do capítulo: O que foi a Revolução Pernambucana de 1817?</p> <p>Nenhuma sugestão de livro e de filme.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Não consta.

COLEÇÃO 10	História: Escola e Democracia. 8º ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 1 ed. São Paulo: Moderna. 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	Flávio de Campos. Regina Claro. Miriam Dolhnikoff.
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	Capítulo 08 - Independência do Brasil (página 139)
ICONOGRAFIA	Mapa do Nordeste em 1817 identificando os locais de extensão da Revolução
ENFOQUES E ÊNFASES	<p>Título: A Revolta Pernambucana de 1817.</p> <p>Origem: a política centralizadora da metrópole; o aumento da carga tributária e o recrutamento</p>

	<p>militar sobre a população pobre.</p> <p>Segmentos envolvidos: Não consta.</p> <p>As principais lideranças: Não consta.</p> <p>O estopim: Em março de 1817, o governo de Pernambuco foi tomado de assalto.</p> <p>A expansão da Revolução: a revolta expandiu-se para a Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.</p> <p>O enfraquecimento: a divisão por divergências entre os seus dirigentes.</p> <p>A repressão: a revolta foi sufocada pela ação de tropas leais ao governo do Rio de Janeiro.</p> <p>A importância histórica: Pela primeira vez na História do Império Português o poder monárquico deixava de existir.</p>
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	Atividade em um quadro denominado de tá ligado? Com três questões sobre o processo revolucionário.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p> <p>MOTA, C. G. Nordeste 1817: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.</p>

COLEÇÃO 11	História. Doc. 8º ano: Ensino Fundamental: Anos Finais. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
AUTORES DA COLEÇÃO	<p>Ronaldo Vainfas.</p> <p>Jorge Ferreira.</p> <p>Sheila de Castro Farias.</p> <p>Daniela Buono Calainho.</p>
LOCALIZAÇÃO NO LIVRO	A Revolução de 1817 não consta na coleção.

Em relação a Revolução de 1817, conforme as tabelas acima, iremos analisar nos livros didáticos do PNLD os seguintes itens: o título, a origem, os segmentos envolvidos, as principais lideranças, o estopim, a expansão da revolução,

o enfraquecimento, a repressão, a importância histórica, a iconografia, sugestão de atividades e as referências bibliográficas.

3.4.1 O Título da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNLD 2020/2023.

A primeira constatação, olhando os índices, é que as onze coleções dedicam espaços aos principais movimentos revolucionários ocorridos em Pernambuco e, em sua maioria, referem-se a eles com os nomes pacificados pela historiografia, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira de 1848.

Em relação à Revolução Pernambucana, as coleções, com exceção da coleção História.doc (coleção 11), que, estranhamente, não estuda o conteúdo, são quase unânimes em reconhecê-las como um movimento revolucionário. Em relação a Confederação do Equador e a Revolução Praieira, as coleções são quase unânimes em denomina-las por esses nomes. A exceção é a Coleção Historiar (coleção 08) que entende a Praieira não como uma revolução, mas como uma revolta. A Coleção Araribá. Mais História (coleção 01) denomina a Praieira como uma revolução, mas, de forma pioneira em um livro didático, traz um questionamento se ela pode ser considerada uma revolução ou uma revolta:

“Os próprios sujeitos da época definiram a Praieira como uma “revolução” e se inspiraram nos movimentos revolucionários europeus de 1830 e 1848. Porém, no caso do Brasil, o movimento ocorreu num contexto (...) bem diferente das realidades europeias do período. Mas é importante ressaltar que não se tratava de uma ameaça revolucionária como representada pelos movimentos de 1830 e 1848 na Europa.” (COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA, 2018, p. 207).

Especificamente, em relação ao título dado ao movimento de 1817, é quase consenso entre os autores dos livros didáticos que houve uma revolução em Pernambuco. Apenas duas coleções não associam o episódio ocorrido em Pernambuco a uma revolução. A Coleção História: Escola e Democracia (coleção 10) a denomina de revolta e a Coleção História: Sociedade e Cidadania (coleção 06) de insurreição. Entretanto, a questão da denominação do movimento de 1817 como uma revolução não é problematizada em nenhuma coleção.

3.4.2 A Origem da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNLD 2020/2023.

A Revolução de 1817 foi motivada por diversos fatores internos e externos, que levaram Pernambuco a um processo revolucionário e agravado com a chegada da Corte portuguesa em 1808 resultando no aumento da carga tributária, mas a revolução não pode ser reduzida só como consequência de uma crise econômica ou de uma crise política.

Além da rivalidade entre portugueses e pernambucanos, havia também motivos de ordem econômica, como as secas que solaparam Pernambuco de 1817, os altos impostos cobrados pela Coroa em Pernambuco, o não pagamento das tropas pernambucanas compostas principalmente por naturais da terra, de ordem política, como pela maçonaria difusão de ideias contra a monarquia absolutista portuguesa, o ideal de liberdade pregado pelas Revoluções Francesa e Americana, a insatisfação com a política da Coroa portuguesa instalada no rio de Janeiro, que esquecia-se de outras regiões que não o centro-sul do Brasil, etc. ressaltando que esses motivos não estavam separados entre si, misturavam-se de tal sorte que é impossível comentar sobre um sem citar o outro (VILLALTA, 2002, p. 58 a 66).

Diante da complexidade e da abrangência de fatores que originaram a Revolução de 1817 como os livros didáticos explicam a origem do processo revolucionário? As coleções, em sua maioria associam a sua origem a três fatores: a insatisfação com as decisões tomadas no Rio de Janeiro, especialmente o aumento dos impostos para custear a presença da Corte, a crise econômica em virtude da queda do preço do açúcar e do algodão e os privilégios concedidos aos portugueses na ocupação dos altos cargos públicos e militares e no controle do comércio de Pernambuco.

“Entre 1815 e 1816, ocorreu a grande seca nas capitanias brasileiras ao norte da Bahia. A falta de chuva arruinou parte das lavouras, o que prejudicou a produção e trouxe fome à população mais pobre. Na cidade do Recife, centro da capitania de Pernambuco e do comércio local, a situação econômica se agravou ainda mais por causa da queda dos preços internacionais do açúcar e do algodão e do domínio comercial praticado pelos portugueses, que tinham negócios na região. Apesar dessa situação, o governo sediado na cidade do Rio de Janeiro promoveu o aumento dos impostos na região de Pernambuco, visando custear a campanha militar de conquista da Banda Oriental (Uruguai), a execução de obras públicas e os gastos da Corte, além de pagamento dos funcionários públicos” (COLEÇÃO GERAÇÃO ALPHA HISTÓRIA, , 2018, p. 118).

“Essa revolução foi motivada por várias condições, como aumento dos impostos usados para sustentar a Corte portuguesa no Rio de Janeiro; os

prejuízos à agricultura e a fome causados pela falta de chuvas (seca) em áreas do sertão; queda do preço do açúcar e do algodão (importantes mercadorias pernambucanas); e a concorrência de produtos das Antilhas e dos Estados Unidos” (COLEÇÃO HISTORIAR, 2018, p. 121).

“Nesse período, a região passava por uma grave crise econômica, causada principalmente pelo declínio das lavouras de exportação. Além disso, a população estava descontente com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos e com a sobrecarga de impostos cobrados pela Coroa.” (COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA, 2018, p. 118).

3.4.3 As Classes Sociais envolvidas na Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNL D 2020/2023.

Em relação aos participantes e as classes sociais envolvidas no movimento revolucionário, as coleções destacam o envolvimento de diversos setores da sociedade, diferenciando-se das abordagens relativas às Conjurações Mineira e Baiana. Nos livros didáticos, a Conjuração Mineira, geralmente, é estudada como um movimento organizado pelas elites de Minas Gerais e a Conjuração Baiana pelas camadas populares de Salvador e tida, por alguns historiadores, como a mais ampla e popular das rebeliões coloniais. Na Revolução de 1817, tal abordagem não cabe. Ela teve o envolvimento de diversos setores da sociedade pernambucana, das elites e das camadas populares, e os livros destacam essa participação.

“Esse cenário de crise e sentimento antilusitano favoreceu a eclosão da Revolução Pernambucana, que reuniu pessoas de diversas camadas sociais: militares, religiosos, juizes, artesãos, comerciantes e grandes proprietários rurais”. (COLEÇÃO CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA, 2018, p. 106).

“Não demorou para que setores das elites pernambucanas, unindo militares, religiosos, comerciantes, advogados, proprietários rurais e intelectuais, começassem a se organizar contra a dominação portuguesa, (...) As camadas mais pobres apoiaram a revolução, movidas pelo ressentimento contra os portugueses. (COLEÇÃO GERAÇÃO ALPHA HISTÓRIA, , 2018, p. 118).

“O movimento pernambucano teve a participação de setores da elite econômica e das camadas populares, incluindo negros, mestiços e brancos pobres” (COLEÇÃO HISTORIAR, 2018, p. 121).

3.4.4 O Estopim da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNLD 2020/2023.

Constatamos que os livros didáticos não abordam o início da revolução. Ignoram o dia 06 de março, o dia do início da revolução e em que comemoramos a Data Magna de Pernambuco. Vimos que o 06 de março foi um longo dia marcado por vários episódios de violência e contestação ao controle de Portugal sobre Pernambuco. O Recife teve um dia bastante agitado com as primeiras mortes, a deposição do governador Caetano Pinto Montenegro e a violência disseminada pelas ruas recifenses. Entretanto, esses ricos episódios são resumidos ou ignorados. Os personagens não tem ação e não tem nomes. As coleções citam a tomada de poder pelos pernambucanos sem se aterem ao seu estopim. Um dia resumido em duas linhas.

“Em Pernambuco, por exemplo, a população chegou a pegar em armas, dando origem ao movimento emancipatório conhecido como Revolução Pernambucana (1817)”. (COLEÇÃO INSPIRE HISTÓRIA, 2018, p. 119).

“(…), os rebeldes pernambucanos rebelaram-se, expulsaram de Pernambuco o governador e proclamaram uma república separada de Portugal e do Rio de Janeiro. (COLEÇÃO HISTÓRIA: SOCIEDADE & CIDADANIA, 2018, p. 126).

“Em março de 1817, o governo de Pernambuco ligado à Coroa portuguesa foi tomado de assalto”. (COLEÇÃO HISTÓRIA ESCOLA: DEMOCRACIA, 2018, p. 139).

“O movimento revolucionário deflagrado em Recife, em março de 1817, destituiu o governador e proclamou a independência e República de Pernambuco”. (COLEÇÃO GERAÇÃO ALPHA, 2018, p. 118).

“A revolta explodiu quando um comerciante português denunciou os planos do movimento ao governador de Pernambuco. O governador enviou forças militares para reprimir os envolvidos, mas os revoltosos e, em seguida, prenderam o governador. Os rebeldes tomaram o poder em Pernambuco. (COLEÇÃO HISTORIAR, 2018, p,121).

“Em março de 1817, eclodiu a maior insurreição contra o poder do rei de toda a história de Portugal” (COLEÇÃO ESTUDAR HISTÓRIA, 2018, p. 126).

“Em março de 1817, os revoltosos tomaram o poder no Recife e estabeleceram um governo provisório republicano em Pernambuco” (COLEÇÃO CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA, 2018, p. 106).

“Durante a revolta, conhecida como Revolução Pernambucana, os revolucionários tomaram o poder e implantaram uma república.” (COLEÇÃO VONTADE DE SABER: HISTÓRIA, 2018, p. 154).

3.4.5 A Instalação do Governo Provisório e a Expansão da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNLD 2020/2023.

Em relação a formação e as ações do governo provisório, instalado após o controle de Pernambuco pelos revolucionários, os livros didáticos do PNLD constataam que era um governo republicano, mas não aprofundam a sua organização, não identificam as suas lideranças e não problematizam as suas ações, as suas dificuldades e as suas contradições.

Dos documentos gestados pelo governo republicano, o Preciso é ignorado e a Lei Orgânica é superficialmente citada, mas sem nenhuma estratégia para o seu uso em sala de aula. A bandeira da revolução, rica em significados, não merece nenhum destaque. Os livros, em sua maioria, destacam a expansão da revolução para as capitanias vizinhas, mas alguns autores cometem o equívoco de citar Alagoas, que na época da revolução ainda integrava o território pernambucano, como uma província pela qual se estendeu a revolução. Afinal, a original bandeira revolucionária apresentava apenas três estrelas referentes às capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

“A revolta espalhou-se para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Pela primeira vez na História do Império Português o poder monárquico deixava de existir. Em seu lugar, um novo ordenamento político estabelecia-se: uma República baseada nos princípios da Revolução Francesa” (COLEÇÃO HISTÓRIA: ESCOLA DE DEMOCRACIA, 2018, p. 139).

“Em 29 de março do mesmo ano, o governo provisório da república anunciou a convocação de uma Assembleia Constituinte e proclamou uma lei que estabelecia, entre outros pontos, a igualdade de direitos dos cidadãos e a liberdade de expressão. Haveria também liberdade de culto, apesar de o catolicismo ser mantido como religião oficial”. (COLEÇÃO GERAÇÃO ALPHA, 2018, p. 118).

“Os revoltosos chegaram a constituir um governo próprio e a redigir uma constituição inspirada em princípios iluministas” (COLEÇÃO INSPIRE, 2018, p. 119).

“O movimento partiu de Recife, estendendo-se para o interior e atingindo outras províncias, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Os

revoltosos instalaram um governo provisório em Recife, que proclamou a república e elaborou um documento que defendia a soberania do povo e estabelecia a tolerância religiosa, a liberdade de imprensa e a convocação de uma constituinte.” (COLEÇÃO ESTUDAR HISTÓRIA, 2018, p. 126).

“Os rebeldes tomaram o poder em Pernambuco e o movimento expandiu-se para o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Em Recife, os revoltosos formaram um governo provisório que extinguiu impostos e elaborou uma Constituição, garantindo liberdade religiosa e de imprensa.” (COLEÇÃO HISTORIAR, 2018, p. 121).

“Em março de 1817, os revoltosos tomaram o poder no Recife e estabeleceram um governo provisório republicano em Pernambuco. Liderados por Domingos José Martins, Antônio Carlos de Andrade e Silva, Frei Caneca, eles defendiam a elaboração de uma Constituição que garantisse, entre outros aspectos, a igualdade de direitos, a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa. O movimento difundiu-se para outras regiões, como Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará,” (COLEÇÃO CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA, 2018, p. 106).

“O movimento instalou um governo provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, e propôs a elaboração de uma Constituição que expressasse os princípios do liberalismo, a liberdade de imprensa, a soberania popular e a tolerância religiosa. O movimento expandiu-se para Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas”. (COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA, 2018, p. 118).

“Dezenas de populares organizaram-se para libertar-se do domínio português e instalar o regime republicano no Recife. Entre os revoltosos, destacaram-se o comerciante Domingos José Martins e o padre João Ribeiro. Eles derrubaram o governador e fundaram um novo governo, decretando a extinção de impostos, a liberdade de imprensa e de religião e a igualdade entre os cidadãos,” (COLEÇÃO TELÁRIS, 2018, p. 115).

“Durante a revolta, conhecida como Revolução Pernambucana, os revolucionários tomaram o poder e implantaram uma República na província.” (COLEÇÃO VONTADE DE SABER HISTÓRIA, 2018, p. 154).

3.4.6 O Enfraquecimento da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNL D 2020/2023.

As coleções abordam a questão da abolição da escravidão como uma das principais causas do enfraquecimento do governo da derrocada do movimento

revolucionário. Saliendo que nas abordagens nos livros didáticos das Conjurações Mineira e Baiana, além dos segmentos envolvidos, os seus autores também identificam como diferenciação entre elas a questão da escravidão. Na Conjuração Mineira, pela condição das suas lideranças pertencerem a elite mineira e possuírem escravos, não existia um projeto de libertação dos escravos e na Conjuração Baiana, pela intensa participação das camadas populares, existia uma intenção de promover abolição da escravidão. No movimento de 1817, como abordamos no item anterior, a abolição da escravidão era uma questão delicada para o governo provisório pelo embate entre a igualdade preconizada e o sagrado direito a propriedade, mas, que pelos documentos gestados, se percebia que havia um projeto de abolição da escravidão, que se daria de forma “lenta, regular e legal”. Entretanto, os grandes proprietários rurais desconfiavam das reais intenções do governo provisório e desconfiavam que a abolição seria decretada sem uma prévia negociação ou comunicação. Diante das desconfianças, os grandes proprietários rurais resolveram abandonar o barco revolucionário o que enfraqueceu mais ainda o movimento, que naquele momento já enfrentava as primeiras reações armadas do governo português. As coleções não destacam essas contradições, mas o colocam, ao lado da forte repressão do governo português, como uma das principais causas do fracasso da Revolução de 1817.

“Os líderes da rebelião de 1817 concordavam quanto ao fim do domínio português, mas discordavam quanto a extinguir a escravidão, fato que enfraqueceu o movimento”. (COLEÇÃO HISTÓRIA: SOCIEDADE E CIDADANIA, 2018, p. 127).

“O regime de escravidão, contudo, não foi alterado. Para não contrariar os senhores de engenho, os rebeldes diziam que a escravidão seria abolida de modo “lento, gradual e legal”. (COLEÇÃO HISTÓRIAR, 2018, p. 121).

“No entanto, a falta de coesão entre os envolvidos enfraqueceu o movimento”. (COLEÇÃO CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA, 2018, p.106).

“Porém, não havia unidade entre os revoltosos: os pobres queriam conquistar a igualdade, enquanto as elites buscavam a unidade política”. (COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA, 2018, p. 118).

“Devido à pressão de alguns proprietários, a escravidão foi mantida, embora a a la mais radical dos revoltosos exigisse a sua extinção.” (COLEÇÃO TELÁRIS, 2018, p. 115).

3.4.7 A Repressão e as Consequências da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNL D 2020/2023.

Em relação ao término da revolução, existe um consenso entre as coleções que ela se deu em virtude da forte repressão do governo português e da

execução das suas principais lideranças. Entretanto, os patriotas pernambucanos, violentamente executados, poucos são mencionados. Os únicos citados são José Peregrino, Domingos José Martins, Miguel Joaquim de Castro (Padre Miguelinho) e o Frei Caneca, que sobreviveu ao movimento de 1817, mas foi condenado à morte em virtude da participação na Confederação do Equador em 1824. Em relação às Conjurações Mineira e Baiana, os seus mártires são reverenciados com as memórias dos seus nomes nos livros didáticos. Tiradentes aparece como um símbolo da luta contra Portugal e, recentemente, em um belo resgate histórico, dos conjurados negros: João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, mortos na repressão em Salvador.

Ao término do movimento revolucionário de 1817, quatorze patriotas pereceram: Padre Roma, Padre Miguelinho, Padre João Ribeiro, Padre Souza Tenório, Padre Antônio Pereira, José de Barros Lima, Amaro Gomes Coutinho, Inácio Leopoldo, José Peregrino de Carvalho, Francisco José da Silveira, Jose Luís de Mendonça, Domingos José Martins, Antônio H. Rabelo e Domingos Teotônio. A maioria teve suas mãos decepadas e suas cabeças expostas pelas ruas do Recife. Em um espetáculo macabro, mas com o intuito de amedrontar a população e desencorajar novos movimentos contra o domínio português. Entretanto, suas memórias e seus sofrimentos permanecem esquecidos nos livros didáticos.

“O regime republicano durou apenas dois meses, pois o governo português enviou tropas que sufocaram a revolta e prenderam seus líderes, entre eles Frei Caneca.” (COLEÇÃO VONTADE DE SABER: HISTÓRIA, 2018, p.154).

“Rapidamente e com extrema violência, o governo central reprimiu a revolução, que começava a se desarticular. Em maio de 1817, as tropas reais tomaram o Recife, após batalhas travadas no sertão. Os líderes da insurreição foram presos, como foi o caso de Frei Caneca, ou executados, como o militar José Peregrino, que foi esquartejado.” (COLEÇÃO ESTUDAR HISTÓRIA, 2018, p. 126).

“A República Pernambucana durou apenas 74 dias: o governo de D. João VI enviou soldados e navios de guerra que reprimiram e venceram a rebelião. Comerciantes portugueses e proprietários de terras ajudaram a repressão (...). As penas dadas aos líderes de 1817, como Domingos José Martins e o carmelita Miguel Joaquim de Castro, seguiram o modelo do Antigo Regime: a morte na forca por crime de lesa-majestade. (COLEÇÃO HISTÓRIA: SOCIEDADE & CIDADANIA, 2018, p. 127).

“Mesmo com a adesão de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os revolucionários acabaram cercados e derrotados pelas tropas reais. Os líderes do movimento foram presos e executados.” (COLEÇÃO TELÁRIS, 2018, p. 115).

“Porém, após pouco mais de dois meses, o governo do Rio de Janeiro, com o apoio da Bahia, retomou o controle do Recife e reprimiu com violência os revoltosos.” (COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA, 2018, p. 118).

“Em maio de 1817, as tropas do governo colonial reprimiram os revoltosos, aprisionando e punindo diversas pessoas. Frei Caneca, por exemplo, foi preso e levado a Salvador, onde permaneceu até 1821.” (COLEÇÃO CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA, 2018, p. 106).

“O governo de dom João VI combateu a Revolução Pernambucana mandando tropas, armas e navios. Portos foram bloqueados e navios pernambucanos, confiscados. Os revoltosos se entregaram em maio de 1817, e seus líderes foram condenados á morte”. (COLEÇÃO HISTORIAR, 2018, p. 121).

“Dividida por divergências entre os seus dirigentes, a revolta foi sufocada pela ação de tropas leais ao governo do Rio de Janeiro” (COLEÇÃO HISTÓRIA: ESCOLA E DEMOCRACIA, 2018, p. 139).

“A Coroa enviou tropas e navios de guerra para cercar Recife e prender os conjurados, que não conseguiram resistir e se renderam em maio de 1817. Seguiram-se prisões e as execuções dos líderes do movimento”. (COLEÇÃO GERAÇÃO ALPHA, 2018, p. 118).

Outra importante lacuna em relação ao final do movimento revolucionário de 1817, é que nenhuma das coleções pesquisadas aborda o desdobramento da Comarca de Alagoas do território pernambucano como uma das principais punições impostas a Pernambuco. Situação que se repetirá em 1824, com o término da Confederação de Equador, quando Pernambuco, como castigo imposto por dom Pedro I, perde a Comarca de São Francisco, anexada de forma provisória à capitania da Bahia. Os livros didáticos ignoram esse retalhamento do território pernambucano, mas que teve o seu resgate por João Cabral de Melo Neto no poema Pernambuco em mapa (1975): “Só vai na horizontal./Nos mapas que mutilaram;/ Em tudo é vertical:/ Dos sobrados e bueiros da Mata.”

3.4.8 As Iconografias da Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNL D 2020/2023.

Os livros didáticos apresentam iconografias como complementação ao texto escrito. As iconografias são as imagens (mapas, fotos, gravuras, desenhos ou ilustrações) presentes nos livros didáticos. Sabe-se que a utilização da iconografia nos livros didáticos remonta aos meados do século XIX. E a partir de então, os livros didáticos estão repletos de imagens que parecem concorrer na busca de atenção com os textos escritos. Particularmente, os livros didáticos de História são repletos de imagens com a finalidade de se tornar mais atraentes para os estudantes ao conciliar formatações atraentes e ricas em recursos visuais alinhadas com a narrativa histórica.

Entretanto, as imagens apresentadas nos livros didáticos podem funcionar como uma mera ilustração e não aprofundar ou problematizar o conteúdo que está

sendo proposto. As imagens não podem ser utilizadas nos livros didáticos apenas para deixá-lo mais bonito ou chamativo. As imagens também podem trazer significação para os estudantes do que está sendo estudado. Segundo Magalhães e Gontijo (2017), as imagens podem ajudar a compor uma narrativa de um evento e, por vezes, são mais eficazes que o próprio texto do livro para consolidar uma ideia sobre o evento a ser estudado pelos estudantes. Em relação às ilustrações presentes nas coleções de História do PNL 2020/2023, relativas a Revolução de 1817, constato que elas servem apenas como meras ilustrações aos textos.

Das dez coleções analisadas, apenas a Coleção Inspire (coleção 02) não traz nenhuma ilustração ao texto da Revolução de 1817. As demais coleções, em sua maioria, suas ilustrações referem-se à bandeira de Pernambuco, mas raramente elas trazem alguma problematização, uma contextualização da imagem presente no livro ou uma proposta de utilização didática.

A ilustração mais recorrente refere-se à reprodução da gravura a Benção das Bandeiras da Revolução de 1817, óleo sobre tela do pintor Antônio Diogo da Silva Parreiras (1860-1937). A tela pertence ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. A imagem faz referência a uma simbólica solenidade realizada após a aprovação da bandeira revolucionária.

A cerimônia de bênção das bandeiras aconteceu no dia 03 de abril, às oito horas da manhã, em um altar armado no Campo da Honra, hoje Praça da República, sendo presidida pelo Deão de Olinda, Dr. Bernardo Luís Ferreira Portugal, com três regimentos formados. (...) Concluída a oração, o Deão Ferreira Portugal desfralda uma das flâmulas e pronuncia um discurso criticando o absolutismo e incentivando os patriotas a seguirem em sua gloriosa luta. Terminado o discurso, feito o juramento, o Deão fez entrega dos estandartes aos governadores da nova República, Manuel Correia de Araújo, Domingos José Martins e padre João Ribeiro Pessoa Montenegro. (...). E entre salvas e músicas militares, as flâmulas também foram entregues a outros importantes patriotas. O restante do dia seguiu com grande regozijo popular. (SILVA, 2017, p. 215-216).

Entretanto, essa bela e simbólica solenidade da bênção das bandeiras não foi transportada para os livros didáticos. Então, como as coleções utilizam essa ilustração no texto relativo à Revolução de 1817? Apenas quatro coleções utilizaram o quadro de Antônio Parreiras como ilustração, mas, na maioria das vezes, como mera figura ilustrativa e sem relação com o assunto.

Figura 4 - A Bênção das Bandeiras da Revolução de 1817. Antônio Parreiras



FONTE: Wikipédia, a enciclopédia livre.

A coleção Geração ALPHA (coleção 04) utiliza a imagem e, de forma inédita, propõe uma atividade para os estudantes. Entretanto, com alguns erros históricos. A imagem é apresentada, equivocadamente, como uma obra de Dakir Parreiras, filho de Antônio Parreiras, e com a denominação: Bênção das bandeiras dos revolucionários republicanos no Campo do Erário (sic) em Recife, início do século XIX. A coleção propõe uma atividade com a imagem. A imagem é representada como a cerimônia de bênção das bandeiras dos revolucionários republicanos por sacerdotes católicos, ocorrida em 23 de abril de 1817(sic), em Recife, capital de Pernambuco. E em seguida, é solicitado que os estudantes observem os elementos representados na imagem e respondam às seguintes questões: a) O que você entende por "bênção das bandeiras dos revolucionários republicanos"? O que poderia significar o ato retratado na imagem, no contexto da cidade do Recife em 1817? b) Tomando como referência as roupas usadas pelos participantes desse ato, a que grupo social eles

possivelmente pertenciam? c) Quais grupos sociais estão ausentes na cena representada? De acordo com o que você estudou neste capítulo, como essa ausência pode ser justificada? Questões interessantes, mas desconfio que com apenas as informações contidas no texto, os estudantes possam responder satisfatoriamente às questões propostas. Diante das atividades propostas com a imagem, proporia a leitura dos relatos dos historiadores sobre o episódio e acrescentaria questões sobre Antônio Parreiras, o verdadeiro autor da pintura, o episódio retratado no quadro e o seu significado no contexto revolucionário.

A Coleção História: Sociedade & Cidadania (coleção 06) apresenta três ilustrações. A Bandeira dos revolucionários, a atual bandeira de Pernambuco e a imagem do quadro de Antônio Parreiras. Em relação às bandeiras, o autor faz o comentário que as três estrelas na bandeira dos revolucionários representavam Pernambuco, Paraíba e Ceará (sic) e que ela inspirou a atual bandeira pernambucana, “que possui uma estrela só.” Em relação ao quadro de Antônio Parreiras, ela mencionada como a Bênção das bandeiras da Revolução de 1817, óleo sobre tela de Antônio Parreiras e um sucinto texto: “A pintura sugere um esforço dos líderes da Revolução Pernambucana para legitimar o seu movimento”, mas como se daria essa legitimação? A que se referia tal solenidade? A imagem do quadro é meramente decorativa e sem nenhuma associação ao texto do livro.

A Coleção Teláris (coleção 05) traz a imagem do quadro de Antônio Parreiras, é apresentada como a Bênção da bandeira de Pernambuco na Revolução de 1817, pintura de Antônio Parreiras, do início do século XIX e com a seguinte e sucinta menção: A Revolução ou Insurreição Pernambucana de 1817 teve a participação de grupos sociais com diferentes objetivos. A menção nada problematiza e nem faz relação do quadro com as classes mencionadas. A imagem não tem associação alguma com o texto e também funciona como uma ilustração meramente decorativa.

A Coleção Araribá Mais História (coleção 01) também traz a imagem do quadro de Antônio Parreiras. A obra é identificada como: Bênção das Bandeiras da Revolução de 1817. Antônio Parreiras. Século XIX. Óleo sobre tela. Arquivo Público de Pernambuco. A obra é apresentada com a seguinte menção: “Segundo historiadores, os revoltosos chegaram a criar uma bandeira após a proclamação da república, durante a Revolução Pernambucana. Anos depois, essa bandeira se tornaria a bandeira oficial do estado de Pernambuco”. O episódio retratado no quadro

não é explicado. O texto do livro não faz menção ao que o quadro retrata. E mais uma vez, o quadro de Antônio Parreiras é utilizado apenas como uma imagem meramente figurativa.

Além do quadro Benção das bandeiras da Revolução 1817, Antônio Parreiras tem outro quadro dedicado ao movimento revolucionário pernambucano. O quadro denominado de José Pelegrino no qual ele retrata a prisão do jovem revolucionário paraibano, que mesmo entregando-se à Guarda Imperial, a pedido do pai e com a promessa que não seria indiciado pelo crime de lesa-majestade, foi preso e condenado à forca aos 19 anos. Após a sua morte, sua cabeça e mãos ficaram expostas em frente a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa. O quadro está exposto no Palácio da Redenção, sede do Governo da Paraíba. O quadro de Antônio Parreiras e a história de José Peregrino poderiam ser utilizados nos livros didáticos e nas aulas de História como mais um elemento de estudo e de empatia com os personagens da Revolução de 1817.

Figura 5 José Peregrino - Antônio Parreiras



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

As demais coleções utilizam como ilustrações para o texto de 1817 imagens do Recife, mapa histórico, a bandeira de Pernambuco e os murais de Cícero Dias e José Corbiniano Lins localizados no Recife, mas todos sem contextualização e relação com os textos do movimento revolucionário de 1817. Essa é uma lacuna importante encontrada nas coleções pesquisadas.

3.4.9 As Referências Bibliográficas sobre a Revolução Pernambucana nos Livros Didáticos de História do PNL D 2020/2023.

E finalizando, como último item pesquisado nas coleções de História do PNL D 2020/2023, pesquisamos as referências bibliográficas utilizadas por seus autores como base para os seus textos didáticos. Esse último item da pesquisa visava perceber se os autores desses livros tinham utilizado produções recentes em relação à Revolução Pernambucana de 1817. Salientando que na ocasião do bicentenário da Revolução, em 2017, várias obras foram publicadas em Pernambuco e no país em comemoração ao episódio. Fazendo parte dessas comemorações, novas obras e coletâneas foram lançadas e clássicos, que estavam fora de catálogos, foram reeditados. Por exemplo, o IAHGP lançou uma revista, em edição especial, destinada exclusivamente à Revolução de 1817 e a Editora CEPE lançou a coletânea denominada de 1817 e Outros Ensaio s e o ABCdário da Revolução Republicana de 1817 e reeditou os clássicos de Francisco Muniz Tavares (1793- 1876), História da Revolução de 1817, e de Amaro Quintas (1911-1998), A Revolução de 1817.

Entretanto, essas obras parecem que não chegaram até os autores das coleções escolhidas para o PNL D 2020/2023. Podemos utilizar como atenuante dessas lacunas, que as coleções foram finalizadas e entregues para análise dos avaliadores do programa em 2018, porém poucas foram as citações de obras relativas a História de Pernambuco do século XIX. Obras antigas ou recentes. Essas lacunas também são estendidas aos clássicos consagrados sobre 1817. Não encontramos referências a Pernambuco 1817 de Glacyra Lazzari Leite e na coleção História: Escola e Democracia (coleção 10), a única citação ao Nordeste 1817 de Carlos Guilherme Mota.

A coleção História: Sociedade e Cidadania (coleção 06), no livro do professor, sugere, como aprofundamento do conteúdo do assunto, o texto: A

Revolução Pernambucana de 1817: a “Revolução dos Padres” e da série Histórias não contadas, publicada pela Câmara dos Deputados, AVANTE, Patriotas! 200 anos da Revolução Pernambucana, mas sem citar as referências dos mesmos e só indicando os endereços eletrônicos. Assim como as sugestões de assistir os vídeos: PERNAMBUCO: história e personagens (Revolução de 1817) com a duração de 6min16s e Revolução Pernambucana: 201 anos com duração de 19min55s.

Constatamos ainda nas referências, que oito coleções citam o Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889), organizado pelo historiador Ronaldo Vainfas e lançado, em 2002, pela Editora Objetivo, mas apenas uma coleção, Convergências História (coleção 07), utilizou também como referência o Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822). O interessante é que o autor mais citado na referência bibliográfica em seu livro didático não menciona em nenhum capítulo a Revolução Pernambucana.

Entretanto, nenhuma citação foi constatada ao Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821), que poderia ser útil para o estudo da Revolução de 1817 e o conhecimento da Revolta da Serra do Rodeador. Neste volume constam os verbetes: Revolução de 1817 escrito por Guilherme Pereira das Neves e a Revolta da Serra do Rodeador, escrito por Jacqueline Hermann, que afirma: "Ainda pouco estudado, o movimento da Serra do Rodeador foi conterrâneo e contemporâneo da chamada Revolução Pernambucano ou a Revolução de 1817." Mas o que sabemos da Revolta da Serra do Rodeador? O que pode caber em um livro didático? Aqui cabe um breve resumo.

3.5 A REVOLTA DA SERRA DO RODEADOR: UM BREVE RESUMO.

“...mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam”.
(ANDRADE, Carlos Drummond de. Nosso
Tempo, 1967)

A Revolta da Serra do Rodeador é considerada o primeiro movimento messiânico sebastianista ocorrido no Brasil. O sebastianismo tem origem na Batalha de Alcácer-Quibir a África, em 1578, quando o rei Dom Sebastião (1554-1578) desapareceu na batalha contra os mouros sem deixar vestígios. O jovem desaparecido tornou-se um rei perdido ou encoberto. Desde então se criou a lenda de que ele, galopando seu cavalo branco numa nevoenta manhã, retornaria para instalar um reino glorioso. Dessa expectativa, surgiram diversos movimentos pregando o sebastianismo, que tinham por base a volta do rei desaparecido e a instauração de um novo reino. A lenda do jovem rei desaparecido que retornaria se faz espalhar pelo Brasil, especialmente no interior nordestino. Segundo Cabral (2004, p. 49-50) viajantes estrangeiros, que visitaram o Brasil nos primeiros anos de século XIX, perceberam a presença do sebastianismo pelo país. Presença essa que serviu de base a dois movimentos em Pernambuco: o da Pedra do Rodeador, em Bonito, e do sangrento episódio do Reino da Pedra Bonita, em São José do Belmonte.

Apesar das diferentes nuances assumidas pelo sebastianismo em Portugal e no Brasil, a figura central nunca deixou de ser o Rei Desejado. O que aparece de novidade, tanto no Rodeador quanto em Pedra Bonita, é a valorização das rochas, de onde o rei desencantaria e instauraria a felicidade plena de seus seguidores. (CABRAL, 2004, p. 59).

Em torno do mito de Dom Sebastião, falsos profetas formaram comunidades que pregavam a sua volta e prometiam um reino de paz, felicidade, e prosperidade. A falta de padres no interior favorecia a adoção de uma religiosidade privada resultando na expansão desses falsos profetas, que falavam a língua do povo e prometiam a redenção, entre eles podemos destacar Silvestre José dos Santos, fundador da Comunidade da Serra do Rodeador no Agreste de Pernambuco.

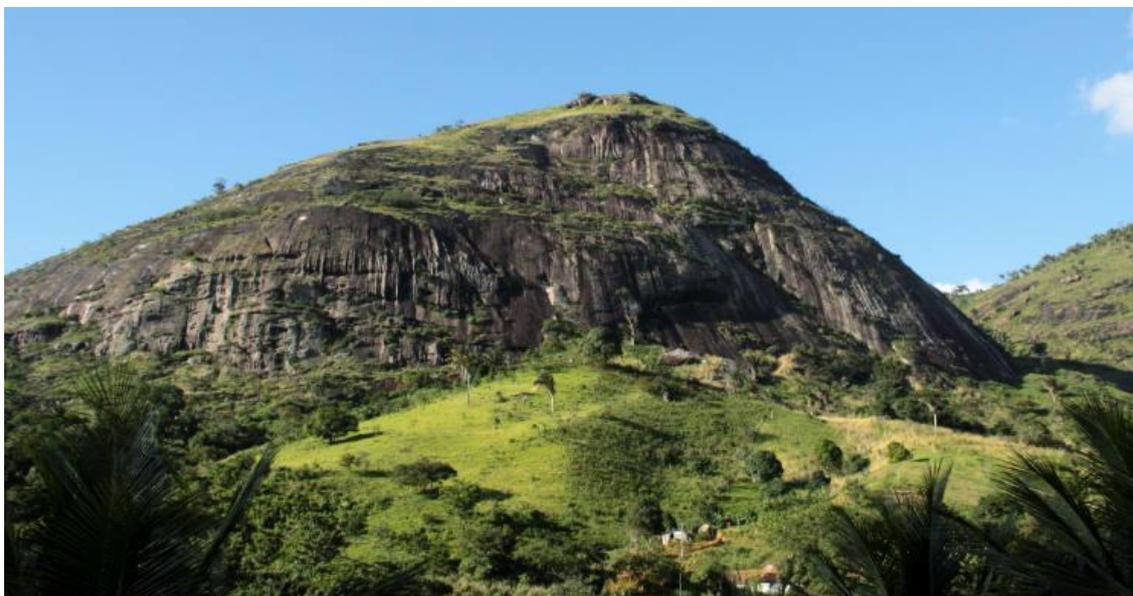
Por volta de 1817, chega ao povoado de Bonito Silvestre José dos Santos, foragido da Laje do Canhoto, nas Alagoas, em decorrência de suas pregações religiosas, que mesclavam profecias sebastianistas com a doutrina católica. Acompanhado da sua numerosa família, Silvestre, no início, preocupou-se em adquirir um pedaço de terra. “Na sede do povoado, permaneceu por alguns dias, o necessário

para ambientar-se e propagar que sua missão naquela área de adquirir um terreno propício à agricultura” (CABRAL, 1982, p. 68).

O local escolhido por Silvestre foi a Serra do Rodeador, que é uma elevação isolada, de grande altitude, íngreme e fértil. Local estrategicamente escolhido para dar início à formação de uma comunidade, a qual chamou Paraíso Terral.

“A Serra do Rodeador é uma colina isolada, de grande altitude, íngreme, formada de blocos de pedra entremeados de argila, em cuja iminência brotam das fendas de uma laje alguns veios de água pura, cristalina, que correm para uma espécie de bacia contornada de vegetação e de pastagem para animais. O sítio é pitoresco, ameno e fertilíssimo, fica a 9 quilômetros da cidade do Bonito, e está a 180 do Recife.” (COSTA, 1962, p. 57).

Figura 6 - A Serra do Rodeador



FONTE: Blogs NE10 - UOL.

Silvestre passou a profetizar que em sua comunidade iria se dar o retorno do rei português, Dom Sebastião. Silvestre pregava que o rei, comandando um exército fabuloso, iria ressurgir em uma das encostas da Pedra do Rodeador para libertá-los da opressão e defendê-los do mal. Essa profecia e essa crença de Silvestre deu um caráter messiânico ao movimento e sendo estudo como tal. Jacqueline Hermann (2002, p. 387) considera a Revolta do Rodeador a primeira manifestação coletiva e explicitamente sebastianista de que se tem notícia no Brasil.

A Cidade do Paraíso Terreal se estruturou como uma comunidade com aproximadamente quatrocentos participantes, tendo muitas mulheres e crianças, e composta por diversos segmentos das camadas populares. Homens livres, índios, mulatos, negros foros e desertores se integraram a comunidade. Pessoas que chegavam de vários lugares e com esperança de uma nova vida no Rodeador.

“O povo concentrado na cidade do Paraíso Terreal provinha de vários lugares. do próprio território do Bonito (Bananeira, Gavião, Pau d’Arco, Sítio do Meio, Genjibre), da Ribeira do Una (que corresponde ao território banhado por esse rio no lugar da Água Preta), freguesia Capibaribe, Bezerros, Santo Antão, Bom Jardim, Santo Antônio de Tracunhaém, Goiana e dos Cariris Velhos (sertão do Ceará). em sua maioria consistiam em pessoas que variavam entre 20 e 60 anos, casadas, analfabetas e mestiças. constituíam um contingente numeroso e móvel.” (CABRAL, 2004, p. 78)

Na comunidade, os moradores residiam em casas feitas de barro e estacas de madeira entrelaçadas para dar sustentação às paredes cobertas de argila. As casas eram cobertas de palhas de catolé, árvore que existia em grande quantidade na localidade. A maior delas servia como o local de oração. (CABRAL, 2004, p. 68). O Oratório e a Lapa da Pedra formavam os lugares santos e de orações da comunidade do Rodeador.

“Era à noite que Silvestre reunia os irmãos no seu próprio mucambo para a reza do terço e celebração de novenas e outros atos religiosos, mas com certos mistérios introduzidos nas orações, e obedecendo tudo a um cerimonial particular por ele organizado, mas era tamanha a concorrência, que foi preciso construir um grande mucambo coberto de palmas de catolé, para os exercícios religiosos, a que deu o nome de Oratório, tendo como patronos o Senhor Bom Jesus Cristo e a Nossa Senhora, também chamada a Santa da Pedra, por ficar o oratório situado no lugar chamado a Lapa da Pedra.” (COSTA, 1962, p. 58).

A comunidade cultivava alguns gêneros agrícolas, principalmente feijão e mandioca. E segundo Cabral (2004, p. 69) para aqueles camponeses, a cidade do Paraíso Terreal era, talvez, a primeira grande experiência sedentária numa aglomeração, onde podiam lavrar e colher sem que fossem amofinados. Os camponeses percebiam que não era necessário morrer para viver no paraíso. Os habitantes da comunidade sonhavam com a fartura, a imortalidade e a felicidade eterna.

Esse grande contingente populacional, que passou a ocupar a Serra do Rodeador, foi aproveitada no trabalho agrícola devido a fertilidade da serra e a

produção agrícola servia para atender as demandas da população. A ocupação do local foi rapidamente efetivada:

"Desde o ano anterior, muitos negros escravos e mestiços livres, trabalhadores rurais no Agreste ou na Mata-Sul, em companhia de mulheres e filhos, haviam abandonado sítios, fazendas e engenhos onde viviam para, em romarias constantemente reservadas, fixarem-se a povoação de BONITO". (BARBALHO, 1983, p.172).

A comunidade passou a se organizar de forma independente, com seus próprios preceitos militares e religiosos. As mulheres tinham uma importante função na comunidade a de vigiar a sexualidade e a moralidade.

OS PRECEITOS RELIGIOSOS

Diante da rápida ocupação da Serra do Rodeador, Silvestre aproveitou para intensificar as suas pregações. Segundo Pereira da Costa (1962, p. 58): "Quando Silvestre se fixou no Rodeador, e começou a reunir gente, proclamava que em tempo oportuno se ouviria uma santa que ia falar, para mostrar o bom caminho por onde o povo devia seguir".

Silvestre recebeu a alcunha de Mestre Quiou, que na linguagem da época, significava "Maioral". E mesmo sem saber ler e escrever, ele tinha o dom da oralidade e a facilidade de transmitir os preceitos das suas crenças, que atraíam a população pela superstição e o interesse pela felicidade eterna. Com o aumento do seu prestígio na região, Silvestre passou a afastar-se da Igreja Católica e estabelecer seus próprios princípios religiosos.

"A princípio, exigia Silvestre que os adeptos se confessassem aos vigários e párocos das proximidades; no entanto, à medida que seu poderio foi crescendo, instituiu uma confissão especial para o grupo, feita à própria Santa da Pedra, e o movimento tomou caráter de decidido afastamento para com a religião oficial; nunca porém, hostilizou o clero" (QUEIROZ, 1977, p. 221).

Consolidada a sua comunidade, criou uma irmandade para as quais eram necessárias patentes de adesão, que eram conferidas mediante pagamento. Nessas patentes tinham uma cruz em destaque e com diversos dizeres sem nexos. Os solteiros pagavam uma joia de duas patacas e os casados, de quatro. Após o pagamento, ao novo seguidor era imposta uma penitência, que podia ser, mediante a autorização de Silvestre, comutada em dinheiro. Cumpridas as obrigações pecuniárias preliminares,

tinha sequência e cerimônia de iniciação. O cerimonial tinha um rito marcado por simbolismo e traços medievais:

"O cerimonial de iniciação dos confrades tinha uma sociedade particular. Não faltavam as orações, e o professando permanecia de joelhos, convenientemente armado, de espingarda, pistola ou faca de ponta, e sob uma abóbada de aço enquanto durava a sua iniciação; dois veteranos de espadas desembainhadas, um voltado para o altar e o outro para a porta de entrada do oratório, faziam como que as suas respectivas guardas, e um deles inquiria se havia ali alguém que se opusesse às suas leis, que fosse falso ao que determinava e contra o que a senhora mandava: depois levantava-se o professando, empunhando a sua arma, fazia cruces, e batia três vezes com ela no chão, e pronunciando umas certas palavras da liturgia. Então, dirigia-se Silvestre, ou um dos sub-chefes aos ventos e proferia uma espécie de desafio àquele que ousasse opor-se ao estabelecimento da ordem. Enfim, prestava o iniciado um juramento de guardar absoluto segredo de tudo o que se passava ali, sob pena de rigoroso castigo."(COSTA, 1962, p. 59).

As mulheres eram mantidas afastadas destas cerimônias, mas podiam exercer o posto de procuradoras da honestidade das mulheres. Elas usavam duas divisas no braço, uma vermelha e outra azul, e tinham como principal função: zelar pelos bons costumes. Entre os homens, havia igualmente o de procurador da honestidade dos homens, cujas obrigações eram idênticas às das procuradoras. Tais cargos eram conferidos mediante uma "joia pecuniária". (COSTA, 1962, p. 59-60).

Em suas orações e pregações diárias era comum a Silvestre falar da vinda de Dom Sebastião, que viria dividir os bens com todos e seria responsável pela felicidade eterna. Mesmo diante de tantas sandices, a comunidade criada por Silvestre não parava de crescer.

A ESTRUTURA SOCIAL

A formação da nova organização criada por Silvestre na Serra do Rodeador tinha por base a posição que as pessoas ocupavam na estrutura social. Laços atados no braço direito identificavam os condecorados e a situação de cada indivíduo na sociedade do Rodeador. O laço verde era o principal, pois assegurava ao seu detentor a esperança do recebimento dos prêmios do rei Dom Sebastião, mas só quando ele ressurgisse. "Tais distinções só seriam conferidas aqueles que se mostrassem prontos para explicar e adivinhar a santa argumentação." (COSTA, 1962, p. 60).

A ORGANIZAÇÃO MILITAR

Diante do espantoso crescimento populacional, as colheitas já não eram suficientes para suprir as necessidades da multidão de famintos que passaram a ocupar a Serra. Visando suprir a demanda da comunidade, Silvestre passou a ameaçar os proprietários em uma clara situação de intimidação e demonstração de força.

"O Rodeador era uma aldeia pobre, a ponto de Silvestre que não dispunha de bens para manter as pessoas que o acompanhavam, intimidar alguns proprietários, particularmente de lusos, sob a ameaças de forças de armas, para que os mesmos lhe remetesse os mantimentos necessários à sobrevivência: feijão, milho e carne. Muitas vezes suas requisições eram feitas à força, outras vezes, pacificamente." (CABRAL, 1982, p. 75).

A comunidade passou a ter uma preocupação com a segurança e a realizar exercícios militares, que eram comandados pelo sapateiro Antônio Gomes, e tendo Silvestre como o comandante em chefe das tropas.

"Para a defesa do arraial, procurou logo Silvestre organizar um corpo de tropa, diversamente armado, cujas praças, depois dos noturnos exercícios religiosos, se entregavam aos de fogo e jogo das armas, as revistas e marchas militares, enquanto as mulheres faziam penitências, até que pela madrugada se retiravam todos para os seus mocambos para descansar e continuarem durante o dia os trabalhos da lavoura.(...) Ao movimento das tropas, chamava-se a Santa marcha, que era feita ao som de uma rebeca, convertida assim em instrumento marcial, e para sua munição fabricavam-se mesmo no arraial pólvora, balas e cartuchos, e para os soldados, os seus competentes correames" (COSTA. 1962, p. 62).

É importante salientar que se de fato Silvestre realmente acreditasse no que pregava, esses exercícios militares seriam desnecessários porque costumava pregar que se ocorresse qualquer ataque contra a sua comunidade, as forças agressoras mudariam de lado, indo residir no seu paraíso porque o rei Dom Sebastião iria ressurgir. Diante de tão grande milagre, o Capitão-general e governador de Pernambuco Luís do Rego Barreto, se pronunciará pelo desencanto do rei, e assim, reinaria a paz na terra. Entretanto, os exercícios militares eram mantidos porque o perigo era real e rondava a sua comunidade.

O CONFRONTO

O crescimento da comunidade do Rodeador passou a incomodar os moradores de Bonito, principalmente os portugueses, que se sentiam efetivamente ameaçados em decorrência do grande número de aventureiros e salteadores, que estavam ocupando a serra.

Diante das ameaças, a população do Bonito ficou aterrorizada, passando a prestar queixa ao destacamento local para que as providências fossem tomadas de imediato. Silvestre teve as suas reuniões consideradas ilícitas e foi intimado pelas autoridades locais a dispersar a multidão sob o seu comando imediatamente. Diante da recusa de Silvestre em cumprir as ordens de dispersão, o arraial passou a ser considerado como um foco revolucionário. Um local de conspiração contra o rei Dom João VI, como também à religião católica. Alertado da gravidade da situação, o Governador Luís do Rego Barreto determinou o início das expedições para dispersar a comunidade do Rodeador.

As duas primeiras expedições não surtiram os efeitos desejados: o pequeno efetivo utilizado não teve condições de dispersar a multidão. As expedições resultaram no aumento da violência contra os moradores de Bonito e no fortalecimento da comunidade do Rodeador, com a incorporação de praças que haviam desertados e o deslocamento de mais pessoas para a serra.

Uma nova tática foi planejada contra os adeptos de Silvestre: a infiltração do tenente Antônio Ribeiro Freire na comunidade com objetivo de repassar informações aos seus superiores.

"O tenente Ribeiro, que havia sido encarregado da última diligência e captura dos desertores, ofereceu-se a Silvestre para se tornar membro da comunidade, mas na realidade, com a intenção de levar ao governo informações do que ali se passava. Foi então levado ao sítio, visto ter afirmado que aderira à seita." (CABRAL, 1982, p. 75).

No princípio recebido com suspeita, o tenente Ribeiro foi adquirindo confiança dos moradores da comunidade, passando a participar dos exercícios militares e a ter simpatia de Silvestre. Tudo que era visto e ouvido, o tenente Ribeiro transferia ao seu comandante, o capitão Manuel Bezerra de Mello, mentor intelectual de tal plano. Segundo Pereira da Costa, ao justificar a importância desse personagem para a compreensão do movimento, ao tenente Ribeiro "grande parte se lhe deve o que sabemos sobre o Rodeador".

Agravando mais ainda a situação, começou a se divulgar que dentro da comunidade do Rodeador a autoridade do governador Luís do Rego não seria mais reconhecida e que os seus membros doravante só iriam obedecer a Santa da Pedra, Silvestre, e a Dom Sebastião. Os treinos militares foram intensificados.

Diante do agravamento da situação, o comando do destacamento local comunica ao governador e solicita auxílio imediato. É nesse contexto, que a comunidade do Rodeador passa a ser encarada como um local de conspiração contra o rei Dom João VI, como também contra a religião católica.

O MASSACRE

Toda essa movimentação chega ao conhecimento do governador da província, Luiz do Rego Barreto, que fora enviado a Pernambuco para promover a devassa da Revolução de 1817 e comandar a dura repressão aos revolucionários, associa a exaltação dos ânimos ainda como herança do processo revolucionário e se tratar de mais uma conspiração contra o seu governo. Ele temia que a comunidade criada por Silvestre fosse mais um foco revolucionário em Pernambuco, uma extensão do processo revolucionário de 1817.

O governador Luiz do Rego Barreto, ciente da gravidade da situação, pensava em comandar as tropas pessoalmente, mas o momento político conturbado que passava Portugal, fruto da Revolução do Porto, o fez transferir o comando para o Marechal Luiz Antônio Salazar Moscoso.

Na madrugada do dia 22 de outubro de 1820, partiu do Recife a expedição destinada ao extermínio da comunidade do Rodeador, sob o comando do Marechal Salazar Moscoso. Em Vitória de Santo Antão as tropas foram reforçadas com um regimento militar da localidade. "Por motivos ignorados, o Marechal Salazar Moscoso ficou a caminho (talvez perto da serra das Ruças) e as forças seguiram comandadas por Madureira Lobo, que foi encarregado dos planos para destruir o Rodeador" (CABRAL, 1982, p. 76).

No dia 25 de outubro, as tropas comandadas pelo Capitão Madureira Lobo já se encontravam em Bonito e havia incorporado os reforços do regimento local. Marcou-se para noite o início das operações, pois o comandante já sabia que haveria uma reunião entre os membros da comunidade. Essa informação foi repassada pelo Tenente Ribeiro. O Capitão Madureira Lobo dividiu as tropas em duas frentes para atacar a comunidade em pontos diferentes, ao ocidente e ao oriente, com a finalidade de dificultar a defesa do arraial. Após três horas e meia de combate, a comunidade foi destruída.

"O chefe que primeiro chegou às quebradas da serra em que estava situado o arraial dos reunidos sebastianistas, formado de grande número de casas de palha, ou porque pressentido, foi logo recebido com descarga de fuzilaria pela gente de Silvestre dos Santos, ou porque já estivessem sendo esperados, por pressentimento, ou porque tivessem entrado no lugar hostilizando os moradores dali, de maneira ostensiva. Certo é que, ouvido os primeiros tiros estivessem por Madureira Lobo, que se achava um pouco distante, este avançou em marcha-marche, e, galgando a chapada da serra, ainda em plena escuridão, rompeu fogo sem atentar mesmo sobre quem dirigia. Estabelecendo-se completa confusão. Combatendo com vigor e sem a devida orientação, as tropas do governo, na realidade, faziam-se entre si. De sorte que, só ao clarear do dia, desfez-se o engano, já era grande o número de mortos que alastrava o campo de ação." (COSTA, 1962, p. 94)

Durante a confusão que se estabeleceu no arraial, muitos sebastianistas conseguiram fugir, entre eles Silvestre. Diante da fuga de Silvestre e de seus companheiros, o arraial ficou desguarnecido, o que facilitou a sua destruição, que foi consumada com o ateamento de fogo na povoação do Rodeador.

"Um grande número de mulheres e crianças, principalmente, pereceram envolvidas nas chamas que rapidamente se desenvolveram e tudo devoraram, uma vez que todas as habitações eram construídas de madeira e palhas de catolé." (COSTA, 1962, p. 95).

Na tenebrosa noite de 25 de outubro de 1820, a comunidade, após muita resistência, foi duramente reprimida e impiedosamente dizimada. Ao final, o saldo trágico, cerca de cem pessoas mortas. 22 homens das tropas legais e cerca de 80 entre a gente do Rodeador. Centenas de pessoas ficaram feridas e quase cem morreram, vinte e dois homens das tropas legais e setenta e nove entre a gente do Rodeador. Os mortos foram queimados em fogueiras pela manhã. Cerca de trezentas pessoas foram capturadas pelas tropas legais, em sua maioria mulheres e crianças, que foram trazidas para o Recife como troféus da vitória na Serra do Rodeador.

"Toda essa gente, imunda, maltrapilha e quase em completa nudez, foi atirada as prisões do Recife, ou enviada para bordo do navio pernambucano, para cujo sustento mandou o governador dar cem réis diariamente e metade para as crianças, até que depois de uma prisão de mais de um mês, foram soltas todas as mulheres por ordem de um conselho de investigação dos seus respectivos comandantes militares para todo o tempo responder por eles. As crianças foram entregues às suas mães, e as que não as tinham foram repartidas pelas famílias mais opulentas." (COSTA, 1962, p. 95)

Toda essa gente depois que foi solta, ficou vagando pelo Recife, implorando a caridade pública até que fossem encaminhadas a destino determinado pelo

conselho instituído pelo governador. É a última notícia que temos da gente do Rodeador.

Em relação a Silvestre, o que se sabe é que em 1821 participou da luta contra o governador Luiz do Rego Barreto, quando da formação da Junta de Goiana. Lá estava o "Santo da Pedra", não mais lutando por suas crenças religiosas, mas sim em prol da liberdade da pátria. E o último registro que temos desse intrigante personagem da história pernambucana. Pouco conhecido, mas que por sua astúcia, liderança e religiosidade, teve a mesma dimensão histórica de Antônio Conselheiro, principal líder da comunidade de Canudos, que também teve sua comunidade destruída no princípio do século XX, durante a presidência de Prudente de Moraes.

Concluída a expedição da Serra do Rodeador, que resultou o massacre do povoado, o governador Luís do Rego Barreto, determinou uma rigorosa investigação sobre o ocorrido, nomeando para tal função o ouvidor da Capitania, Dr. Antero José de Maia e Silva, que pessoalmente em Bonito devia fazer as investigações. Várias testemunhas foram ouvidas, entre elas o Tenente Ribeiro Pinto, que relatou todo o funcionamento do povoado Rodeador em depoimento fundamental para o conhecimento desse episódio.

Ao final da devassa, não se descobriu o menor indício acerca de ideias políticas na comunidade fundada por Silvestre na Serra do Rodeador. Diante da constatação, as autoridades passaram a adotar um discurso diferente em relação ao massacre. Dom João VI passou a justificar o trágico desfecho a uma precipitação do oficial responsável pela expedição, o Capitão Madureira Lobo. Segundo o rei, o oficial deveria ter esperado amanhecer e amedrontar aquela gente, até que conseguisse a rendição. Mas determina que "se ponha este negócio em perpétuo silêncio, que se prossiga a diligência para prender o chefe daquela associação, Silvestre José dos Santos, e sendo preso vá para Angola por toda a vida." (COSTA, 1962, p. 95)

Assim termina o movimento da Serra do Rodeador. Sua gente esquecida. Seu líder, no último momento, redimido, o "Santo da Pedra" é transformado em patriota. O movimento banido e silenciado nos livros de História. Tudo foi esquecido. Mas no Rodeador, a lembrança das fogueiras humanas ainda persiste. Os gritos ainda ecoam nas noites de Bonito. As fogueiras teimam em arder, mesmo que o tempo e a

memória tentem não lembrar, façam esquecer. Cabe ao historiador não deixar a lembrança das fogueiras se apagar, resgatando mais um episódio de luta do povo brasileiro.

Quando do processo de independência brasileira e do enfrentamento com as Cortes de Lisboa, o príncipe regente, Dom Pedro de Alcântara lembrou o episódio quando solicitava o engajamento dos habitantes das províncias brasileiras na sua luta e, particularmente, dos pernambucanos relembando o episódio da violenta repressão a Revolta do Rodeador: "Recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras de Bonito!".

Apesar dessa breve lembrança, durante um século e meio esse episódio ficou esquecido na História de Pernambuco e na memória do povo de Bonito. Nenhuma lembrança. Nenhuma comemoração. O episódio ficou esquecido nos livros didáticos e nos debates historiográficos na universidade. Segundo Ulpiano T. Bezerra (1992, p. 18), esse esquecimento se faz presente na denominada amnésia social, ou seja, aquela memória expulsa da mente pela dinâmica social e econômica. "Essa amnésia social se apresenta particularmente na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças minorias raciais e sociais, loucos e oprimidos de todos os tipos". Excluídos, minorias e oprimidos que se fizeram presente e atuantes na Revolta do Rodeador.

A partir da segunda metade do século XX, mas precisamente nas décadas de 80 e 90, os historiadores redescobriram o episódio, trazendo à tona a memória do acontecimento histórico. Novas pesquisas foram divulgadas. Obras foram lançadas. O episódio foi resgatado do passado e passou a fazer parte, mesmo que timidamente, do presente e da memória do povo pernambucano.

Em uma entrevista ao site do Jornal do Comércio, no dia 11 de março de 2019, o doutor em letras e pesquisador Sebastião Lindoberg Campos realçava a importância histórica da Revolta do Rodeador:

"Foi um fato ímpar na história luso-brasileira. Primeiro, porque foi anterior ao famoso sebastianismo da Pedra do Reino, imortalizado no romance de Ariano Suassuna, e ao messianismo de Canudos, eternizado por Euclides da Cunha. De fato, o Rodeador não teve seu literato, mas teve seu povo, luta, enfim, história. Essa que se recusou a ficar esquecida nos arquivos empoeirados. A história dos inúmeros Severinos, "iguais em tudo na vida", que fundaram nem que seja por um ínfimo momento, seu paraíso".

O episódio foi resgatado, não apenas como um simples movimento messiânico, mas como um episódio de resistência e de caráter participação popular. Mas sem a dimensão dada à Guerra de Canudos. Entretanto, esse episódio histórico ainda não chegou aos livros didáticos. A sua história ainda não foi contada em sala de aula. Mas como cabe a Revolta da Serra do Rodeador em um livro didático? Como transpor tão ricos episódios para uma sala de aula? Iremos apontar alguns caminhos. Iremos propor algumas sugestões.

4 AS REVOLUÇÕES NAS SEQUÊNCIAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO

O processo de ensino em nossas escolas públicas e privadas é perpassado por duas características predominantes: o uso do livro didático e a oralidade da aula expositiva. Para Circe Bittencourt (2009), a relação entre a aula e o livro didático aponta contradições porque para alguns professores o livro é a própria aula e, para outros, o livro é empecilho para o desenvolvimento das capacidades escolares dos estudantes. Entretanto, as utilizações do livro didático e da aula expositiva estão praticamente presentes em todas as disciplinas escolares. Em geral, os livros didáticos e as aulas expositivas funcionam como principais instrumentos utilizados pelos professores nos encaminhamentos do processo de ensino visando alcançar a aprendizagem dos estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Nessa parte inicial retornaremos ao livro didático, mas, em um aspecto diferente do que já foi tratado no corpo desta dissertação e, em seguida, apresentaremos questionamentos em relação a aula expositiva com o intuito de embasar a proposta para a elaboração do produto final.

O livro didático, além dos aspectos pedagógico e mercadológico trabalhados no corpo da dissertação, desperta em mim um sentimento afetivo. Ele faz lembrar os livros utilizados na minha vida escolar. Particularmente, um me desperta especial lembrança e que ainda o guardo como uma das reminiscências do longínquo tempo de estudante em Recife, na década de 1970, na Escola Estadual Professor José Vicente Barbosa, localizado no IPSEP, o livro História Geral do professor Julierme de Abreu e Castro (1931-1983). Esse valioso livro didático, publicado em 1974 pela Editora IBEP, na época da sua publicação se apresentava como destinado a uma escola moderna ao trazer textos complementares, exercícios diferenciados (como palavras cruzadas) e a história contada em quadrinhos, creio que essa última característica, seria o motivo do encantamento adolescente pelo livro. O autor, na introdução do seu livro, justificava o uso do quadrinho como uma técnica para motivar os estudantes. Segundo Bonifácio e Cerri (2005) o professor Julierme de Abreu e Castro é considerado um pioneiro em usar linguagem gráficas inovadoras inserindo histórias em quadrinhos nos livros didáticos

Em meados da década de 1960, o professor Julierme de Abreu e Castro lança algumas obras consideradas extremamente inovadoras para aquele período. Seus livros possuíam textos ilustrados por figuras coloridas. Os textos (roteiro e legendas) eram produzidos pelo próprio Julierme, e os desenhos, pelos

desenhistas argentinos Eugênio Colonnese (italiano de nascimento) e Rodolfo Zalla. No que se refere à inserção de quadrinhos em livros didáticos, afirmava o autor: “A experiência demonstrou a validade do emprego da técnica do quadrinho no livro didático – a julgar pelas numerosas cartas de professores em nosso poder e pelo aumento do interesse do estudante pela História, testemunhado por todas elas.” (BONIFÁCIO E CERRI, 2005, p. 6).

Figura 7. Livro História Geral: História para a Escola Moderna. Julierme Castro



CASTRO, Julierme de Abreu e ZALLA, Rodolfo. História Geral: História para a Escola Moderna, São Paulo, IBEP.

Em relação às aulas, podemos constatar que as que tivemos são quase iguais às que lecionamos. Parafraseando o clássico de Belchior, Como os Nossos Pais, apesar de tudo que fizemos, ainda fazemos o mesmo, ou seja, ainda ministramos aulas como nossos antigos professores. Apesar das inúmeras inovações pedagógicas e tecnológicas, ainda predomina em nossas escolas a aula expositiva, àquela em que o professor ministra um conteúdo perante uma sala silenciosa. Segundo Libâneo (1992), a aula expositiva, apesar de tão criticada por todos, ainda se mantém presente nas escolas. Ao longo dos anos vem sendo gestadas estratégias e propostas pedagógicas para a sua superação, mas ela ainda se mantém preponderante na cultura escolar.

A oralidade das aulas expositivas predomina como método de ensino utilizado pelos professores. A exposição se mantém como importante mediação do ensino na sala de aula. A exposição funciona como a expressividade do método de ensinar dos professores. Entendendo o método de ensino como um caminho para atingir um objetivo, mas que não pode ser reduzidos a quaisquer medidas, procedimentos e técnicas. (Libâneo, 1992).

A professora Helenice Rocha, em sua tese de doutorado defendida em 2006, cita uma pesquisa, realizada por Rojo, constatando o predomínio das aulas expositivas em diferentes formas em nossas escolas. Pesquisando as aulas de todas as disciplinas escolares, se confirmou o predomínio da exposição oral, cerca de 88%, em diferentes formas, sob o quase comando absoluto do professor. Acredito que realizando essa pesquisa nos dias atuais não teríamos grande diferença nesse percentual.

A aula expositiva apresenta um dado que necessita ser questionado e problematizado. Nessa sala silenciosa, os estudantes são receptáculos do conhecimento e dos saberes transmitidos pelo professor. Por vezes, para professores, os estudantes não são vistos como detentores de saberes que podem ser explorados na aula. Essa prática já era criticada pelo eminente educador Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, que a denominava de educação “bancária” porque transformava os estudantes em vasilhames na qual os professores depositam conteúdos. Nesse contexto, a educação não transporta conhecimentos, mas se torna um mero ato de depositar conteúdos, em que os educandos são os depositários e o educador, depositante.

“Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. eis a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (...) Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber”. (FREIRE, 2021. p. 80-81)

Entretanto, a aula não pode se resumir a uma mera exposição do professor, ou seja, a uma simples transmissão de conhecimento aos estudantes em uma sala de aula. A aula possui complexidades e, em razão disso, necessita de um processo elaborado e pressupõe uma organização para o seu ensino. A aula deve estar intrinsecamente interligada ao processo de aprendizagem dos estudantes. E é na preocupação da aprendizagem dos estudantes que a aula deve se constituir, se fundamentar e se organizar.

A aula não nasce de um ato de espontaneidade do professor. Ela deve se inserir no contexto do ensinar e do aprender, mas para a sua consecução necessita de um planejamento organizativo. Segundo Zabala (1998), a aula é uma intervenção pedagógica do professor no contexto escolar, mas a sua estrutura prática deve funcionar observando parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes.

“A aula se configura como um microsistema definido por determinados espaços, uma organização social, certas relações interativas, uma forma de distribuir o tempo, um determinado uso de recursos didáticos, etc., onde os processos educativos se explicam como elementos estreitamente integrados nesse sistema.” (ZABALA, 1998, p. 16 e 17).

A aula funciona como um elemento fundamental no processo de ensino aprendizagem. Entretanto, alerta Libâneo (1992) que a aula não pode se resumir somente a aula expositiva, mas ela deve se reportar a todas as formas didáticas organizadas e dirigidas diretamente ou indiretamente pelo professor tendo em vista realizar o ensino e a aprendizagem. Contudo, o autor não descarta a importância da aula expositiva ao reforçar que:

“não devemos deixar de lado o método expositivo, mas devemos considerá-lo no conjunto das formas didáticas de condução das aulas e como uma etapa no processo de estimulação e direção da atividade independente dos alunos”. (LIBÂNEO, 1990, p. 177).

Não podemos tirar do horizonte das discussões pedagógicas que o processo de ensinar e de aprender se materializa, no ambiente escolar, através da aula e nela o professor transmite conhecimentos e saberes aos estudantes. Reafirmando, as aulas funcionam como elemento de transmissão de conhecimentos e de saberes no ambiente escolar. Segundo Libâneo (1992): a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino e através dela se possibilita o encontro entre os estudantes e a matéria do ensino, preparada didaticamente no plano de ensino e nos planos de aula.

Na aula se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognitivas. (LIBÂNEO, 1992, p. 177).

A aula para sua efetivação não pode ser realizada de forma improvisada ou sem uma prévia estruturação. Nesse sentido, Rocha (2003) orientava que a aula em sua organização visando promover o processo de ensino e de aprendizagem no ambiente escolar deve ser precedida de um planejamento para a sua realização e posteriormente de uma avaliação. Resumindo, a aula se materializa em três etapas: a do planejar, a do realizar e a do avaliar. O professor deve considerar todas as três etapas no processo de elaboração da aula.

A aula se insere em um contexto maior. A aula não é um ato unilateral do professor. A aula não pode existir em um contexto isolado. A aula se insere em um processo dinâmico e desafiador, o processo de ensino. O processo de ensinar é caracterizado pela combinação de atividades envolvendo o professor e os estudantes.

Estes, pelo estudo das diversas matérias, sob a direção dos professores, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais (Libâneo, 1992).

Entretanto, apesar de cada aula ter uma situação didática específica, ela não pode e nem deve funcionar como uma unidade isolada. A aula não pode funcionar como uma unidade específica ou isolada uma da outra. A aula necessita ter uma ligação entre elas. As aulas não são independentes umas das outras. As aulas devem se interligar e os estudantes devem perceber essa interligação entre elas. O início de uma aula deve está alinhavada ao final da aula anterior. A integração entre as aulas facilita o processo de aprendizagem. Como explica Libâneo:

"Não temos uma aula, mas um conjunto de aulas, visto que os resultados do do processo de ensino não são obtidos instantaneamente, e sim pelo trabalho contínuo do professor, estruturado no plano de ensino e nos planos de aulas" (LIBÂNEO, 1992, p. 178).

Essa ligação necessária e fundamental para o encaminhamento dos diversos conteúdos e a compreensão dos estudantes a denominamos de sequência didática, ou seja, o conjunto de atividades escolares organizadas, em maneira sistemática, de um determinado conteúdo. Zabala conceitua sequência didática como:

"um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores e pelos alunos (...) que permitem incluir as três fases do planejamento, aplicação e avaliação" (ZABALA, 1998, p.18).

A sequência didática passou a ser um instrumento utilizado pelos professores em seus planejamentos para fazer a interligação das suas aulas. As aulas sequenciadas passaram a fazer parte da rotina dos professores sendo estimuladas pelas redes de ensino e sugeridas por publicações direcionadas aos profissionais de ensino. A Revista Nova Escola, revista publicada pela Editora Abril e destinada ao professorado, publicou duas reportagens, em dezembro de 2005 e em fevereiro de 2014, explicando e defendendo o uso da sequência didática.

Em dezembro de 2005, a Revista Nova Escola, de número 188, trazia como matéria especial em sua capa uma reportagem citando vinte dicas para dominar modernas práticas pedagógicas. A reportagem tinha como intuito auxiliar os professores no processo de encaminhamento das suas aulas. A revista anunciava como modernas práticas pedagógicas: a contextualização, a interdisciplinaridade, o plano de trabalho e a sequência didática.

A Revista Nova Escola (2005, p. 48-49) definia sequência didática como: "um conjunto de aulas planejadas para ensinar um determinado conteúdo sem ter um produto final". Orientava a revista que a sequência didática poderia durar vários dias

da semana e ser elaboradas várias durante o ano letivo tendo por base o planejamento e a necessidade dos estudantes. A revista preconizava ainda que a sequência didática poderia ser usada ao mesmo tempo em disciplinas diferentes. E finalizando, a revista assegurava que com o uso da sequência didática os conteúdos iriam ser distribuídos de maneira intencional e de forma mais consistente.

Em fevereiro de 2014, a revista Nova Escola, de número 269, voltou ao tema da sequência didática em outra reportagem especial com o título: Como organizar sequências didáticas. A reportagem defendia a necessidade de se criar situações variadas para a retomada dos conteúdos abordados durante as aulas. Nesse sentido, a revista propunha um planejamento organizativo através de projetos pedagógicos, atividades permanentes e sequências didáticas. Em relação a organização das sequências didáticas, a revista sugeria o seguinte encaminhamento de planejamento e de implementação: a definição do tema; a elaboração de uma sondagem inicial; o estabelecimento de conteúdos e de objetivos; o atrelamento das atividades aos objetivos; o estabelecimento dos critérios para encadeamento das etapas; a estimativa do tempo; a organização da turma e o encaminhamento do processo de avaliação.

O termo sequência didática passou a aparecer nos documentos oficiais a partir da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas com as denominações de “projetos” ou “atividades sequenciadas”. Diante da sua expansão pedagógica, os documentos oficiais passaram a defender a sua utilização como uma importante ferramenta para a construção do conhecimento dos estudantes:

Ao organizar a sequência didática, o professor poderá incluir atividades diversas como leitura, pesquisa individual ou coletiva, aula dialogada, produções, textuais, aulas práticas, etc., pois a sequência de atividade visa trabalhar um conteúdo específico, um tema ou um gênero textual da exploração inicial até a formação de um conceito, uma ideia, uma elaboração prática, uma produção escrita (BRASIL, 2012, p. 21).

As sequências didáticas foram se consolidando no processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas e privadas espalhadas pelo país. Nessa consolidação, as sequências didáticas passaram a ser usadas também no colégio que leciono, o Colégio Militar do Recife (CMR), vinculado ao sistema de ensino do Exército. O CMR integra o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), sistema composto por quatorze Colégios Militar e espalhado pelas cinco regiões do país.

Em 2012, a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), responsável pela área de ensino no Exército, deu início a um processo visando a

atualização e a modernização do seu sistema através da instituição do Plano de Sequências Didáticas (PSD) e do Plano de Execução Didática (PED). Na justificativa para as suas implantações, a DEPA afirmava que o PSD e o PED, nascidos das experiências, dos diálogos e das vivências nos Colégios Militares, proporcionaram um fazer diferenciado, que resultaria na manutenção da qualidade e da excelência no sistema de ensino do Exército.

Em relação ao PSD, o documento gestado pela DEPA, afirmava que: as sequências didáticas, contextualizadas, medidas e embasadas iriam proporcionar o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, tornando-os autônomos na construção de seus conhecimentos. O PSD passou a ser utilizado como elemento importante para todo o processo de construção da aprendizagem dos estudantes do Sistema do Colégio Militar.

Em relação ao PED, o plano deveria funcionar como um documento de execução das sequências didáticas, ou seja, os encaminhamentos que docentes deveriam planejar para que elas fossem ministradas conforme estabelecido no PSD. Em resumo, o PED executaria o que o PSD planejava.

Seguindo as orientações para o encaminhamento do processo de modernização do ensino, a DEPA estabeleceu, de forma obrigatória, que os docentes, além dos PSD e do PED, deveriam elaborar diariamente um Plano de Aula (PA) para ser levado à sala de aula e que deveria ser devidamente acompanhado a sua execução pela Supervisão Escolar. Nesse Plano de Aula deve constar detalhadamente todas as atividades a serem desenvolvidas com os estudantes visando o processo de ensino e aprendizagem. Mas o documento permite que o Plano de Aula não seja um documento genérico para todas as turmas da mesma série: “Caso o professor tenha várias turmas, deve concentrar um núcleo comum (“plano de aula base”) e enunciar as turmas que apresentarem desenvolvimento diferenciados”.

Na sequência do documento, a Diretoria do Exército recomendava que as práticas dos docentes seguissem as orientações teóricas apontadas pelos PCNs, desde que observados a proposta pedagógica do SCMB e os Planos de Sequências Didáticas. Na parte final do documento, se recomendava que estudantes deveriam ser compreendidos como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem e estimulados a raciocinar por intermédio de questionamentos e análises de situações-problemas contextualizadas e aos professores ficassem atentos para ministrar conteúdos adequados ao nível cognitivo do estudantes aos respectivos ano de ensino.

Ressaltando que essa prática sistematizada nos colégios militares não diz respeito tão somente a uma preocupação do sistema com a sua modernização, mas também a uma necessidade prática de atender aos filhos dos militares que servem pelo país. A sistematização e a padronização do ensino permitem que o estudante transferido para outro Colégio Militar do SCMB não sofra descontinuidade em sua aprendizagem.

Diante da prática adquirida em anos no Colégio Militar do Recife de trabalhar com planejamentos anual, semanal e diário, pensei em socializar essa experiência nessa dissertação, mas que permita a sua adaptação a outras realidades didáticas e a outros espaços escolares.

Embasado pela experiência adquirida no SCMB de trabalhar com sequências didáticas e preocupado com questões específicas que não são exploradas pelos livros didáticos referente à Revolução Pernambucana de 1817 e a ausência da Revolta do Rodeador nos mesmos, proponho como produto final da dissertação a elaboração de um Conjunto de Sequências Didáticas, que irei denominar de CSD, relativas aos movimentos contestatórios pernambucanos de 1817 e de 1820 como forma de contribuir para o planejamento dos docentes e a aprendizagem dos estudantes. As sequências didáticas visam promover o estudo da Revolução Pernambucana de 1817 e da Revolta do Rodeador de 1820.

As sequências didáticas relativas à Revolução Pernambucana e a Revolta do Rodeador teve por base inicial as comemorações dos bicentenários dos dois movimentos, respectivamente, em 2017 e em 2020. O movimento de 1817 foi alvo de diversas comemorações patrocinadas, em conjunto, pelo Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura da Cidade do Recife e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) com palestras, eventos e publicações. Em relação ao movimento de 1820, o Instituto de Pesquisa e Memória Sebastianista Serra do Rodeador- ISR, criado em 2017 na cidade de Bonito-PE, pretendia, em 2020, comemorar os 200 anos da revolta com diversas ações. A principal iniciativa seria a formatação de visitas a Serra do Rodeador para divulgação do episódio histórico com o envolvimento de escolas e faculdades do município de Bonito, local do episódio, mas a pandemia de covid não permitiu o cronograma de comemorações.

As sequências didáticas são destinadas aos professores para utilização com os estudantes do 8º ano do ensino fundamental tendo por base os referenciais

historiográficos mais recentes sobre a Revolução Pernambucana e a Revolta do Rodeador.

O planejamento da sequência didática teria por base três aulas para a Revolução de 1817 e três aulas para a Revolta do Rodeador, mas tendo consciência de uma dificuldade inicial para a consecução das atividades, as aulas de história são poucas na grade escolar, geralmente são três horas aulas por semana. E essa pequena quantidade de aulas por semana, muitas vezes, não consegue contemplar, de forma satisfatória, todos os conteúdos previstos para cada ano escolar. Temos um currículo escolar marcado pelo excesso de conteúdos. Currículo onde tudo cabe e todo conteúdo previsto e contido no livro didático necessita ser ministrado aos estudantes. Afinal, o livro didático tem que ser visto, popularmente, de cabo a rabo. E para fiscalizar o estudo de todo o livro didático tem o controle dos pais e da própria supervisão dos colégios. Entretanto, por conta dos excessivos conteúdos dos livros didáticos, existem lacunas em relação ao movimento de 1817 e a ausência do movimento de 1820, o que torna necessário o complemento das aulas com textos, documentos, imagens e exercícios.

As sequências didáticas da Revolução de 1817 e da Revolta de 1820 podem ser trabalhadas através de aulas expositivas dialogadas e de atividades complementares com documentos, imagens e notícias de jornais. Entendendo como aulas expositivas dialogadas aquelas que permitem a participação ativa dos estudantes através do acionamento prévio dos seus conhecimentos sobre o conteúdo e de sua participação por meios de questionamentos e de debates.

As sequências didáticas poderão ser complementadas com a visita dos estudantes aos lugares históricos, aqueles denominados pelo historiador Pierre Nora como lugares de memória, relacionados aos movimentos de 1817 e de 1820, colhendo informações, observando, registrando dados e fotografando. As atividades pressupõem um planejamento prévio. O professor pode elaborar um roteiro visando a execução da atividade durante as aulas. A execução que poderia ser realizada com as seguintes etapas: a formação de grupos de pesquisa, a elaboração dos roteiros, a coleta de dados, a autorização dos pais, a negociação com a gestão escolar e com os professores das demais disciplinas escolares através da possibilidade de atividades interdisciplinares, a obtenção dos recursos financeiros para financiar a saída dos estudantes e a confecção dos materiais de estudo, o engajamento dos estudantes e a disponibilidade de tempo por parte do docente.

Especificamente em relação a Revolta do Rodeador, movimento ainda desconhecido por quase totalidade dos estudantes e por uma grande parte dos professores de História, seria importante relacionar o movimento histórico ao espaço geográfico, a Serra do Rodeador, localizada no município de Bonito no agreste pernambucano. A Revolta, tida como um dos primeiros movimentos messiânicos ocorridos no país pode ser estudado com a confecção de um roteiro na Serra do Rodeador pelos estudantes. O roteiro poderia ser iniciado com uma visita ao local da formação da comunidade do Rodeador, encontrando os possíveis vestígios da comunidade que ainda possam estar presentes na localidade. Perceber as razões da escolha da localidade para a fundação da comunidade do Rodeador. Constatar se a comunidade que atualmente ocupa o espaço tem conhecimento do episódio histórico. Fazer o levantamento com dados que possam possibilitar o estudo da revolta mesmo com a sua ausência nos livros didáticos e nos currículos escolares. Com a possibilidade que esses levantamentos possam servir de referencial para futuros estudos em relação a Revolta do Rodeador.

As atividades de visitas aos lugares históricos, aos lugares de memórias, permitiriam aos estudantes o conhecimento do passado, que poderia possibilitar o florescer uma consciência patrimonial e o despertar da necessidade da conservação dos patrimônios materiais da sua cidade. A atividade estaria associada à introdução à educação patrimonial.

4.1 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO DE 1817: APRESENTAÇÃO.

A proposta do trabalho diz respeito a uma prática vinculada aos desafios da sala de aula. No caso específico, trabalhar com os estudantes a história de Pernambuco em um contexto de dificuldades de trabalhar com as lacunas do livro didático, o currículo escolar extenso e as demandas profissionais de preparar aulas, corrigir exercícios e avaliações, ministrar diversas aulas diariamente em uma carga horária estressante e preencher os diários de classe.

Nesse sentido, pensamos em uma contribuição para os professores que estão no chão da sala de aula para o seu trabalho, especificamente, com a história pernambucana. Lembrando que a história pernambucana, em relação ao Ensino Fundamental, só se encontra presente nos conteúdos das aulas para os estudantes dos 7º e 8º. Os currículos do 6º e do 9º anos não contemplam o estudo da História de Pernambuco.

O currículo do 6º estuda basicamente a História Geral com o estudo da Pré-História, da Idade Antiga e do início da Idade Média e o currículo do 9º ano estuda a História Geral e a História do Brasil nos séculos XX e XXI, que não permite o estudo da história dos estados em virtude da valorização do estudo de uma história nacional, a história da nossa república. Concluindo, os estudantes iniciam e terminam o Ensino Fundamental sem estudar Pernambuco.

A História de Pernambuco se encontra presente no currículo do 7º ano em razão do estudo da criação e do sucesso da Capitania de Pernambuco, da expansão do cultivo da cana de açúcar, das Invasões Holandesas e da Guerra dos Mascates. Em relação ao currículo do 8º ano, como já foi trabalhado ao corpo dessa dissertação, se até aos movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco no século XIX relacionados ao processo de implantação e de consolidação da formação do Estado nacional brasileiro. Estudamos a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira de 1848.

Nesse contexto de preocupação de estudar a história de Pernambuco, apresentamos uma proposta de atividade pedagógica destinada aos estudantes do 8º ano tendo por base a elaboração de um conjunto de sequências didáticas sobre a Revolução Pernambucana. Diante da necessidade de estabelecer um limite no trabalho, excluímos o estudo da Confederação do Equador e da Revolução Praieira.

4.2 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLUÇÃO DE 1817: PROPOSTAS.

No primeiro momento, apresento as legislações que embasam o estudo da Revolução Pernambucana: A Matriz de Referência do Enem e as habilidades que os estudantes do 8º ano devem alcançar pela BNCC e pelo Currículo de Pernambuco. Em seguida, uma proposta como as aulas da Revolução Pernambucana podem ser encaminhadas e divididas. Sucintamente, proponho a divisão do assunto em três

aulas: na primeira aula, a contextualização histórica, a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a crise da economia do Nordeste, a opressão portuguesa e o estopim da revolução; na segunda aula, a formação e as ações do governo provisório e na terceira aula, a crise e o enfraquecimento do governo provisório, a repressão do governo português e as heranças do movimento. Apresento ainda, dois exemplos de planos de aula. Ao final, indico sugestões de materiais que podem ser trabalhados durante as três aulas da Revolução Pernambucana de 1817, textos e imagens para o desenvolvimento de atividades complementares.

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias
Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos e conflitos e movimentos sociais.
H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.
H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza.
H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

HABILIDADES - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
(EF08H105) Explicar os movimentos e as rebeliões da América Portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.
(EF08H112) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

HABILIDADES - CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

(EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial em Pernambuco.

(EF08HI09PE) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.

(EF08HI17PE) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.

PRIMEIRA AULA

- Acionamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre o assunto.
- Contextualização e significação do assunto para os estudantes.
- Estudo da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e as suas consequências para o Nordeste brasileiro, especialmente para Pernambuco.

- A opressão portuguesa.
- O estopim da Revolução de 1817.

SEGUNDA AULA

- O início da Revolução Pernambucana.
- A formação do governo provisório
- As ações do governo provisório.
- Atividades com o Preciso, a Lei Orgânica e os quadros de Antônio Parreiras.

TERCEIRA AULA

- Os conflitos internos do Governo Provisório. A questão da escravidão.
- A dura repressão ao movimento de 1817 e as punições às suas principais lideranças
- As consequências da Revolução Pernambucana
- As heranças e a memória da revolução.

CONJUNTO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA/ ANO LETIVO 2022

ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.
DISCIPLINA: História
ANO ESCOLAR: 8º/ Ensino Fundamental Anos Finais.

1- A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS (BNCC).	HABILIDADES A SEREM TRABALHADAS (MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM) (CURRÍCULO DE PERNAMBUCO).	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA.
<p>C1- Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p>	<p>H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.</p> <p>H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza.</p> <p>H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.</p>	<p>PRIMEIRA AULA</p> <p>-Acionamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre o assunto.</p> <p>- Contextualização e significação do assunto para os estudantes. (Trabalhar o texto da criação da Data Magna de Pernambuco).</p> <p>- Estudo da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e as suas consequências para o Nordeste brasileiro, especialmente para Pernambuco. (Trabalhar textos identificando o aumento da crise da economia pernambucana).</p> <p>-A opressão portuguesa.</p>

<p>C2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p> <p>C3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p>	<p>(EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco.</p> <p>(EF08HI09PE) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.</p> <p>(EF08HI17PE) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.</p>	<p>- O estopim da Revolução de 1817</p> <p>SEGUNDA AULA</p> <p>- O início da Revolução Pernambucana (trabalhar as localidades relacionadas ao início do movimento).</p> <p>- A formação do governo provisório e as suas ações (Trabalhar o Preciso, a Lei Orgânica e os quadros de Antônio Parreiras).</p> <p>TERCEIRA AULA</p> <p>- Os conflitos internos do Governo Provisório. A questão da escravidão. (Trabalhar A Lei Orgânica e os documentos relativos aos questionamentos à libertação dos escravos).</p> <p>- A dura repressão ao movimento de 1817 e as punições às suas principais lideranças (Trabalhar os documentos da devassa da revolução com as penas aos principais líderes).</p> <p>- As consequências da Revolução de 1817 (Trabalhar o mapa com o desmembramento de Alagoas do território pernambucano).</p> <p>- As heranças e a memória da revolução (trabalhar as comemorações do Bicentenário da Revolução e a iniciativa do IAHGP em lançar placas comemorativas do evento nas ruas do Recife e de Salvador)</p>
---	---	---

MODELOS DE PLANOS DE AULA: PROPOSTAS.

MODELO 1

PLANO DE AULA 1
COMPONENTE CURRICULAR: História
TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais.
ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.
SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolução Pernambucana de 1817
INTRODUÇÃO: Aula dialogada para acionar o conhecimento prévio dos estudantes. Quando citamos a Revolução Pernambucana, o que pensam os estudantes? Sondar questões sobre a bandeira de Pernambuco, a Data Magna pernambucana, as fronteiras pernambucanas e os nomes das ruas do Recife.
DESENVOLVIMENTO: A) Contextualização e significação do assunto para os estudantes. B) A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. - As Guerras Napoleônicas e a transferência da Corte. - A Corte portuguesa no Brasil. C) As consequências para o Nordeste brasileiro, especialmente para Pernambuco. - A crise econômica do Nordeste. - A opressão portuguesa. D) O estopim da Revolução - A reação ao Governo de Caetano Pinto Montenegro. - O início do processo revolucionário (06 de março).

RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.

AVALIAÇÃO: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas

PLANO DE AULA 2

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental

ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolução Pernambucana de 1817

INTRODUÇÃO: Estabelecendo a continuação da sequência didática da Revolução Pernambucana, os estudantes devem perceber a continuidade da aula a partir da interligação do seu início com o término da anterior. Iniciada a Revolução, os revolucionários consolidam o movimento com a criação de um governo provisório, que seria responsável pela administração de Pernambuco com autonomia em relação a Portugal. Os estudantes devem perceber a formação e as principais ações do governo provisório.

DESENVOLVIMENTO:

A) O Governo Provisório.

- A formação e a organização do Governo Provisório.
- As ações do Governo Provisório.

B) Os principais documentos do Governo Provisório.

- A Lei Orgânica.
- O Preciso.

- C) A expansão da Revolução pelo Nordeste.
- A adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.

AVALIAÇÃO: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas.

PLANO DE AULA 3

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental

ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolução Pernambucana de 1817

INTRODUÇÃO: Finalizando a sequência didática, os estudantes devem relacionar as aulas a partir do conhecimento da existência de um governo provisório no comando de Pernambuco e o que mesmo foi marcado por contradições e limitações em decorrência da questão da escravidão. A sequência didática deve ser finalizada com a repressão portuguesa ao movimento de 1817 e a identificação das suas heranças.

DESENVOLVIMENTO:

- A) As contradições e o enfraquecimento do Governo Provisório.
- A questão da escravidão.
 - Os limites do movimento revolucionário.

B) A reação da Corte Portuguesa.

- A dura repressão.
- As punições aos revolucionários e a Pernambuco.

C) As heranças e os legados da Revolução Pernambucana.

- O desmembramento de Alagoas do território pernambucano.
- A criação da Data Magna.

RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.

AVALIAÇÃO: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas.

MODELO 2

<u>PLANOS DE AULA</u>			
Ciências Humanas e as suas Tecnologias	Turma: 8º ano	Ensino Fundamental Anos Finais	
Planos de Aula nº 01, 02 e 03.			
<p>1. Sequência Didática nº 01</p> <p>Assunto: A Revolução Pernambucana de 1817.</p>			
<p>2. Habilidades:</p> <p>H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.</p> <p>H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.</p> <p>H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.</p> <p>2. Currículo de Pernambuco</p> <p>EF08HI07PE - Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco.</p> <p>EF08HI09PE - Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e</p>			

lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.

EF08HI17PE - Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.

3. Competência Discursiva a ser trabalhada: propõe-se que os estudantes possam entender a importância do processo histórico ocorrido em Pernambuco no século XIX, percebendo como parte dos questionamentos a opressão da Coroa portuguesa e o desejo de rompimento com o Sistema Colonial. Esse processo teve origem na divulgação de novas ideias denominadas de iluministas e da sua propagação pelo território brasileiro, especialmente em Pernambuco. A Revolução Pernambucana de 1817 foi a primeira a ultrapassar a fase meramente conspiratória e Pernambuco foi à primeira região do Brasil a se separar de Portugal por um período de 75 dias.

4. Mediação: Aula 1

Duração 45 minutos

Apresentação

Apresentação para os estudantes o que se propõe a ser estudado em relação à Revolução Pernambucana de 1817. O capítulo do livro didático e os materiais a serem utilizados durante as aulas e como será realizada a avaliação.

Sistematização/Significado

A partir de uma aula dialogada, promover uma abordagem inicial com intuito de provocar reflexões e identificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre o movimento revolucionário e, através de uma sintética explanação, entender a Revolução Pernambucana em suas motivações política, econômica e social. Destacando a crise econômica do Nordeste e a opressão portuguesa a partir da chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808.

		suas características, biografias dos seus autores e estado de conservação. Podem ser utilizados nessas atividades complementares: textos de jornais, o Preciso, a Lei Orgânica, os quadros pintados por Antônio Parreiras (A Benção das Bandeiras da Revolução de 1817 e José Peregrino), os vitrais do Palácio do Governo de Pernambuco e o mural de Abelardo da Hora (A Revolução de 1817) e a história da atual bandeira de Pernambuco.
Avaliação		Será feita de maneira permanente na aula dialogada.
4. Mediação:	Aula 03	Duração 45 minutos
Apresentação		Finalizando a sequência didática da Revolução Pernambucana de 1817, Os estudantes devem perceber o término do movimento revolucionário de 1817 a partir dos conflitos internos entre os revolucionários, por conta da discussão a cerca da abolição da escravidão, e da dura repressão do governo português.
Sistematização/Significado		Os estudantes devem compreender o enfraquecimento do movimento revolucionário de 1817 a partir dos conflitos entre os membros do Governo Provisório e setores da sociedade pernambucana em virtude da proposta da abolição da escravidão em Pernambuco de forma lenta e gradual e que essa discussão enfraqueceu o Governo Provisório possibilitando a reorganização das forças contrárias ao movimento e leis ao governo português. Os estudantes devem perceber a violenta reação ao movimento de 1817 que resultou na invasão de Pernambuco e a condenação à morte das suas principais lideranças, que se deu de forma violenta e cruel com execuções públicas pelas ruas do Recife.

Resumo/ Transcendência	Ao estudar o término do movimento de 1817, os estudantes possam reconhecer a sua importância histórica e identificar as suas principais heranças para Pernambuco como a Bandeira pernambucana, a Data Magna, o desmembramento de Alagoas do território pernambucano, o primeiro local do Brasil independente do domínio português e reconhecimento dos revolucionários. Ao término da sequência didática, o estudante possa entender os conceitos de fronteiras, revolução, república, emancipação política, lei orgânica, governo e repressão.
Avaliação	Será feita de maneira permanente durante a aula dialogada.

4.2.1 Propostas de materiais a serem utilizados na sequência didática da Revolução de 1817: propostas.

A DATA MAGNA DE PERNAMBUCO

Em 2007, por sua importância histórica, o 06 de março, início da Revolução Pernambucana, passou a ser a Data Magna de Pernambuco. As Datas Magnas estaduais foram estabelecidas pela Lei Federal Nº 9093/1995 com o objetivo de celebrar os grandes acontecimentos de cada unidade da federação.

Diante da aprovação da lei das Datas Magnas, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) passou a defender que Pernambuco escolhesse a sua Data Magna, com a colaboração do professor Leonardo Dantas Silva, sugerindo a escolha entre cinco datas de episódios marcantes da história pernambucana:

- 13 de janeiro de 1825: data da execução do Frei Caneca, principal liderança da Confederação do Equador.
- 27 de janeiro de 1654: data da Restauração Pernambucana após a rendição dos holandeses.
- 06 de março de 1817: início da Revolução Pernambucana.
- 05 de outubro de 1821: data da Convenção do Beberibe.
- 10 de novembro de 1710: a proclamação da República no Senado de Olinda na ocasião da Guerra dos Mascates.

Todas as datas bastante significativas. Mas como escolher a mais significativa entre elas? Foi estabelecido que a escolha fosse através do voto da população. A eleição foi apoiada pelo Governo do Estado de Pernambuco e coordenada pela Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco (ASSERPE), por meio de um convênio com a Assembleia Legislativa. Para a consulta, a entidade disponibilizou rádios e TVs e ainda um canal interativo (telefone) e o seu site na internet.

A votação se estendeu até o dia 06 de dezembro de 2007 e contou com a participação de 150 mil votantes. Uma participação bastante significativa. Durante o processo outras datas também foram sugeridas como as datas de nascimento de

Luiz Gonzaga (13 de dezembro), Lampião (04 de junho) e Joaquim Nabuco (19 de agosto).

Ao término da votação a data de 06 de março foi escolhida com 33,07%. As demais datas tiveram os seguintes percentuais: 13 de janeiro: 21,00%; 27 de janeiro: 18,30%; 05 de outubro: 12,73% e 10 de novembro: 14,87%. Na votação 87,00% apoiaram que a data devia ser feriado.

A Data Magna foi estabelecida por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco por intermédio da Lei nº 13.386, no dia 24 de dezembro de 2007, apresentada pela deputada estadual Terezinha Nunes. Na justificativa da lei, a deputada afirmou que ela tinha como objetivos: evocar e homenagear os heróis da revolução, proporcionar aos pernambucanos um conhecimento maior da sua história e reafirmar o amor pelo seu estado. Em 2017, em complemento a lei da Data Magna, foi aprovada a Lei nº 16.009, de autoria dos deputados estaduais Isaltino Nascimento e Terezinha Nunes, que tornou a data magna em um feriado civil do calendário do Estado de Pernambuco. Nascia a Data Magna de Pernambuco.

LEI Nº 16.059, DE 8 DE JUNHO DE 2017.

Institui o dia 6 de março como Data Magna e feriado civil no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:**

Faço saber que, a Assembleia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 3º do art. 23 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Presidente do Poder Legislativo, nos termos do § 8º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de março como Data Magna e feriado civil no âmbito do Estado de Pernambuco, em conformidade ao disposto no inciso II do art. 1º da Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995.

Parágrafo único. A Data Magna do Estado de Pernambuco refere-se ao dia de eclosão da Revolução Pernambucana de 1817.

Art. 2º Para registrar a data da eclosão da Revolução Pernambucana de 1817 serão adotadas as seguintes providências:

I - A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco instituirá no seu calendário a realização de Reunião Solene, na Reunião Plenária imediatamente subsequente ao dia 6 de março de cada ano, para entrega da Medalha do Mérito Democrático e Popular Frei Caneca, de acordo com a Resolução nº 855, de 28 de fevereiro de 2008; e,

II - As escolas farão constar no calendário letivo o registro da Data Magna e promoverão o estudo dos fatos históricos relativos à Revolução Pernambucana de 1817, cabendo-lhes escolher formas pedagógicas de comemorações, incluindo a realização de desfile cívico.

PLACAS COMEMORATIVAS EM MEMÓRIA A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e a Prefeitura da Cidade do Recife, com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco, implementaram um projeto denominado História nas Paredes. O projeto consiste em colocar painéis de azulejos em muros e fachadas nas ruas do Recife, Olinda e Salvador apresentando à população personagens e locais onde aconteceram fatos históricos relacionados à história pernambucana. O projeto visa criar um roteiro contando pelas ruas a história de Pernambuco. Cem painéis já foram instalados. A centésima placa afixada homenageia o Padre Roma, um dos mártires da Revolução de 1817 e morto em Salvador.

Nas comemorações do bicentenário da Revolução de 1817, dez painéis foram afixados nas ruas do Recife, Olinda e Salvador com o intuito de resgatar os locais associados ao movimento revolucionário. Esses painéis estão assim distribuídos:

LOCAL REVOLUCIONÁRIO	LOCALIZAÇÃO DA PLACA COMEMORATIVA
1- Antigo Quartel do Regimento de Artilharia: local onde teve início a revolução.	Fachada do Edifício Seguradora, esquina da Avenida Dantas Barreto.
2- Antigo Edifício do Erário Régio: local que serviu de sede do governo provisório da revolução.	Fachada do prédio anexo ao Palácio do Campo das Princesas em frente ao Teatro Santa Isabel.
3- Campo do Erário Régio/ Campo da Honra: local das execuções dos mártires de 1817.	Fachada do prédio anexo ao Palácio do Campo das Princesas ao lado do Batalhão de Guardas.

4- Antiga Cadeia Nova: local onde esteve preso Domingos José Martins, um dos principais líderes da revolução.	Arquivo Público Estadual, Rua do Imperador II, n. 371.
5- Antigo Palácio Velho (Colégio dos Jesuítas do Recife): local do Palácio do Governo.	Fórum Thomaz de Aquino, esquina da Praça Dezesete com a Rua Imperador Dom Pedro II.
6- Ponte Maurício de Nassau: local que servia de ligação entre o Recife e a Ilha de Santo Antônio.	Fachada da antiga Livraria Ramiro Costa
7- Forte do Brum: local onde o Governador Caetano Pinto Montenegro se refugiou no início da revolução.	Praça em frente ao Forte.
8- Forte das Cinco Pontas: local onde os revolucionários ficaram presos ao fim da revolução.	Interior do Forte (atual Museu da Cidade do Recife).
9- Seminário de Olinda: local de formação dos padres e seminaristas participantes do processo revolucionário.	No início da rampa da Igreja de Nossa Senhora das Graças, Cidade Alta, Olinda.
10- Campo da Pólvora: local onde foi arcabuzado o Padre Roma, um dos principais líderes da revolução.	Centro de Salvador.

PLACA IDENTIFICANDO A SEDE DO GOVERNO PROVISÓRIO



Placa localizada na fachada do prédio anexo ao Palácio do Campo das Princesas.

PLACA IDENTIFICANDO O LOCAL DAS EXECUÇÕES DOS MÁRTIRES DE 1817



Placa localizada na fachada do prédio anexo ao Palácio do Campo das Princesas.

PLACA IDENTIFICANDO A CADEIA ONDE ESTAVAM PRESOS ALGUNS REVOLUCIONÁRIOS ANTES DO INÍCIO DA REVOLUÇÃO.



Placa localizada no Arquivo Público Estadual na Rua do Imperador Dom Pedro II.

PLACA IDENTIFICANDO O PALÁCIO ONDE ESTAVA O GOVERNADOR CAETANO PINTO MONTENEGRO QUANDO DO INÍCIO A REVOLUÇÃO.



Placa localizada no Fórum Thomaz de Aquino.

PLACA IDENTIFICANDO A PONTE QUE LIGAVA O RECIFE A ILHA DE SANTO ANTÔNIO E QUE FOI UTILIZADA PELO GOVERNADOR CAETANO PINTO MONTENEGRO NA SUA FUGA PARA O FORTE DO BRUM.



Placa localizada na fachada da antiga Livraria Ramiro Costa em frente a Ponte Maurício de Nassau.

PLACA IDENTIFICANDO O FORTE DO BRUM ONDE O GOVERNADOR CAETANO PINTO MONTENEGRO FICOU AQUARTELADO APÓS O INÍCIO DA REVOLUÇÃO



Placa localizada na frente do Forte do Brum.

PLACA IDENTIFICANDO O SEMINÁRIO DE OLINDA, LOCAL DE FORMAÇÃO DOS RELIGIOSOS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO.



Placa localizada na rampa da Igreja de Nossa Senhora das Graças, Cidade Alta, Olinda.

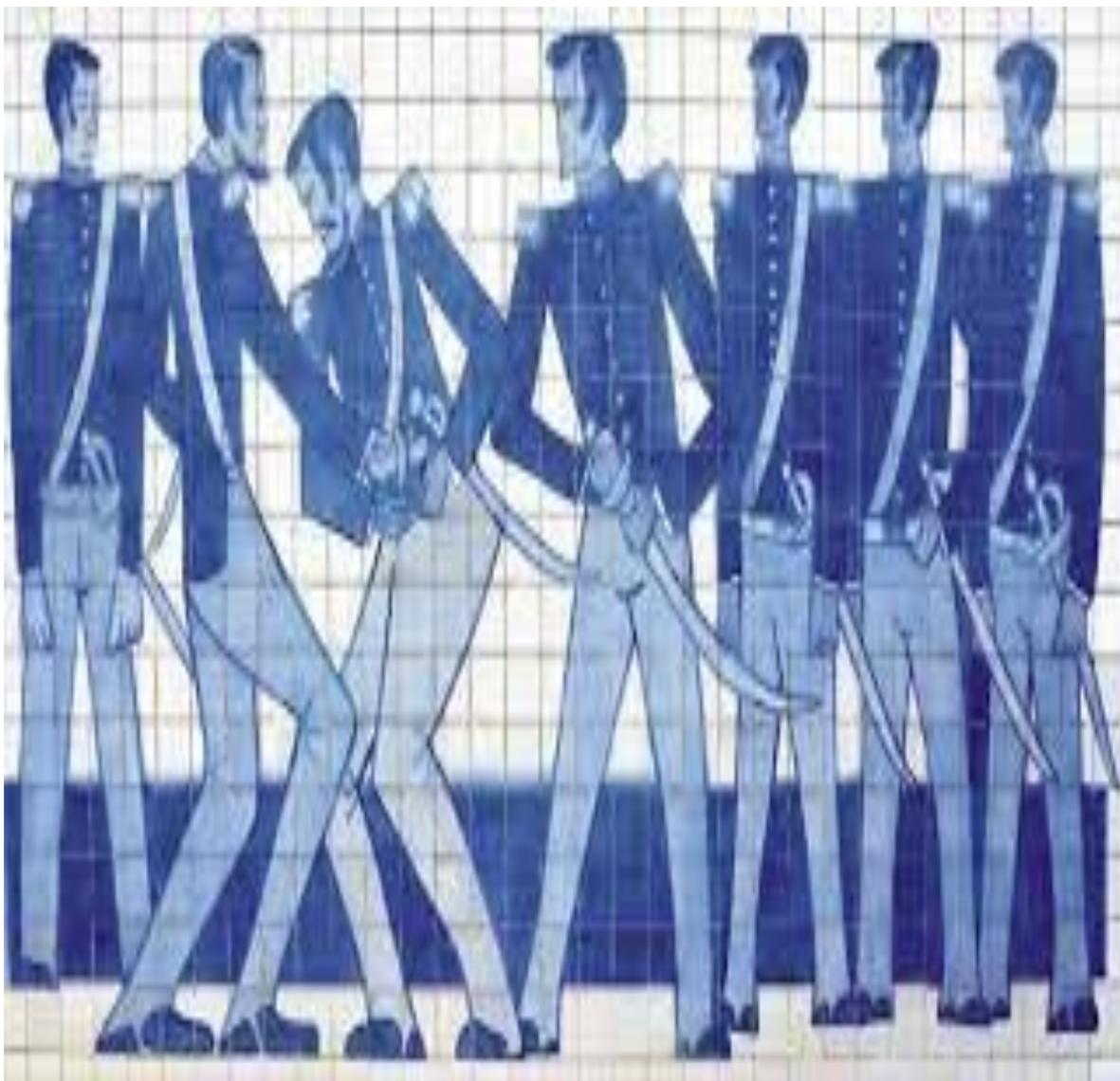
A BÊNÇÃO DAS BANDEIRAS DA REVOLUÇÃO DE 1817



Óleo sobre tela pintado por Antônio Parreiras (1860-1937), retratando uma importante solenidade ocorrida durante a Revolução de 1817 denominada de Bênção das Bandeiras Revolucionárias. Atualmente a tela integra o acervo do Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

JOSÉ PEREGRINO.

Óleo sobre tela pintado por Antônio Parreiras (1860-1937) retratando a rendição de José Peregrino, revolucionário de 1817, que se entregou as tropas portuguesa diante do pedido do seu pai e a promessa que não seria julgado pelo crime de lesa majestade. Entretanto, ele foi condenado à morte, enforcado e esquartejado no Recife. Atualmente a tela integra o acervo do Palácio da Redenção, sede do Governo do Estado da Paraíba.

REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS (1817, 1824 E 1848).

Detalhe do mural em azulejo pintado, em 1967, por José Corbiniano Lins (1924-2018) retratando a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador 1824 e a Revolução Praieira de 1848. O mural está localizado na Praça Cívica na Avenida Cruz Cabugá (centro do Recife), avenida batizada em homenagem a um dos principais líderes da Revolução de 1817, Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá). No detalhe, o estopim da revolução, quando no dia 06 de março, o Capitão José de Barros Lima reage a ordem de prisão a mando do Governador Caetano Pinto Montenegro, matando o Brigadeiro português Joaquim Barbosa de Castro.

A REVOLUÇÃO DE 1817.



Ilustração do artista plástico Helder Santos retratando a Revolução Pernambucana. A ilustração integra o calendário comemorativo ao bicentenário do movimento de 1817, lançado pela Editora CEPE. A ilustração ressalta alguns símbolos revolucionários e também retrata o seu estopim, quando o Capitão José de Barros Lima reage a ordem de prisão matando o Brigadeiro português Joaquim Barbosa de Castro.

A REVOLUÇÃO DE 1817.

Ilustração do artista plástico Daaniel Araújo retratando o início da Revolução quando tropas revolucionárias cercaram o Governador Caetano Pinto Montenegro, que estava aquartelado no Forte do Brum, no centro do Recife. A ilustração também integra o calendário publicado pela Editora CEPE em comemoração ao Bicentenário ao movimento de 1817.

MONUMENTO AOS HERÓIS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.



Escultura do artista plástico Abelardo da Hora (1924-2104) retratando o “Anjo da Liberdade” e o ideal da independência tendo por inspiração o movimento revolucionário de 1817”. A escultura em concreto foi inaugurada em 1944, sob a encomenda do Governo de Pernambuco e encontra-se localizada na Praça da República, antigamente conhecida como Campo da Honra, local de execução das principais lideranças da revolução de 1817.

REPORTAGEM - O SEPULTAMENTO DO VIGÁRIO PEDRO DE SOUSA TENÓRIO.



Sepultado vigário que lutou na revolta de 1817

Pedro de Sousa Tenório, ex-vigário de Itamaracá e um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, foi enforcado, teve a cabeça decepada, as mãos cortadas, o corpo amarrado a um rabo de cavalo e arrastado pelas ruas do Recife. Somente ontem, às vésperas de completar 188 anos da sua morte, os restos mortais do padre revolucionário tiveram um enterro digno.

O crânio do Vigário Tenório (29/06/1779-10/07/1817) foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Velha, em Itamaracá, paróquia que ele dirigia no século 19. Crianças, adolescentes e adultos que vivem na região acompanharam a cerimônia, organizada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e Prefeitura da Itamaracá.

De acordo com o pesquisador do instituto Tácito Galvão a cabeça decepada do vigário ficou exposta por dois anos em Itamaracá, em praça pública. Foi recolhida por algum cristão e depois entregue à igreja de Vila Velha, onde permaneceu até 1905. As mãos foram expostas em Goiana.

"O corpo teria sido arrastado do Forte Cinco Pontas até a Igreja Matriz de Santo Antônio, mas não encontrei registro do sepultamento no local", diz Galvão. O crânio

do vigário foi doado ao Instituto Arqueológico dia 17 de maio de 1905, cem anos atrás, pelo ex-bispo de Olinda e Recife Dom Brito.

Numa visita à igreja de Vila Velha, o pároco perguntou ao bispo qual destino daria ao crânio. "Como o bispo era sócio do instituto, trouxe os restos mortais para o museu da entidade." Ontem, a urna com o crânio foi conduzida até o altar, coberta com a bandeira de Pernambuco. Padre Rômulo, de Itamaracá, celebrou missa solene.

Na cerimônia, o arquiteto e vice-presidente do Instituto Arqueológico, José Luiz Mota Menezes, explicou ao público quem foi o Vigário Tenório, o que motivou a Revolução de 1817 e porque ele teve a cabeça cortada. "A cabeça é o símbolo do

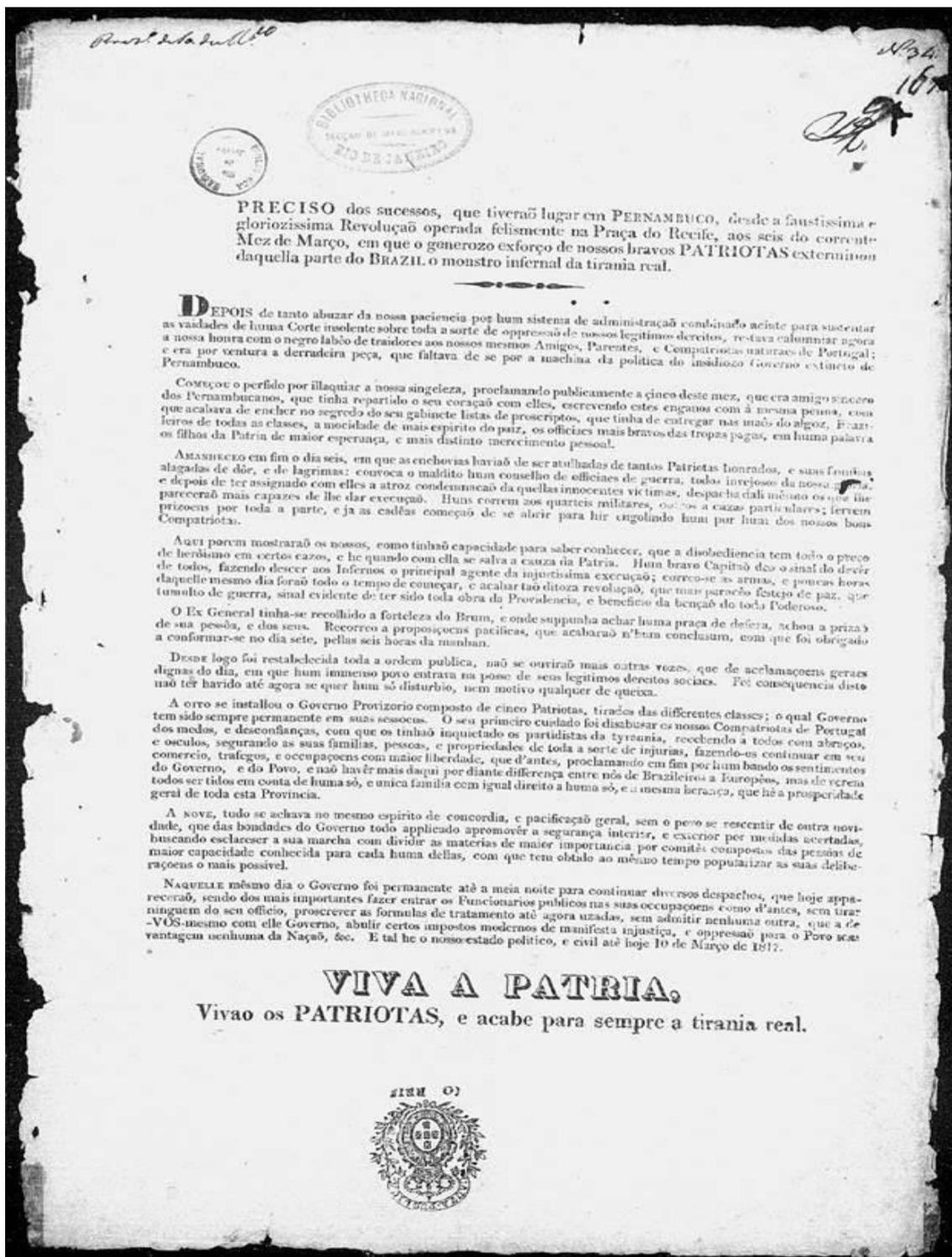
Crânio foi levado para a Igreja da Conceição de Vila Velha, em Itamaracá

pensamento, o crânio representa a força maior dos intelectuais perseguidos", destaca José Luiz.

Movimento armado de caráter libertário, a revolução foi deflagrada dia 6 de março e durou dois meses. Congregou religiosos (Padre Roma, Frei Caneca, Padre Ribeiro, Frei Miguelinho) intelectuais, militares e populares. "Os padres queriam antecipar o conceito de liberdade e a proclamação da República. O ato de hoje (ontem) lembra a todos nós que o conceito defendido pelo padre permanece vivo", diz José Luiz.

Reportagem publicada no Jornal do Commercio, no dia 18 de maio de 2005, relatando o sepultamento na Igreja da Conceição da Vila Velha, em Itamaracá, do revolucionário e vigário Pedro de Sousa Tenório. O revolucionário é homenageado com o seu nome em uma das importantes ruas do centro do Recife, Rua Vigário Tenório.

O PRECISO



Documento divulgado pelos revolucionários de 1817, após o início da Revolução, explicando as razões do rompimento com a Coroa portuguesa justificando o movimento separatista.

4.3 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA DA REVOLTA DO RODEADOR: UMA PROPOSTA

A sequência didática da Revolta do Rodeador também pode ser trabalhada em três aulas expositivas dialogadas e com atividades complementares mediante a utilização de documentos, imagens e textos. Podem ser utilizadas como elementos para a sondagem do conhecimento prévio dos estudantes, questões sobre messianismo, sebastianismo, União Ibérica, revoltas e ocupação do território pernambucano.

As três aulas, destinadas a Revolta do Rodeador, podem ser divididas da seguinte forma: a primeira aula, a contextualização histórica e o início da formação da Comunidade do Rodeador; a segunda aula, os preceitos religiosos e a organização da Comunidade do Rodeador e na terceira aula, o início da revolta, repressão do governador Luís do Rego Barreto e a memória do movimento.

Ressalto novamente a dificuldade inicial de trabalhar com o referido conteúdo devido a inexistência de um material didático próprio para ser utilizado em sala de aula. Os estudos da Revolta do Rodeador, elaborados em dissertações, teses e artigos na academia, ainda não foram transportados para os livros didáticos destinados aos estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio. A revolta ainda segue desconhecida por grande parte dos estudantes e professores de História. Diante da dificuldade, sugiro a utilização de trechos de livros acadêmicos que se debruçam sobre a revolta. Podemos utilizar trechos dos livros de Pereira da Costa, Flávio Gomes Cabral, René Ribeiro e Jacqueline Hermann.

Finalizando a sequência didática, apresento dois exemplos de planos de aula, sugestões de materiais que podem ser trabalhados durante as três aulas e apresentação de slides elaborados por estudantes do Colégio Militar sobre a Revolta do Rodeador.

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias
Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos e conflitos e movimentos sociais.
H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.
H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza.
H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
HABILIDADES - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
(EF08H105) Explicar os movimentos e as rebeliões da América Portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.
(EF08H112) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

HABILIDADES - CURRÍCULO DE PERNAMBUCO
(EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial em Pernambuco.
(EF08HI09PE) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.
(EF08HI17PE) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.

PRIMEIRA AULA

Acionamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre o assunto.

Contextualização e significação do assunto.

Estudo da ocupação do interior de Pernambuco.

O início da formação da Comunidade do Rodeador.

SEGUNDA AULA

A formação da Comunidade do Rodeador.

Os preceitos religiosos da Comunidade do Rodeador.

TERCEIRA AULA

Os conflitos da Comunidade do Rodeador com os moradores de Bonito.

O início da Revolta do Rodeador.

A dura repressão ao movimento à destruição da Comunidade do Rodeador liderada pelo governador Luís do Rego Barreto. (Trabalhar os documentos que relatam a destruição da Comunidade do Rodeador com morte violenta dos envolvidos na revolta).

As consequências da Revolta do Rodeador.

A memória da Revolta do Rodeador (trabalhar as comemorações do Bicentenário da Revolta e as iniciativas do ISR em comemorar na cidade de Bonito)

CONJUNTO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA/ ANO LETIVO 2022
ÁREA: Ciências Humanas e suas Tecnologias. DISCIPLINA: História.
ANO ESCOLAR: 8º/ Ensino Fundamental.

2- A REVOLTA DO RODEADOR.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS (BNCC)	HABILIDADES A SEREM TRABALHADAS (MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM) (CURRÍCULO DE PERNAMBUCO)	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA
<p>C1- Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>C2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p>	<p>H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.</p> <p>H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.</p> <p>H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.</p> <p>(EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco.</p>	<p>PRIMEIRA AULA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acionamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre o assunto. - Contextualização e significação do assunto. - Estudo da ocupação do interior de Pernambuco. - O início da formação da Comunidade do Rodeador. <p>SEGUNDA AULA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A formação da Comunidade do Rodeador. - Os preceitos religiosos da Comunidade do Rodeador. <p>TERCEIRA AULA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os conflitos da Comunidade do Rodeador com os moradores de Bonito. - O início da Revolta do Rodeador. - A dura repressão ao movimento a destruição da Comunidade do Rodeador liderada pelo governador Luís do Rego

<p>C3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p>	<p>(EF08HI09PE) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.</p> <p>(EF08HI17PE) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.</p>	<p>Barreto. (Trabalhar os documentos que relatam a destruição da Comunidade do Rodeador com morte violenta dos envolvidos na revolta). -As consequências da Revolta do Rodeador. - A memória da Revolta do Rodeador (trabalhar as comemorações do Bicentenário da Revolta e as iniciativas do ISR em comemorar na cidade de Bonito)</p>
---	--	---

Estabelecida a sequência didática da Revolta do Rodeador se torna necessário preparar os planos das aulas dialogadas. Planejamento com algumas dificuldades e já identificado anteriormente. Um assunto sem parâmetros. Um assunto que não se encontra em nenhum livro didático e não previsto no currículo escolar. Mas que se justifica o seu estudo devido ao seu ineditismo e a sua importância histórica, o de ser o primeiro movimento messiânico ocorrido no Brasil.

Diante das questões e dificuldades abordadas, procuro encaminhar um resumo dos acontecimentos históricos no capítulo 3 da dissertação, uma proposta de divisão do conteúdo para possibilitar uma abordagem didática, os planos de aula e alguns materiais que possam complementar as aulas da Revolta do Rodeador.

MODELOS DE PLANOS DE AULA: PROPOSTAS.

MODELO 1

<p>PLANO DE AULA 1</p>
<p>COMPONENTE CURRICULAR: História</p>
<p>TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental</p>
<p>ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.</p>
<p>SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolta do Rodeador.</p>
<p>INTRODUÇÃO: Aula dialogada para acionar o conhecimento prévio dos estudantes. Quando pensamos em revoltas, o que pensam os estudantes? Sondagem sobre o entendimento de revolta, messianismo, sebastianismo, União Ibérica, e a ocupação do interior de Pernambuco.</p>
<p>DESENVOLVIMENTO:</p> <p>A) A contextualização histórica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Revolução Pernambucana de 1817. - O Governo de Luís do Rego Barreto. - A crise da economia pernambucana. - A concentração fundiária no território pernambucano. <p>B) A formação da Comunidade do Rodeador.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A chegada a Bonito de Silvestre José dos Santos. - A Serra do Rodeador: características. - O Sebastianismo. - A fundação da comunidade do Rodeador (A Cidade do Paraíso Terrestre).
<p>RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.</p>

AValiação: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas

PLANO DE AULA 2

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental

ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolta do Rodeador.

INTRODUÇÃO: Estabelecendo a continuação da sequência didática da Revolta do Rodeador, os estudantes devem perceber a continuidade da aula a partir da interligação do seu início com o término da anterior. Fundada a Comunidade do Rodeador, as suas lideranças passaram a organizar a ocupação da Serra do Rodeador e estabelecer os preceitos morais, militares e religiosos que iriam nortear as condutas dos seus moradores. Os estudantes devem perceber a organização e os principais preceitos que regulavam o cotidiano dos habitantes da Comunidade do Rodeador.

DESENVOLVIMENTO:

- A) A Comunidade do Rodeador.
 - A ocupação da Serra do Rodeador.
 - A expansão da comunidade.
 - A organização econômica e social.

- B) Os preceitos da Comunidade do Rodeador.
 - Os preceitos morais.
 - Os preceitos militares.

- Os preceitos religiosos.

RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.

AValiação: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas.

PLANO DE AULA 3

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA 8º Ano do Ensino Fundamental

ÁREA: Ciências Humanas e suas tecnologias.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A Revolta do Rodeador.

INTRODUÇÃO: Finalizando a sequência didática, os estudantes devem perceber que a existência de uma comunidade do Rodeador com uma organização autônoma passou a incomodar as elites da cidade de Bonito ocasionando uma denúncia ao governador Luís do Rego Barreto que o local seria um possível foco de rebelião contra o governo e devendo ser destruída. A sequência didática deve ser finalizada com a violenta repressão ao movimento e a percepção das suas heranças.

DESENVOLVIMENTO:

A) Os acirramentos dos conflitos da Comunidade do Rodeador com os moradores da cidade de Bonito.

- A questão da mão de obra.

- B) A reação do Governo de Pernambuco.
- A destruição da Comunidade do Rodeador.
 - O massacre da população (as fogueiras humanas).

- C) A memória do movimento do Rodeador.
- A lembrança das fogueiras de Bonito.
 - O Instituto da Serra do Rodeador e a preservação da memória.

RECURSOS: Textos de jornais, documentos, livro didático.

AVALIAÇÃO: Avaliação a partir da observação e da participação dos estudantes nas atividades propostas

MODELO 2

<u>PLANOS DE AULA</u>			
DISCIPLINA: HISTÓRIA			
Ano: 2022	Turmas: 8º anos	Nível: Ensino Fundamental	Prof. Alúcio Coelho
Planos de Aula nº 01, 02 e 03.			
1. Sequência Didática nº 02			
Assunto: A Revolta do Rodeador.			

2. Habilidades:

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputas pelo poder.

H14 - Comparar os diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre a situação ou fatos da natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

EF08HI07PE - Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco.

EF08HI09PE - Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de Independência nas Américas, seus aspectos populacionais, suas confirmações territoriais, a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas nas revoltas que eclodiram em variados contextos históricos e diversas localidades, especialmente em Pernambuco.

EF08HI17PE - Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.

3. Competência Discursiva a ser trabalhada: propõe-se que os estudantes possam entender a importância do processo histórico ocorrido em Pernambuco no século XIX, percebendo como parte dos questionamentos a opressão da Coroa portuguesa e o desejo de rompimento com o Sistema Colonial. Esse processo teve origem na concentração fundiária em Pernambuco que não permitia o acesso à terra à população pobre e o advento de uma religiosidade própria pelo interior brasileiro devido à ausência de padres o que permitiu o surgimento de líderes religiosos com crenças e preceitos religiosos próprios. A revolta teve origem a partir da formação de uma comunidade no Agreste pernambucano denominada de a Cidade do Paraíso Terrestre com autonomia e com seus próprios preceitos morais, militares e religiosos, Comunidade que foi violentamente reprimida pelo governador Luís do Rego Barreto. A Revolta do Rodeador tem a importância histórica de ser a primeira revolta de cunho messiânico sebastianista ocorrida no Brasil.

4. Mediação: Aula 1

Duração 45 minutos

Apresentação	Apresentação aos estudantes o que se propõe a ser estudado em relação à Revolta do Rodeador, os materiais a serem utilizados durante as aulas e como será realizada a avaliação.
Sistematização/Sinificado	A partir de uma aula dialogada, promover uma abordagem inicial com intuito de provocar reflexões e identificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre revoltas e, através de uma sintética explanação, entender a Revolta do Rodeador em um suas motivações política, econômica e social. Destacando nessa primeira aula do conteúdo a questão agrária de Pernambuco marcada pela concentração fundiária, a ocupação do agreste pernambucano, a religiosidade da população brasileira no século XIX, o nascimento do mito do sebastianismo a partir da morte do rei português Dom Sebastião e a formação da Comunidade do Rodeador por Silvestre José dos Santos em Bonito.
Resumo/ Transcendência	Os estudantes devem conhecer a Revolta em sua origem e, ao mesmo tempo, reconhecer, nesse passado, as heranças históricas de Pernambuco e se identificando como sujeitos de um tempo histórico, o tempo presente e que nele há espaço para questionamentos e a atuação como agentes de transformação.
<p>4. Mediação: Aula 2 Duração 45 minutos</p>	
Apresentação	Dando continuidade a sequência didática da revolta de 1820, os estudantes devem perceber que após a formação da Comunidade do Rodeador, o seu líder Silvestre José dos Santos se preocupou em estabelecer preceitos religiosos, morais e militares para regulamentar o cotidiano dos moradores da comunidade. A obediência aos preceitos determinava a posição

	que os moradores ocupariam na nova organização social e as mulheres eram afastadas dos cerimoniais religiosos, mas tinham a função de zelar pelos bons costumes.
Sistematização/Sígnificado	Os estudantes devem compreender que a comunidade teve um grande crescimento por ser um importante refúgio para a população pobre do interior de Pernambuco, que tinha na localidade uma possibilidade concreta de sobreviver e prosperar mesmo se submetendo às determinações de Silvestre José dos Santos, aos preceitos religiosos e morais estabelecidos aos moradores e a participação nos exercícios militares diários destinados à proteção da comunidade.
Resumo/ Transcendência	Ao estudar a formação da Comunidade do Rodeador, os estudantes devem perceber o seu funcionamento autônomo e com regras próprias, atraindo segmentos da sociedade que viviam em extrema pobreza e abandono e que passaram a identificar como um local onde eles pudessem sobreviver e até prosperar. A Comunidade do Rodeador tem a importância de ser o primeiro local em Pernambuco formado na crença sebastianista, ou seja, no retorno do Rei Dom Sebastião em uma pedra encantada na Serra do Rodeador. Os estudantes podem ter acesso ao seu estudo, através de atividades complementares visando a sua compreensão da sua importância histórica. Podem ser utilizados nessas atividades complementares: textos de jornais, textos acadêmicos, a visita à Serra do Rodeador, os desenhos do artista Marcelo Júlio e o conhecimento das ações do Instituto da Serra do Rodeador
Avaliação	A avaliação será feita de maneira permanente, através das perguntas e questionamentos feitos durante a aula dialogada.
4. Mediação: Aula 03 Duração 45 minutos	
Apresentação	Finalizando a sequência didática da Revolta do Rodeador, os estudantes devem perceber o término do movimento revolucionário de 1820 a partir dos

	<p>conflitos dos moradores da comunidade com as elites de Bonito e da dura repressão promovida pelo governador Luís do Rego Barreto.</p>
<p>Sistematização/ Significado</p>	<p>Os estudantes devem compreender o término do movimento de 1820 a partir dos conflitos entre os moradores da comunidade e as elites da cidade de Bonito, que estavam incomodadas com o crescimento da localidade. Em pouco mais de um ano, a comunidade teve um grande crescimento e passou a ser visto como uma ameaça à ordem social por setores das elites, ocasionando várias denúncias ao governo estadual. As constantes manifestações das elites locais e o grande crescimento da comunidade passaram a preocupar o governador Luís do Rego Barreto, que passou a enxergar a localidade como um possível foco de rebelião. Os estudantes devem perceber a violenta repressão ao movimento de 1820 a partir da destruição da Comunidade do Rodeador e a morte dos seus moradores, queimados em uma grande fogueira humana.</p>
<p>Resumo/ Transcendência</p>	<p>Ao estudar o término do movimento de 1820, os estudantes possam reconhecer a sua importância histórica por ser o primeiro movimento messiânico ocorrido no Brasil e a crueldade da sua repressão com a destruição total da Comunidade do Rodeador e morte dos seus moradores em uma grande fogueira humana. Ao término da sequência didática, o estudante possa entender os conceitos de sebastianismo, messianismo, revolta, repressão, religiosidade, paraíso terrestre, concentração fundiária e governo.</p>
<p>Avaliação</p>	<p>A avaliação será feita de maneira permanente, através dos questionamentos e exercícios feitos em dupla durante a aula dialogada.</p>

4.3.1 Propostas de materiais a serem utilizados na sequência didática da Revolução de 1817: propostas.

O SÍMBOLO DO INSTITUTO DA SERRA DO RODEADOR (ISR).



Imagem desenhada pelo artista plástico Marcelo Júlio visando a representação visual do Instituto da Serra do Rodeador retratando elementos ligados à Revolta do Rodeador, tais como o Rei Dom Sebastião, a cruz dourada, as fogueiras de bonito e a devoção dos moradores da Comunidade do Rodeador.

A EXPLICAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NA IMAGEM DO ARTISTA PLÁSTICO MARCELO JÚNIOR EM HOMENAGEM A MEMÓRIA DA REVOLTA DO RODEADOR.

“a imagem traz em destaque a figura de Dom Sebastião, cuja cabeça ostenta a coroa e é atravessado por uma espada, símbolos de sua potestade. Numa representação ambígua, a espada, erguida nos areais marroquinos, atravessa sua cabeça representando tanto o poder pessoal monárquico quanto o desfecho trágico de sua vida, e daqueles que o seguiram, seja na batalha de Alcácer-Quibir, seja nas terras pernambucanas. Ao centro da imagem, um losango disforme nos remete à Pedra do Rodeador e seu movimento sebastianista singular, sintetizando os acontecimentos históricos: na cruz dourada, que lembra a crença e fé do povo sertanejo como também o forte sincretismo das práticas religiosas no arraial; no fogo, que nos recorda a fogueira feita com os corpos dos mortos no fatídico 25 de outubro de 1820 (...). Dessa composição, surge um ramo de planta que emerge dos sangues dos inocentes, a nos recorda a eterna esperança de um mundo mais justo. Abaixo, podemos ver um devoto que carrega no braço uma fita. Utilizada pelos membros do arraial, as fitas possuíam diversas cores e simbolizavam as funções de cada um na irmandade. Por fim, as mãos de um devoto, em posição de prece, súplica, e as de Dom Sebastião em posição de ataque, descrevem uma composição particular da arte de Marcelo Júlio. Os traços estilizados forjam, por último, a perspectiva de um “S”, sintetizando, desta forma, o movimento sebastianista bonitense e a crença no retorno do monarca lusitano, Dom Sebastião.”

O SELO EM COMEMORAÇÃO AOS 200 ANOS DA REVOLTA DO RODEADOR.

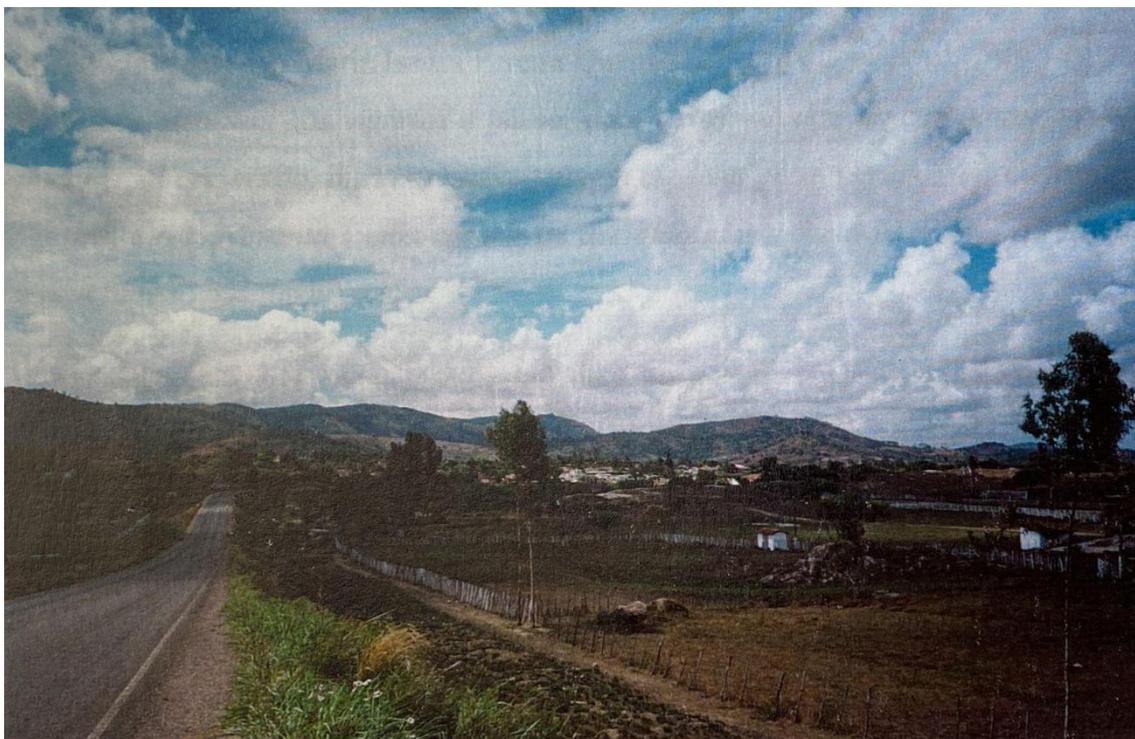


Bicentenário do Massacre do Rodeador 1820-2020

Imagem concebida pelo artista plástico Marcelo Júlio em comemoração ao Bicentenário da Revolta do Rodeador e encomendada pelo Instituto da Serra do Rodeador. O desenho retrata as fogueiras de Bonito, a coroa representando o Rei Dom Sebastião, o sangue dos participantes da revolta, à cruz representando o messianismo do movimento e a referência aos duzentos anos do episódio.

A EXPLICAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NA IMAGEM DO ARTISTA PLÁSTICO MARCELO JÚNIOR EM HOMENAGEM AO BICENTENÁRIO DA REVOLTA DO RODEADOR.

“Os traços que perfazem o símbolo remonta à silhueta da formação rochosa (Pedra do Rodeador) na qual foi erigida uma comunidade de prosélitos. Na base da imagem, os traços em vermelho simbolizam o rio que corria próximo ao arraial; tingido de rubro pelo sangue escorrido daqueles que morreram no ataque, carregou em seu leito a duplicidade da vida e morte de um povo. Em destaque, o fogo vazado pela cruz remonta a fé genuína de um povo que conheceu seu crepúsculo pela fogueira de corpos numa memória sacrificial humana. Ao lado, o sol composto pela coroa, névoa e planta constituem a característica mais singular do movimento sebastianista do Rodeador. Esperando a volta de um rei desejado a séculos desaparecido, sua reivindicação não se configura como alienação social, mas apresentam seu fruto por meio do eterno trabalho protagonizado pelos membros da comunidade que, a revelia de um poder indiferente às suas aspirações, constroem seu cotidiano baseado na fé, esperança e trabalho.”

IMAGENS DA SERRA DO RODEADOR

Pedra do Rodeador, fotografia, 1999. Coleção do autor.



Pedra do Rodeador, fotografia, 1999. Coleção do autor.



Pedra do Rodeador, fotografia, 1999. Coleção do autor.

Imagens da Pedra do Rodeador, situada na Cidade de Bonito, localidade de formação da Comunidade do Rodeador que pode ser visitada pelos estudantes através de uma atividade extraclasse.

TRECHO DO LIVRO PARAÍSO TERREAL DE FLÁVIO JOSÉ GOMES CABRAL

A idéia de se batizar aquele lugar de Paraíso Terreal vem não do fato de se esperar que dali surgiria dom Sebastião, mas também porque o lugar oferecia um quadro de beleza indescritível, mormente suas belezas naturais – rochedos, florestas, flores e frutos silvestres, água, ar puro, além de animais propícios à caça. Também

Trecho do livro (página 66, 2004) relatando as razões da ocupação da Serra do Rodeador e da sua denominação de Paraíso Terreal.

SLIDES DA REVOLTA DO RODEADOR

Ao final do ano letivo de 2020, no Colégio Militar do Recife, ainda em aulas remotas, trabalhamos a Revolução Pernambucana de 1817. Durante a explanação do conteúdo citei a Revolta do Rodeador e realizei uma rápida explicação. Pelo extenso conteúdo e a necessidade de conclusão do currículo estabelecido, não tivemos condições para o seu aprofundamento. Entretanto, alguns estudantes despertaram interesse no assunto. Então fiz a sugestão que eles pesquisassem a Revolta e fizessem slides sobre a pesquisa.

Aqui compartilho alguns desses slides enviados pelos estudantes

SLIDES 1

Fundamento da Revolta

Na primeira metade do século XIX, por volta de 1817, em meio à turbulência do período, um grupo de camponeses liderados por Silvestre José dos Santos, ex-soldado, fundaram na Serra do **Rodeador** a Cidade do Paraíso Terrestre junto a uma encosta considerada "encantada".

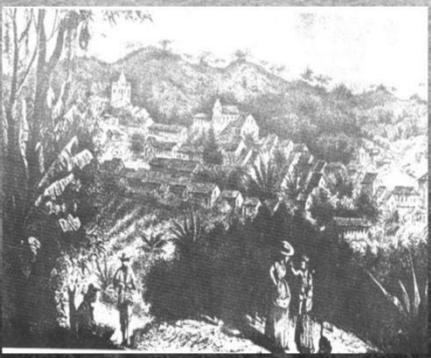
As esperanças destes sertanejos consistiam no retorno do Rei Dom Sebastião, que era como herói e representava todas as esperanças de uma vida melhor para esse povo sofrido. Com o seu regresso a ordem das classes sociais seria invertida: líderes se transformariam em príncipes, os pobres enriqueceriam, injustiças deixariam de existir, fartura e prosperidade aos adeptos e fim do recrutamento militar.



Crise Militar

Neste contexto de crise militar, a desorganização social e desagregação das comunidades camponesas, fomentava-se um clima de violência e criminalidade, tanto que a comunidade do Rodeador foi rapidamente relacionada, pelas tropas imperiais, ao "clube de Buíque", um bando armado de criminosos e fora-da-lei chefiados por José de Barros.

Por mais que as demandas deste grupo acarretassem em transformações profundas e estruturais, os mesmos não questionavam a natureza do regime, mas sim, a capacidade daquele que o liderava.



Quando Terminou

Acercas da quantidade de militares, vale ressaltar que a comunidade do Rodeador dispunha de um pequeno exército de aproximadamente 150 homens comandados por Gonçalo Correia. Faziam exercícios militares e eram assistidos pela comunidade e possuíam uma quantidade razoável de armas de fogo para tais atividades.

Diante de toda essa movimentação dentro da comunidade na Serra do Rodeador, com aproximadamente quatrocentos adeptos vivendo na Cidade do Paraíso Terrestre, as autoridades locais começaram a temer que aquele movimento pudesse tomar proporções que chegassem a interferir na soberania monárquica. Esse receio se converteu em objeto de uma obsessiva campanha militar, deliberado pelo então governador da província de Pernambuco, Luis do Rego Barreto.



Referências

<https://leunicamp.files.wordpress.com/2017/12/pedro-castellan-medeiros.pdf>

SLIDES 2

Messianismo

O messianismo é a crença na vinda ou no retorno de uma pessoa dotada de poderes especiais que trará paz e a prosperidade na Terra, inaugurando uma nova era. Baseia-se em uma crença que prega a profecia sobre a vinda de um messias capaz de corrigir as imperfeições do mundo, trazendo a redenção à todos aqueles que estiverem dispostos a reconhecer seus erros e fraquezas e a mudar seu comportamento.

O movimento messiânico ocorreu no Nordeste, entre 1817 e 1820, na cidade de Bonito. Nessa época, populações se encontravam em um estado de miséria extrema, recorrendo à essa crença para aliviar as frustrações da pobreza.

A Serra do Rodeador

Silvestre José dos Santos, autoproclamado profeta, após peregrinações por Alagoas, de onde foi praticamente expulso pelas autoridades locais, aproveitando-se da situação popular conseguiu difundir entre os sertanejos a crença sebastianista. Pregava a volta de D. Sebastião e os milagres advindos daí. Dizia que quando o rei voltasse seus seguidores seriam abençoados com riqueza e felicidade.

Chefiando a nova seita, criou uma organização religiosa na Serra do Rodeador e fundou um povoado que passou a ser conhecido por "Cidade do Paraíso Terreal".

Os rituais eram realizados numa espécie de templo improvisado em um mocambo. Lá eram guardadas duas pequenas imagens de pedra, uma da Virgem Maria e outra de Jesus Cristo. Os seguidores praticavam fielmente a crença sebastianista que, em pouco mais de um ano, já possuía vários fiéis.

Serra do Rodeador, Bonito (PE)



<https://tokdehistoria.com.br/>

Messianismo português: O Sebastianismo

Em Portugal, o Messianismo se manifesta na figura do rei Dom Sebastião, que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir (1578), no Marrocos, entretanto, seu corpo nunca foi encontrado. Desta maneira, dizia-se que o monarca voltaria e restauraria o Império Português, tornando-o próspero novamente.

Esse pensamento permaneceu no imaginário coletivo e chegou ao Brasil. No povoado de Bonito, o Sebastianismo foi professado por Silvestre José dos Santos.

D. Sebastião (1554-1578)



fonte:
<https://pt.wikipedia.org/>

Referências:

Artigo: <http://portcom.intercom.org.br/pdfs/104244627642445520103256149235606801672.pdf>

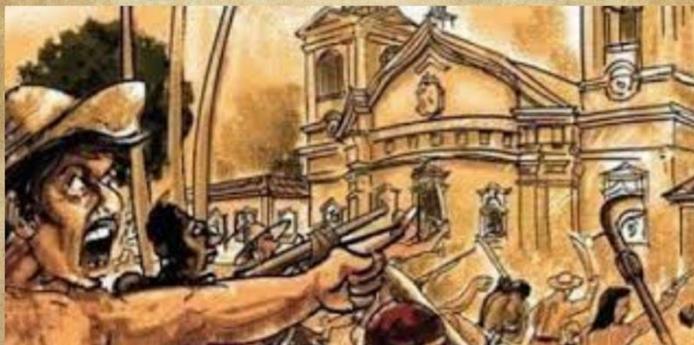
Toda Matéria: <https://www.todamateria.com.br/messianismo/>

Tok de História: <https://tokdehistoria.com.br/2020/05/25/a-serra-do-rodeador-e-a-irmandade-do-senhor-bom-jesus-da-pedra/>

História pensante: <http://historiapensante.blogspot.com/2012/01/o-messianismo-no-brasil.html>

SLIDES 3

Revolta do Rodeador



Revolta do Rodeador

A revolta do rodeador foi uma revolta popular da Serra do rodeador ocorrida em 1820 no agreste de Pernambuco. Tinha como principal líder o ex-soldado do 12º batalhão, de milícias, Silvestre José dos Santos que reuniu o grupo e fundou a Cidade do Paraíso terrestre junto a uma grande pedra considerada pelo povo como encantada.

sebastianismo

Silvestre predicava e atraía a atenção dos sertanejos ali estabelecidos com a crença do retorno do Rei Dom Sebastião, desaparecido a quase três séculos nos areias marroquinas do norte da África. As aspirações destes sertanejos consistiam no retorno do Rei Dom Sebastião, que figurava como herói e canalizava todos os fervores e esperanças desse povo sofrido. Com a sua volta as injustiças deixariam de existir, fim do recrutamento militar, os pobres enriqueceriam e líderes se tornariam príncipes.

Rei Dom Sebastião



economia e força militar

A região se dedicava à cultura agrícola do feijão e, principalmente da mandioca. A desorganização social e desagregação das comunidades camponesas, fomentava-se um clima de violência e criminalidade, tanto que a comunidade do Rodeador foi rapidamente relacionada, pelas tropas imperiais, ao “clube de Buíque”, um bando armado de criminosos e fora-da-lei. Vale ressaltar que comunidade do Rodeador dispunha de um pequeno exército de aproximadamente 150 homens comandados por Gonçalo Correia. Faziam exercícios militares e eram assistidos pela comunidade e possuíam uma quantidade razoável de armas de fogo para tais atividades.



Reação do governo

Diante de toda essa movimentação dentro da comunidade na Serra do Rodeador, com aproximadamente quatrocentos adeptos vivendo na Cidade do Paraíso Terrestre, as autoridades locais começaram a temer que aquele movimento pudesse tomar proporções que chegassem a interferir na soberania monárquica. Em 26 de outubro de 1820 Luís do Rego Barreto, governador da província de Pernambuco, envia tropas militares à Serra do Rodeador e acaba, depois de muita resistência, com a comunidade, massacrando e prendendo os membros da Cidade do Paraíso Terreal.

Luís do Rego Barreto



fim da revolta

A revolução duramente reprimida pelo governador Luís do Rego Barreto, que já possuía uma má impressão da população por ter sido o líder da repreensão da revolução Pernambucana de 1817. Ele era um governador violento e autoritário, era odiado pelo povo de Pernambuco.



referências

- Anais – I Congresso de América Colonial – Historiografia, Acervos e Documentos Laboratório de Estudos Americanos – LEA Campinas, agosto 2017
<https://leunicamp.files.wordpress.com/>
- CABRAL, Flávio José Gomes. Paraíso Terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador – Pernambuco, 1820. São Paulo: Annablume, 2004.
- CHAGAS, Francisco Benício das. Cel. “História dos acontecimentos da Pedra do Rodeador”. RIAHGP, v. VI, n. 37 - abril, 1890.

SLIDES 4

Revolta da Serra do Rodeador de 1820

O massacre que ocorreu no município de Bonito e entrou pra história

Onde e quando aconteceu?

Esse massacre ocorreu em 1820, no município de Bonito, mais especificamente na sua área rural, a Pedra do Rodeador.

Pedra do Rodeador



Sebastianismo

O sebastianismo é um movimento profético surgido em Portugal depois do desaparecimento do rei Dom Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, na África. Como dizem que ninguém o viu morrer ou o suposto corpo nunca foi encontrado, nasceu a crença do retorno dele para salvar o reino. O que se chama sebastianismo, em termos gerais, é a convicção na chegada de um enviado divino, um messias para trazer paz e justiça. No Nordeste brasileiro, esta crença assumiu características próprias ao unir elementos do imaginário popular com o fanatismo religioso.

Sebastianismo



Início da revolução

Em 1811, um desertor da milícia chamado Silvestre José dos Santos começou a profetizar o retorno de Dom Sebastião nos arredores da Pedra do Rodeador e conseguiu diversos seguidores. Era alimentada a crença de que em uma das encostas da Pedra do Rodeador sairia Dom Sebastião comandando um fabuloso exército para libertar a população da opressão e defendê-la do mal. No local, foi fundado o "Paraíso Terreal", com uma ordem social própria

Município de Bonito - PE



Fim da revolução

A notícia do ajuntamento chegou até o governo de Pernambuco, que temendo ser um movimento contra a Coroa, mandou tropas para dizimar o local. Na madrugada do dia 26 de outubro de 1820, elas invadiram o arraial e mataram quase cem homens, cujos corpos foram queimados em fogueiras pela manhã. Este fato teria sido citado pelo príncipe D. Pedro, futuro Imperador do Brasil, em um manifesto de 1º de agosto de 1822 dirigido à nação, quando escreveu: "Recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras do Bonito".

REFERÊNCIAS

AQUINO, R., LEMOS, N., & LOPES, O. **Fazendo a História: a Europa e as Américas nos séculos XVIII e XIX.** Edição revisada. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico. 1990.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a História do Agreste e do Sertão - de 1818 a 1821:** Centro de Estudo História Municipal/FIAM, 1983.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. 1817. In. **1817 e outros ensaios.** Companhia Editora de Pernambuco, p.127-151. 2017.

BERTOTTI, Karla Simões de Andrade Lima. **Os atos de fala como estratégia de ensino-aprendizagem no material didático de ensino a distância.** Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. 2019.

BITTENCOURT, Circe. Polêmicas sobre a concepção de disciplina. In. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** p 33-55. São Paulo. Editora Cortez. 2005.

BONIFÁCIO, Selma de Fátima e CERRI, Luís Fernando. História em Quadrinhos: Conhecimento Histórico e Comunicação de Massa no Espaço Escolar. **Artigo do XIII Simpósio Nacional de História.** 2005. Londrina.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415-1825).** São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da União.** Seção 1, Brasília, DF, p. 25.586, 27 de dezembro de 1937. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União.** Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 277, 05 de janeiro de 1939. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União.** Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 19.208, 28 de dezembro de 1945. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 59.355, de 04 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). **Diário Oficial da União.** Seção 1, Brasília, DF, p. 11.468, 05 de outubro de 1966. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 62.411, de 15 de março de 1968. Aprova o estatuto da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Seção 1, Brasília, DF, p. 2.289, 20 de março de 1968. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 38.556, de 12 de janeiro de 1956. Institui a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME). **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, DF, p. 632, 12 de janeiro de 1956. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 88.295, de 10 de maio de 1983. Aprova o Estatuto da Fundação de Assistência ao Estudante e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, DF, p. 7.891, 12 de maio de 1983. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto-Lei nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, DF, p. 12.178, 20 de agosto de 1985. Portal da Câmara dos Deputados.

CABRAL, Flávio José Gomes. **Bonito**: das caçadas às indústrias. Série de Monografias Municipais - BONITO. Recife: FIDEPE/FIAM, 1982.

_____. **Paraíso Terreal - A rebelião sebastianista na Serra do Rodeador-Pernambuco-1820**. São Paulo. Annablume Editora. 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussão do PNLN após 20 anos. In. **Livros didáticos de história entre políticas e narrativas**, p. 33-54. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2017.

CANTARELLI, Margarida. A Constituição da República de Pernambuco. In. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)**. Pernambuco, número 70, p. 171-180. Edição especial. 2017.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**, vol. 3, nº 06. Dezembro de 1998. disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf. 1998.

CAVALCANTI, Meire. 20 dicas para dominar as modernas práticas pedagógicas. **Revista Nova Escola**, São Paulo, nº 188, p. 44-55, dezembro. 2005.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado**. Buenos Aires, AR: AIQUE Grupo Editorial. 1998.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 3. P. 549-566. 2004.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL (DEPA). **Caderno de Didática do SCMB**. 2ª edição. Exército Brasileiro. 2016.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Livro didático e História do ensino de História: caminhos de pesquisa. In.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério, BUENO, João Batista Gonçalves e JÚNIOR, Arnaldo Pinto (org.). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. Paco Editorial. p. 19-34. 2013.

FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 78. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2021.

HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na “Cidade do Paraíso Terrestre”, Pernambuco- 1820. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 6. Nº11, pp.131-142. 2001.

JÚNIOR, Jaime Fernando dos Santos. A emergência do “moderno” conceito de revolução. In. **História da Historiografia**, p. 122-147. Ouro Preto. Edufop. Número 26, Jan-Abr. 2018.

LUCA, Tania Regina. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In. Helenice Aparecida (org.). **A História na Escola**, p. 151-171. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2009.

MARANHÃO, Methodio R. A. **Os Patriotas**: Poema Dramático- Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. 2017.

MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa**: A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal- 1750-1808. 5ª edição. Editora Paz e Terra. 2001.

MEIRELLES, Elisa. Como organizar sequências didáticas. **Revista Nova Escola**, São Paulo, nº 269, fevereiro. 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª edição. São Paulo. Alameda. 2008.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A História Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros**. São Paulo, nº34; pp. 9-23. 1992.

MOTA, Ednaceli; PRADO, Guilherme e PINA, Tamara. Buscando possíveis sentidos de saber e conhecimento na docência. In. **Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPel**. Pelotas, 109-134, janeiro/junho. 2008.

OLIVEIRA, Mariana Major de. **O Livro Didático no Brasil**: as barreiras de mercado e o Programa Nacional do Livro Didático. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Insper- Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo. 2018.

PAYNO, Mariana. Como os livros sobreviveram a sucessivas crises no Brasil? 06 de setembro de 2020. **Gama Revista**. Editora Nexo. 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. A Relevância da Didática para uma Epistemologia da História. In. **Pesquisa em Ensino de História**: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas, p. 41-52. 1ª ed. Maud X: FAPERJ. 2014.

PROUDHON, Pierre-Joseph. Ideia Geral da Revolução no século XIX. In **Cadernos de Formação. Anarquismo e sindicalismo**, p. 17-75. Rio de Janeiro. Sindscope. 2012.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In. **Livros didáticos de história entre políticas e narrativas**, p. 11-30. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2017.

SALLES, A. M. e BATISTA, J. Neto. Abordagens em livros didáticos de História do Brasil sobre a presença brasileira no Cone Sul Latino-Americana, no século XIX. In. **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 20. 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In. **O Saber Histórico na Sala de Aula**, p. 58-66. São Paulo. Editora Contexto. 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44; pp. 425-438. 2002.

SILVA. Luiz Geraldo. Igualdade, liberdade e modernidade política. Escravos, afrodescendentes livres e libertos e a Revolução de 1817. In. **1817 e outros ensaios**. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), p. 187-224. 2017.

SOUZA, George F. Cabral. O IAHGP e as batalhas pela memória da Revolução Republicana de Pernambuco de 1817. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, p. 233-249. Edição Especial. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). 2017.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução Pernambucana em 1817**. 5ª Edição. Recife: CEPE. 2017.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1978.

VILLALTA, Luís Carlos. **Coletânea de Documentos e Textos de História do Brasil Colonial**. Belo Horizonte. 2009.

ZAMBONI, Ernesta. História integrada é um eufemismo. **Revista História**. Número 1, p. 8-11. IBEP Editora. 2001.

WALSH, William H. “Sentido” em História. In. **Teorias da História**. Fundação Calouste Gulbenkian, p. 359-374. 1964

APÊNDICE A - LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PNLD 2020/2023

BOULOS, Alfredo. **História sociedade & cidadania**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar História**: das origens do homem à era digital: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 3 ed. São Paulo: Moderna. 2018.

CAMPOS, Flávio de Campos; CLARO, Regina, DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Moderna. 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 8º ano: ensino fundamental; anos finais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. **Vontade de saber**: história: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

FERNANDES, Ana Cláudia (editora responsável). **Araribá mais**: História. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **Convergências história**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 2 ed. São Paulo: SM. 2018.

NEMI, Ana Lúcia Lana; REIS, Anderson Roberti dos; MOTOOKA, Débora Yumi. **Geração Alpha História**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 2 ed. São Paulo: Edições SM. 2018.

SERIACOPI, Reinaldo; AZEVEDO, Gislane. **Inspire história**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: FTD, 2018.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris história**: 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Ática. 2018.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **História.doc, 8º ano**: ensino fundamental; anos finais. 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2018.

ANEXO A – DESEMPENHO REAL DO MERCADO LIVREIRO 2006/2018

DIDÁTICOS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mercado preços corrente (R\$ milhões)	908,37	1.019,68	1.049,50	1.077,41	1.102,34	1.189,04	1.298,51	1.307,06	1.446,37	1.386,06	1.436,76	1.450,70	1.368,88
Mercado preços constantes (R\$ milhões de 2018)	1.771,85	1.904,05	1.850,55	1.821,27	1.759,43	1.781,98	1.838,65	1.747,49	1.617,25	1.573,58	1.534,61	1.505,10	1.368,88
Taxa de crescimento real	-11,74	7,46	-2,81	-1,58	-3,40	1,28	3,18	-4,96	3,99	-13,41	-2,48	-1,92	-9,05
Exemplares mercado (milhões)	39,28	45,12	43,35	50,96	58,28	60,60	53,88	51,79	57,26	50,77	47,96	44,20	39,50
Preço médio corrente	23,13	22,60	24,21	21,14	18,91	19,62	24,10	25,24	25,26	27,30	29,96	32,82	34,65
Preço médio constante (R\$ 2018)	45,11	42,20	42,69	35,74	30,19	29,41	34,12	33,74	31,74	30,99	32,00	34,05	34,65
Participação vendas ao mercado	60%	59%	58%	60%	52%	50%	54%	51%	58%	54%	52%	57%	50%
Governo preços corrente (R\$ milhões)	616,14	694,30	764,56	718,39	999,84	1.194,71	1.105,27	1.254,98	1.045,32	1.158,72	1.328,82	1.099,55	1.368,15
Governo preços constantes (R\$ milhões de 2018)	1.201,83	1.296,47	1.348,12	1.214,38	1.595,83	1.790,48	1.565,04	1.677,87	1.313,37	1.315,48	1.419,32	1.140,78	1.368,15
Exemplares Governo (milhões)	96,91	123,65	107,55	124,61	144,38	166,37	150,15	169,05	126,94	128,62	147,63	114,89	146,09
Preço médio corrente	6,36	5,62	7,11	5,77	6,93	7,18	7,36	7,42	8,23	9,01	9,00	9,57	9,37
Preço médio constante (R\$ 2018)	12,40	10,48	12,53	9,75	11,05	10,76	10,42	9,93	10,35	10,23	9,61	9,93	9,37
Participação vendas ao governo	40%	41%	42%	40%	48%	50%	46%	49%	42%	46%	48%	43%	50%
Total (R\$ milhões de 2018)	2.973,68	3.200,52	3.198,68	3.035,64	3.355,25	3.572,45	3.403,69	3.425,36	3.130,62	2.889,07	2.953,93	2.645,88	2.737,03

CTP

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mercado preços corrente (R\$ milhões)	585,87	586,35	664,93	712,25	735,21	891,77	951,18	1.001,99	1.061,46	982,16	879,13	887,47	733,64
Mercado preços constantes (R\$ milhões de 2018)	1.142,79	1.094,89	1.172,45	1.204,00	1.173,46	1.336,47	1.346,85	1.339,62	1.333,64	1.115,04	939,00	920,75	733,64
Taxa de crescimento real	4,10	-4,19	7,08	2,69	-2,54	13,89	0,78	-0,54	-0,45	-16,39	-15,79	-1,94	-20,32
Exemplares mercado (milhões)	18,11	19,04	20,41	24,69	25,67	34,37	34,77	33,68	31,62	26,39	21,85	19,81	15,78
Preço médio corrente	32,35	30,80	32,58	28,85	28,64	25,95	27,36	29,75	33,57	37,22	40,23	44,80	46,48
Preço médio constante (R\$ 2018)	63,10	57,50	57,44	48,76	45,71	38,88	38,74	39,78	42,18	42,26	42,98	46,48	46,48
Participação vendas ao mercado	99,99%	100,00%	99,93%	98,69%	99,45%	97,99%	99,34%	98,77%	98,10%	99,91%	99,86%	99,30%	99,96%
Governo preços corrente (R\$ milhões)	0,08	0,00	0,45	9,43	4,08	18,29	6,34	12,51	20,54	0,87	1,27	6,27	0,32
Governo preços constantes (R\$ milhões de 2018)	0,15	0,00	0,79	15,94	6,51	27,41	8,98	16,72	25,80	0,99	1,36	6,50	0,32
Exemplares Governo (milhões)	0,004	0,00	0,08	0,84	0,30	1,48	0,68	1,72	3,46	0,05	0,17	1,06	0,02
Preço médio corrente	21,11	-	6,00	11,23	13,45	12,40	9,36	7,27	5,93	19,00	7,49	5,91	17,92
Preço médio constante (R\$ 2018)	41,18	-	10,58	18,98	21,47	18,58	13,26	9,72	7,46	21,57	8,00	6,14	17,92
Participação vendas ao governo	0,01%	0,0%	0,1%	1,3%	0,6%	2,0%	0,7%	1,2%	1,9%	0,1%	0,1%	0,7%	0,04%
Total (R\$ milhões de 2018)	1.142,94	1.094,89	1.173,24	1.219,94	1.179,96	1.363,88	1.355,83	1.356,34	1.359,44	1.116,03	940,36	927,26	733,96

<http://pesquisaeditoras.fipe.org.br>

RELIGIOSOS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mercado preços corrente (R\$ milhões)	301,05	342,18	401,88	398,95	494,30	464,68	444,48	520,15	558,13	558,90	533,05	557,73	563,71
Mercado preços constantes (R\$ milhões de 2018)	587,22	638,95	708,62	674,39	788,94	696,41	629,37	695,42	701,25	634,52	569,35	578,64	563,71
Taxa de crescimento real	0,17	8,81	10,90	-4,83	16,99	-11,73	-9,63	10,49	0,84	-9,52	-10,27	1,63	-2,58
Exemplares mercado (milhões)	42,45	50,84	57,91	62,68	73,80	87,80	70,96	72,50	73,44	68,41	59,71	60,93	59,42
Preço médio corrente	7,09	6,73	6,94	6,36	6,70	5,29	6,26	7,17	7,60	8,17	8,93	9,15	9,49
Preço médio constante (R\$ 2018)	13,83	12,57	12,24	10,76	10,69	7,93	8,87	9,59	9,55	9,28	9,54	9,50	9,49
Participação vendas ao mercado	100%	100%	99,44%	99,10%	99,55%	96,06%	97,00%	99,18%	99,73%	99,97%	99,76%	99,78%	99,93%
Governo preços corrente (R\$ milhões)	0,00	0,00	2,26	3,60	2,22	19,07	13,73	4,32	1,52	0,14	1,29	1,25	0,40
Governo preços constantes (R\$ milhões de 2018)	0,00	0,00	3,98	6,09	3,54	28,57	19,43	5,77	1,90	0,16	1,38	1,29	0,40
Exemplares Governo (milhões)	0,00	0,00	0,27	0,48	0,28	1,65	2,29	1,35	0,21	0,01	0,15	0,24	0,01
Preço médio corrente	-	-	8,37	7,57	7,93	11,56	6,00	3,20	7,40	12,52	8,60	5,20	28,63
Preço médio constante (R\$ 2018)	-	-	14,76	12,80	12,65	17,33	8,49	4,28	9,29	14,21	9,19	5,40	28,63
Participação vendas ao governo	0,00%	0,00%	0,56%	0,90%	0,45%	3,94%	3,00%	0,82%	0,27%	0,03%	0,24%	0,22%	0,07%
Total (R\$ milhões de 2018)	587,22	638,95	712,61	680,48	792,49	724,98	648,81	701,20	703,15	634,68	570,73	579,94	564,11

<http://pesquisaeditoras.fipe.org.br>



OBRAS GERAIS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mercado preços corrente (R\$ milhões)	953,37	976,64	1.000,41	1.062,43	1.016,31	903,76	974,49	1.055,80	1.103,70	1.076,05	1.023,57	1.055,18	1.020,69
Mercado preços constantes (R\$ milhões de 2018)	1.859,63	1.823,68	1.763,99	1.795,94	1.622,12	1.354,44	1.379,86	1.411,56	1.386,72	1.221,63	1.093,28	1.094,75	1.020,69
Taxa de crescimento real	4,77	-1,93	-3,27	1,81	-9,68	-16,50	1,88	2,30	-1,76	-11,91	-10,51	0,13	-6,76
Exemplares mercado (milhões)	93,41	94,15	99,26	100,53	100,95	101,21	108,95	121,67	115,07	109,13	97,10	97,39	87,98
Preço médio corrente	10,21	10,37	10,08	10,57	10,07	8,93	8,94	8,68	9,59	9,86	10,54	10,83	11,60
Preço médio constante (R\$ 2018)	19,91	19,37	17,77	17,86	16,07	13,38	12,67	11,60	12,05	11,19	11,26	11,24	11,60
Participação vendas ao mercado	89%	97%	91%	85%	87%	85%	84%	84%	87%	94%	94%	91%	94%
Governo preços corrente (R\$ milhões)	115,49	32,54	102,09	185,12	151,61	156,12	190,61	202,61	171,47	68,48	66,08	108,91	63,66
Governo preços constantes (R\$ milhões de 2018)	225,27	60,76	180,01	312,93	241,98	233,97	269,89	270,88	215,44	77,74	70,58	112,99	63,66
Exemplares Governo (milhões)	28,40	5,29	13,82	22,35	34,28	15,99	13,24	28,19	27,70	5,91	8,84	16,42	3,22
Preço médio corrente	4,07	6,15	7,39	8,28	4,42	9,77	14,39	7,19	6,19	11,58	7,48	6,63	19,80
Preço médio constante (R\$ 2018)	7,93	11,49	13,03	14,00	7,06	14,64	20,38	9,61	7,78	13,15	7,98	6,88	19,80
Participação vendas ao governo	11%	3%	9%	15%	13%	15%	16%	16%	13%	6%	6%	9%	6%
Total (R\$ milhões de 2018)	2.084,90	1.884,44	1.944,00	2.108,87	1.864,10	1.588,41	1.649,75	1.682,45	1.602,16	1.299,38	1.163,86	1.207,74	1.084,35

<http://pesquisaeditoras.fipe.org.br>

